



RICAM

Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar

Ano 7 / 2017

Comunicação Social: A relevância da comunicação interna em operações de paz: relato de experiências da BRAENGCOY 19 (MINUSTAH)

Saúde: O papel do Oficial Enfermeiro nas missões de paz da ONU: perspectiva de atuação no apoio de saúde à unidade médica nível 2

Educação: A nova perspectiva da formação militar inicial dos capelães no Exército Brasileiro: uma proposta de alinhamento com a formação do Quadro Complementar de Oficiais

Saúde: Sistema de Saúde do Exército Brasileiro centrado na prevenção de agravos: oportunidades de inovação no contexto da racionalização administrativa



Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar - RICAM

Produzida pela Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador

Ano VII 2017 - ISSN: 2236-9139



COMANDANTE E DIRETOR DE ENSINO EsFCEX/CMS – Cel Carlos Hassler

SUBCOMANDANTE EsFCEX/CMS – Cel Luiz Paulo Biachi Saburi

EDITOR - CHEFE - TC José Roberto Pinho de Andrade Lima - EsFCEX

EDITORES- ASSOCIADOS

TC Rommel Valério Menezes Brito da Silva - EsFCEX
TC José Roberto Pinho de Andrade Lima - EsFCEX
TC Hosanete Santos do Nascimento Silva - EsFCEX
Maj Hilton Erikson Westphal - EsFCEX
Cap Hamilton Ayres Freire de Andrade - EsFCEX
Cap Marcelo Antonio do Nascimento - EsFCEX
Cap Fabrício do Prado Nunes - EsFCEX
Cap Washington Prudêncio de Jesus - EsFCEX
Cap Elaine Cristina de Freitas Oliveira - EsFCEX
SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX
Profª Eliara Rodrigues de Afonseca - EsFCEX

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

3º Sgt Rubem Jesus de Souza - EsFCEX

REVISÃO LINGUÍSTICA

TC José Roberto Pinho de Andrade Lima - EsFCEX
SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX

REVISÃO DE FORMA

SC Gabriela Maciel Forma - EsFCEX

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Cap Andrey Felício Antunes

Aceita-se correspondência - On demande de changement - We ask for exchange

EsFCEX/CMS - Rua Território do Amapá, 455 – Pituba - Salvador - BA - CEP: 41830-540 - Fone: (71) 3205-8838

Capa: Busto de Maria Quitéria, Pátio dos Patronos, EsFCEX/CMS

Créditos: Seção de Comunicação Social da EsFCEX/CMS

Revista Científica da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador. - n.1 (2017) –
Salvador: EsFCEX/CMS, 2005 - Semestral

ISSN 2236-9139

1. Administração 2. Educação 3. Saúde 4. Tecnologia I. Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador.

O conteúdo desta publicação poderá ter reprodução autorizada, mediante consulta, se mencionada a fonte e a autoria. Os conceitos técnicos são responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Editorial

Comunicação Social

- A relevância da Comunicação Interna em Operações de Paz:
relato de experiências da BRAENGCOY 19 (MINUSTAH) 5

Karla Roberta Gomes Moreira e Nadja de Assis Mendonça

Direito

- Assessoria Jurídica nas Missões de Paz da ONU: o desafio de
assegurar que questões jurídicas tenham seu desfecho no território
de atuação das Missões de Paz 35

Eliabe Gonçalves dos Santos

Educação

- A nova perspectiva da formação militar inicial dos capelães no
Exército Brasileiro: uma proposta de alinhamento com a formação do
Quadro Complementar de Oficiais 60

*Fabricio do Prado Nunes, José Roberto Pinho de Andrade Lima e Josué
Gomes de Vieira*

Saúde

- Atitudes do corpo docente dos estabelecimentos de ensino
de nível de formação do Exército Brasileiro sobre o comportamento
suicida 86

Alessandra Augusta de Santana e Silva Monteiro

- O papel do oficial enfermeiro nas Missões de Paz da ONU: perspectiva de atuação no apoio de saúde à unidade médica nível 2	111
--	-----

Sandro Barbosa Cardoso Cunha

- Sistema de Saúde do Exército Brasileiro centrado na prevenção de agravos: oportunidades de inovação no contexto da racionalização administrativa	139
--	-----

Bruna Zucheto Tadielo, Daiana Ramos Miquelotti Burlini, Diego dos Santos Duarte Nogueira, Kamila Alaman de Oliveira, Rodrigo de Carvalho Barbosa, Rodrigo Lopes Muniz Santos, Ruben Jennings Cavalcante Filho, Rui Victor dos Santos Oliveira, Elaine Cristina de Freitas, Hamilton Ayres Freire de Andrade

Veterinária

- Prevenção de Dengue, Febre Amarela, Chikungunya e Zika em Organizações Militares na Vila Militar do Rio de Janeiro	159
--	-----

Renata Lopes de Medeiros Maria e Elaine Cristina de Freitas Oliveira

Editorial

O lançamento de cada número de um periódico científico é sempre um feito a ser saudado com entusiasmo, pois trata-se da contribuição daqueles que consagram parte de seu tempo ao trabalho intelectual, com a finalidade de construir novos conhecimentos e propiciar o amadurecimento da sociedade, bem como da divulgação do resultado de um esforço que, por vezes, fica restrito a poucos.

Ao apresentarmos a nova edição da Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas à Atividade Militar, trazemos à sociedade e à comunidade acadêmica os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos alunos deste Estabelecimento de Ensino, sobre temas relevantes no contexto das Ciências Militares. Esta edição apresenta resultados de pesquisas das áreas de Comunicação Social, Direito, Educação, Psicologia e Saúde.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

CARLOS HASSSLER – Coronel

Comandante da EsFCEx/CMS

Comunicação Social

A RELEVÂNCIA DA COMUNICAÇÃO INTERNA EM OPERAÇÕES DE PAZ: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DA BRAENGOY 19 (MINUSTAH)

Karla Roberta Holanda Gomes Moreira¹ e Nadja de Assis Mendonça²

Resumo. Há 70 anos, o Brasil integra Forças Internacionais de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), com o envio de observadores militares ou de tropas. Sua participação mais expressiva, com tropas, em Operações de Paz, foi na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O presente estudo objetivou discutir a relevância da Comunicação Interna no escopo do Componente Militar de uma Operação de Paz da ONU, enquanto instrumento estratégico e de motivação para a tropa, uma vez que esta se expõe a um ambiente complexo, de riscos, desafios e em situação de confinamento. Desse modo, analisou-se, especificamente, a Comunicação Interna e sua relevância no 19º Contingente da Companhia Brasileira de Engenharia (BRAENGOY 19), pertencente à MINUSTAH, por meio de pesquisa social, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, aplicada a 10% do seu efetivo, bem como pela aplicação de entrevista focalizada com o comandante e com o subcomandante da referida tropa. Por meio dos resultados obtidos, verificou-se o alto grau de satisfação demonstrado pelo contingente em relação às ações de Comunicação Interna da BRAENGOY 19 e sua influência positiva na construção do espírito de corpo, na manutenção do bem-estar e do bom desempenho profissional da tropa, apresentando-se, inclusive, como um instrumento facilitador das ações de comando. Nesse processo, destacaram-se os eventos sociais e os produtos informativos, motivacionais e de divulgação da Comunicação Interna. Como oportunidade de melhoria nessa área de atuação, identificou-se a necessidade de mais atividades voltadas para os familiares dos militares, intensificação das informações úteis, uso de novas tecnologias, melhores equipamentos, mais interação entre os contingentes no terreno e em preparo, emprego de especialistas na função de Oficial de Comunicação Social e a possível interdisciplinaridade entre essa área, as Operações Psicológicas e a Inteligência Militar, para potencializar o sucesso das missões.

¹ Capitão QCO de Comunicação Social da turma de 2008. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Católica de Santos, 2005. Pós-graduada em Gestão em Comunicação e Marketing Institucionais pela Universidade Castelo Branco, 2009. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Administração do Exército, 2008.

² Major QCO de Comunicação Social da turma de 1998. Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia, 1997. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela UNIJORGE, 2010. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Administração do Exército, 1998.

Palavras-Chave: Comunicação Interna. Operações de Paz. BRAENGOY. MINUSTAH.

Abstract. Since 70 years ago, Brazil integrates International Peacekeeping Forces under the auspices of the United Nations, with the sending of military observers or troops. Brazil's most significant participation in Peace Operations, with troops, was at the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). This study aims to discuss the relevance of the Internal Communication in the scope of the Military Component of a UN Peacekeeping Operation, as a strategic and motivational instrument for the troops, ever since they expose themselves to a complex environment of risks, challenges and confinement. So, the Internal Communication and its relevance in the 19th Brazilian Engineering Company (BRAENGOY 19) contingent, as part of MINUSTAH, was analysed through a social and exploratory research, with qualitative approach, applied to 10% of its members, as well as the application of a focused interview with the commander and the deputy commander of the troops. From the results obtained, it was possible to observe a high degree of satisfaction demonstrated by the contingent regarding the Internal Communications actions of BRAENGOY 19. It also identified a positive influence in the construction of the esprit de corps, in the maintenance of the well-being and the good professional performance of the troops, even presenting itself as a facilitator of command actions. In this process, the research results highlighted the social events and also the informative, motivational and dissemination products of the Internal Communication. As an opportunity to improve this area of activity, the research identified some needs concerning further activities aiming at the family members of the military, intensification of useful information, use of new technologies and better equipment. To boost the success of the missions, it has also found necessary more interaction between contingents on the ground and during their preparation, employment of experts in the role of Social Communication Officer and the possible interdisciplinarity among this area and Psychological Operations and Military Intelligence.

Keywords: Internal Communication. Peace Operations. BRAENGOY. MINUSTAH.

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano de 1947, o Brasil integra Forças Internacionais de Paz¹ sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), seja pelo envio de observadores militares desarmados ou pela inserção de tropas levemente armadas em áreas conflagradas². Com isso, contribui para a manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como intensifica a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2014b, p. 17).

A participação mais expressiva de tropas do Brasil em Operações de Paz³ teve como cenário o Haiti, país banhado pelo Mar das Caraíbas, que ocupa a porção ocidental da

1 As Forças Internacionais de Paz são “organizações militares multinacionais, com delegação de organismos internacionais legítimos, destinadas a atuar junto aos negociadores diplomáticos a fim de impedirem que os conflitos de maior gravidade se alastrem e ponham em perigo a paz mundial ou regional”. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/est-militares/forcadepaz.html>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

2 Com base nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal, a participação brasileira em missões de paz só ocorre após o atendimento de algumas imposições, entre as quais a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território. São as denominadas Operações de Manutenção da Paz.

3 Neste trabalho, entenda-se “Operação de Paz” como sinônimo de “Missão de Paz”.

ilha de Hispaniola, no arquipélago das Grandes Antilhas. Sua capital é Porto Príncipe e o francês e crioulo são os idiomas oficiais. Atualmente, é o país mais pobre da América Central⁴.

Desde o surgimento do Haiti, o país passou por muitas intervenções estrangeiras. Em uma fase mais contemporânea, a nação haitiana, por décadas, vem sendo assolada pela dimensão de seus problemas sócio econômicos e conflitos políticos. Somam-se a isso os desastres naturais, aos quais fica constantemente exposta devido a sua localização geográfica, tais como estiagem, furacões, terremotos. Com o objetivo de resolver as sucessivas crises no Haiti, nos anos de 1993 a 2001, a ONU organizou seis missões no país caribenho (MICIVIH, UNMIH, UNSMIH, UNTMIH, MIPONUH e MICAH)⁵, sem lograr êxito.

Somente em 1º de junho de 2004, por meio da Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança

4 Informação extraída do portal eletrônico do Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/exercito-em-acao/minustah-haiti/historico>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

5 Siglas derivadas do francês: International Civilian Mission in Haiti; United Nations Mission in Haiti; United Nations Support Mission in Haiti; United Nations Transition Mission in Haiti; United Nations Civilian Police Mission in Haiti; e International Civilian Support Mission in Haiti, respectivamente.

das Nações Unidas (ONU, 2004), foi criada a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH⁶), com a finalidade de garantir a segurança do povo haitiano e de restaurar a ordem democrática no país, após um período conturbado e a deposição de seu então presidente Jean-Bertrand Aristide. Desse modo, a Missão⁷ englobava estabelecer um ambiente seguro e estável; desenvolver um processo político; fortalecer as instituições do Governo haitiano; apoiar o estabelecimento de um Estado de Direito; e proteger os direitos humanos⁸.

A MINUSTAH caracterizou-se como a operação mais robusta realizada no Haiti, sendo ramificada pelos componentes militar, civil e policial. Foi organizada em uma estrutura de seções e departamentos, especializados em diferentes áreas, com suas devidas interligações e subordinações. Por sua complexidade, a MINUSTAH apresentou quase todos os componentes que podem ser desdobrados em um Teatro de Operações⁹.

6 Sigla derivada do francês Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti.

7 Entenda-se “Missão” como sinônimo de “MINUSTAH”, palavra usada neste trabalho para garantir maior fluidez ao texto.

8 Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

9 Teatro de Operações “é o espaço geográfico necessário à condução das operações militares, para

Uma Missão de Manutenção de Paz da ONU, em sua versão mais completa, pode se estruturar da seguinte maneira:

- a. Componente Diplomático e Político (*Diplomatic and Political Component*);
- b. Componente de Assuntos Humanitários (*Humanitarian Affairs Component*);
- c. Componente de Direitos Humanos (*Human Rights Component*);
- d. Componente de Administração Civil (*Civilian Administration Component*);
- e. Componente Eleitoral (*Electoral Component*);
- f. Componente de Repatriação (*Repatriation Component*);
- g. Componente Policial Civil (*Civilian Police Component*);
- h. Componente de Monitoramento das Fronteiras (*Borders Monitoring Component*); e
- i. Componente Militar (*Military Component*) (BRASIL, 1998, p. 36).

A pedido da ONU, o Brasil exerceu o comando do Componente Militar da MINUSTAH¹⁰ do início

o cumprimento de determinada missão, englobando o necessário apoio logístico” (BRASIL, 2014c, p. 27).

10 As tarefas mais comuns do Componente Militar “envolvem as atividades de separação de forças beligerantes, o estabelecimento de zonas de exclusão ou equivalente, a supervisão de trégua ou acordos de cessar-fogo, a prevenção de conflitos armados entre

ao fim da operação, da qual o Contingente Brasileiro fez parte como o maior contribuinte de tropas¹¹, sendo constituído pelo Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) e pela Companhia de Engenharia de Força de Paz – Haiti (BRAENGCY¹²).

Dentro do escopo da missão da tropa brasileira, além de manter um ambiente seguro e estável no Haiti – foco principal das ações dos militares do BRABAT – o Brasil buscou intensificar a cooperação técnica e humanitária com o país. Nesse esforço, a BRAENGCY desenvolveu atividades como levantamentos topográficos, perfuração de poços, trabalhos de infraestrutura, desobstrução de vias e canais, construção vertical e horizontal, dentre outros serviços de Engenharia, além de atuar em missões no campo da defesa civil¹³, a exemplo do terremoto que assolou o Haiti, em 2010, e da passagem do furacão Matthew, em 2016.

Estados ou intra-Estado e a contribuição à manutenção da lei e da ordem” (BRASIL, 1998, p. 7).

11 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br-pt/BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

12 A BRAENGCY também é conhecida como Companhia Brasileira de Engenharia, nome que dá origem à sigla em inglês.

13 Informação extraída do portal eletrônico da BRAENGCY. Disponível em: <<http://braengcoy-haiti.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

Existente há treze anos e encerrada em setembro de 2017, a MINUSTAH teve alguns de seus contingentes militares renovados mais de vinte vezes, entre os quais o Contingente Brasileiro. As tropas do Brasil, como em outras Forças, passavam por uma espécie de rodízio e, a cada seis meses, eram substituídas.

Durante o período em que se desenvolve uma operação de manutenção da paz, há necessidade de proceder ao rodízio dos contingentes, tendo em conta a preservação do estado moral do pessoal. O novo contingente, em princípio, irá utilizar os mesmos meios que foram transportados pelo contingente inicial e destes receberá os níveis de suprimento existentes (BRASIL, 1998, p. 83).

O 26º Contingente foi a última tropa do Brasil abrigada pela Missão, composto por militares do Exército, majoritariamente, além da Marinha e da Força Aérea.

Durante todo o período da MINUSTAH, os militares do Exército Brasileiro eram submetidos a uma intensa rotina de trabalho e de serviços, sob condições bem específicas. Além de estarem diante de um país de extrema pobreza, em situação de conflito, faziam parte de

um ambiente militar multicultural, ficavam alojados em instalações do quartel, dividiam espaços e conviviam com as mesmas pessoas em tempo integral, tendo, ainda, que permanecer em condição de constante prontidão, dada a natureza da operação. Acrescentava-se a isso o fato de arriscarem suas vidas, com a possibilidade de adquirirem determinadas doenças ou de serem submetidos às consequências de desastres naturais. Um esforço que era precedido de uma outra rotina desgastante, relativa aos meses de adestramento e de preparação em solo brasileiro, antes de integrarem, propriamente, a Missão e se tornarem Soldados da Paz¹⁴. Em tais condições, tais militares mereciam atenção especial do Comando¹⁵, residindo, nesse aspecto, a necessidade de se estabelecer um forte canal de comunicação com esse público.

Pelo acima exposto, o presente estudo objetiva discutir a relevância da Comunicação Interna no escopo do Componente Militar de uma Operação de Paz¹⁶ da ONU,

enquanto instrumento estratégico e de motivação para a tropa.

Para tanto, serão analisadas experiências vivenciadas e casos reais de emprego dessa modalidade de comunicação a partir de um recorte da MINUSTAH, mais especificamente, por meio da avaliação da Comunicação Interna do 19º Contingente da Companhia Brasileira de Engenharia (BRAENGOY 19), que se juntou à Missão no período de novembro de 2013 a junho de 2014. Destaca-se que a escolha desse contingente deve-se ao fato desta pesquisadora ter integrado o mesmo, exercendo a função de oficial adjunta da Seção de Comunicação Social e, por essa razão, ter acesso, amplo e facilitado às formas de emprego da Comunicação Interna na BRAENGOY 19.

Pretende-se com esta pesquisa, também, elucidar se a Comunicação Interna pode auxiliar no bem-estar¹⁷ da tropa e otimizar o desempenho dos militares em suas funções, bem como detectar oportunidades de melhorias no uso dessa modalidade de Comunicação no âmbito de uma Operação e Paz.

14 São chamados de "Soldados da Paz" militares dos Exércitos e membros da Polícias Militares que integram Operações de Paz sob a égide da ONU, também conhecidos como peacekeepers.

15 Refere-se à autoridade ou direção por um comandante, responsável pelo "planejamento, direção, controle e coordenação das atividades da Organização Militar" (BRASIL, 2015b, p. 15).

16 Entenda-se "Operação de Paz" como sinônimo de "Missão de Paz".

17 Por bem-estar, entenda-se "condição de quem se encontra física, espiritual ou psicologicamente satisfeito; sinônimo de conforto, satisfação, tranquilidade". Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/bem-estar/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

2 A COMUNICAÇÃO INTERNA NO CONTEXTO DE UMA MISSÃO DE PAZ

Partindo de uma concepção macro, é necessário o entendimento da importância da Comunicação Social para as Nações Unidas em suas operações. Essa atividade é vista, pela ONU, como essencial e substantiva em uma Missão de Paz e está entre os primeiros componentes a serem desdobrados no terreno. Além de seguir uma estratégia que permite apoiar os objetivos da operação, envolve também persuasão, é complexa e exige o esforço de todos os integrantes. Por isso, faz parte do programa de preparo específico para tropas designadas para Operações de Paz. Dada a sua relevância, a Comunicação Social é assunto abordado tanto na Instrução Individual de Quadros como na Instrução Individual de Cabos/Soldados¹⁸.

Segundo a Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro, a Comunicação Social é um dos pilares de sustentação da Dimensão Informacional do Ambiente

Operacional, considerando que irá gerar e gerir boa parte do fluxo de informações. E essas informações são de tamanha importância que podem tanto auxiliar no comando da operação militar, como influenciar no comportamento das pessoas e das entidades afetadas pelo conflito (BRASIL, 2014b).

A informação é o elemento fundamental da Era do Conhecimento. Produzir, obter, utilizar e disseminar informações oportunas, objetivas e com credibilidade tem relação direta com a qualidade do processo decisório. É igualmente importante reconhecer a influência da informação sobre o comportamento dos atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia; os atores civis não combatentes, grupos e organizações presentes em áreas conflagradas; o público de massa – nacional e internacional –; e os dirigentes e líderes em todos os níveis (BRASIL, 2014, p. 116).

Na classificação do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSE), as áreas de atuação da Comunicação Social são: as Relações Públicas, as Relações com a Mídia, a Divulgação Institucional e o *Marketing Institucional*¹⁹.

¹⁸ Informação extraída do Manual de Operações do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014c). As Instruções Individuais de Quadros e de Cabos/Soldados fazem parte do Programa de Instrução Específico de Força de Paz, que promove a preparação teórica necessária aos militares para integrarem uma Missão de Paz da ONU.

¹⁹ Classificação atualizada, presente no Plano de Comunicação Social 2017, elaborado, publicado e distribuído pelo Centro de Comunicação Social do

O foco desta pesquisa é a Comunicação Interna, que, por sua vez, é uma modalidade de comunicação amplamente empregada na área de Relações Públicas.

Por Comunicação Interna entende-se o conjunto de ações de Comunicação Social destinadas, exclusivamente, ao público interno²⁰. Para Matos (2015), a Comunicação Interna traz a possibilidade, à administração, de disseminar a missão, os valores, os objetivos e as metas da organização, tornando-os comuns a todos que fazem parte da empresa. Essencial para a manutenção de um bom clima organizacional²¹, a Comunicação Interna é capaz de impulsionar as pessoas a agirem, interagirem e se organizarem segundo os objetivos da organização. De um modo geral, na busca pela qualidade e pelo aumento da produtividade, tem conquistado cada vez mais espaço nas organizações, sendo utilizada,

estrategicamente, como uma importante aliada para a obtenção de resultados satisfatórios. É determinante para o êxito de qualquer organização pois, além de apresentar-se como um agente humanizador nas relações de trabalho, compatibiliza os interesses comuns entre os atores envolvidos, por meio do estímulo e da troca de experiências. Isso porque as formas de se comunicar mudaram drasticamente e, com as mesmas, foram alteradas as formas de se relacionar. Esse é um reflexo presente, também, no ambiente de qualquer organização, provocando uma discussão maior em torno da Comunicação Interna, uma vez que a natureza da comunicação em organizações está intimamente relacionada às necessidades humanas e sociais dos seus membros (FREIXO, 2006).

No entanto, é preciso esclarecer que a Comunicação Interna difere-se da Comunicação Administrativa, outra vertente da Comunicação Organizacional. A Comunicação Administrativa está voltada para as áreas centrais de planejamento e de estruturas técnico-normativas. Diz respeito ao fluxo de informações funcionais, que se expressam por meio de normas, portarias, ofícios, memorandos, portarias, cartas técnicas, índices,

Exército para todas as Organizações Militares (BRASIL, 2017).

20 Dentro do conceito de público, público interno refere-se “aos empregados de todos os níveis de uma organização e seus familiares”. Disponível em <<http://www.sinprop.org.br/clipping/2003/290.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

21 Clima organizacional diz respeito a um conjunto de valores, atitudes e padrões de comportamento existentes em uma organização, sejam eles formais ou informais (TOLEDO & MILIONI, 1979).

entre outros²², não sendo, portanto, o foco deste trabalho.

A Comunicação Interna é fundamental para as organizações porque é utilizada para estabelecer um diálogo com o público interno. Em âmbito interno, o diálogo se configura em consonância com a cultura organizacional. Nesse sentido, a comunicação é apontada como poder para facilitar a cooperação, a credibilidade e o comprometimento com valores, pois são as pessoas, a base da organização, que se comunicam (CHAPPELL apud KUNSCH, 2006, p. 41-42).

Conhecer-se internamente implica em melhor relacionar-se externamente. Há autores que afirmam que o relacionamento de uma organização com o público externo será o reflexo da comunicação voltada para o seu público interno. Assim pensa Chappell:

[...] a comunicação adquire papel estratégico e pode ajudar as organizações no seu processo de comunicação estratégica, fazendo com que as organizações conheçam primeiro a si próprias para, a seguir se comunicarem com seus públicos externos. Grande parte

das organizações conhecem sequer a si mesmas (CHAPPELL, apud KUNSCH, 2006, p. 41-42).

O Ministério da Defesa considera importante o emprego da Comunicação Interna como instrumento de motivação da tropa, delegando à Comunicação Social a responsabilidade de planejar ações e produtos que visem a esses profissionais empregados na missão.

Deve ser atribuído enfoque especial ao lazer e à fluidez da comunicação interna, tanto entre o Comando e a tropa como entre as diversas bases que poderão ser desdobradas no terreno (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 68).

No Brasil, a Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014b) define o Ambiente Operacional como sendo composto por três dimensões, dentre as quais a dimensão humana, reconhecendo que a sinergia entre as mesmas, bem como sua compreensão, implicam diretamente no êxito das operações militares. Inserida na dimensão humana, está a tropa, que também é um público estratégico²³ para o Comando e para

22 Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/comunicacao-administrativa/55202>>. Acesso em: 27 set. 2017.

23 PÚBLICO ESTRATÉGICO é aquele que, direta ou indiretamente, possui direitos ou interesses associados à uma determinada instituição e, em função disso, por sua ação/reação, a impacta ou é por ela afetado.

o cumprimento do Mandato²⁴ da Operação de Paz.

O Ambiente Operacional é caracterizado pela existência de três dimensões – física, humana e informational – cujos fatores a serem analisados interagem entre si, formando o seu caráter único e indivisível. Sua compreensão constitui uma condição fundamental para o êxito nas operações militares (BRASIL, 2014b, p. 14).

Por outro lado, estão entre as determinações das Nações Unidas, no que tange ao exercício da Comunicação em uma Operação de Paz, certificar-se de que o Mandato e as responsabilidades da operação sejam, plena e amplamente, compreendidos, bem como avançar o processo de paz, por meio da criação de produtos de informação oportuna e relevante²⁵.

Face ao exposto, pode-se concluir que, no contexto da

Disponível em: <<http://comunica.ifrs.edu.br/politica/o-que-sao-publicos-estrategicos-ou-de-interesse-stakeholders/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

24 De acordo com o Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa, o Mandato é proveniente de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que autoriza e confere legalidade à intervenção internacional, expressando claramente o propósito da Operação de Paz (BRASIL, 2013).

25 Conteúdo extraído do Manual de Operações de Paz das Nações Unidas Multinacional (UN, 2003). Disponível em: <<https://parceirospelapaz.wordpress.com/2011/08/29/manual-de-operacoes-de-paz/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MINUSTAH ou em qualquer outra Missão de Paz, o primeiro público que necessita compreender o Mandato da operação é o interno. Somente comunicando-se com esse público é possível colocar em prática o que preconizam suas diretrizes.

O conhecimento interno reforça ainda as ações de comunicação voltadas ao público externo, pois todos os integrantes da operação são agentes de Comunicação Social, constituindo-se em peças fundamentais para a preservação e para o fortalecimento da imagem da organização a qual pertencem.

No que tange à imagem positiva do Exército Brasileiro em Operações de Paz, esta pode ser potencializada, conforme o Plano de Comunicação Social de 2017,

[...] pelas ações baseadas nos valores e atributos militares, com ênfase para: a postura, a conduta, as mensagens transmitidas, o comprometimento com a Força e a crença na Instituição (BRASIL, 2017, p. 11).

E todos esses aspectos são passíveis de serem fortalecidos ou impulsionados pela Comunicação Interna. Desse modo, sua relevância se expressa por esse enquadramento.

3 A COMUNICAÇÃO INTERNA NA BRAENGOY 19

Foram diversas as ações de Comunicação Interna voltadas para o 19º Contingente da Companhia Brasileira de Engenharia, desenvolvidas pela equipe da Seção de Comunicação Social em duas fases distintas quanto à participação de seu efetivo na MINUSTAH: no preparo e em operações.

3.1 Primeira fase

A primeira fase iniciou-se e ocorreu durante o preparo e adestramento da tropa no Brasil, cerca de um ano antes do embarque para o Haiti. Nesse período, promoveu-se:

a. Implantação de uma identidade visual definitiva para a BRAENGOY²⁶, desde a criação de uma nova marca ao desenvolvimento de produtos personalizados para a tropa, entre os quais: agenda permanente (contendo informações

26 Até o ano de 2013, a BRAENGOY não possuía uma marca própria, que a identificasse perante seus públicos. Cada contingente que assumia os trabalhos no Haiti identificava-se de uma forma diferente, o que dificultava a fixação da imagem da Companhia de Engenharia. Somente a partir da BRAENGOY 19, estabeleceu-se, definitivamente, o uso de uma marca específica, aprovada pelo Departamento de Engenharia e Construção, em Brasília.

úteis sobre o Haiti e sobre a Missão); camisetas, bonés e agasalhos personalizados; bolsas, mochilas e sacolas personalizadas; entre outros. Tais produtos foram distribuídos para os militares, com o objetivo de padronizar e identificar a equipe;

b. Aplicação de Pesquisa de Opinião, direcionada aos integrantes do contingente, com os objetivos de levantar o perfil da tropa, detectar talentos artísticos e musicais, além de identificar as aspirações dos militares quanto às atividades sociais e de comunicação;

c. Palestras variadas, contendo informações úteis à tropa, relacionadas ao Haiti, à ONU, à MINUSTAH, assim como sobre a estrutura e o funcionamento da Companhia de Engenharia;

d. Palestra sobre a importância da Comunicação Social no âmbito da Missão de Paz e para a manutenção da imagem do Exército Brasileiro;

e. Promoção de eventos sociais na fase do Exercício Centralizado²⁷ da tropa (homenagem aos aniversariantes, almoço e jantar de confraternização);

f. Cobertura fotográfica e disponibilização das imagens para o

27 Última etapa do adestramento da tropa, com duração de quatro semanas, onde são simuladas ocorrências semelhantes às missões reais no Haiti.

contingente; e

g. Produção de filme motivacional e apresentação para a tropa na conclusão do Exercício Centralizado.

3.2 Segunda fase

A segunda fase refere-se ao período das operações no Haiti, desde a chegada da tropa ao país até o deslocamento de volta para o Brasil. Nessa etapa, realizou-se:

a. Promoção de eventos sociais e comemorativos (Natal, Ano Novo, almoços e jantares temáticos ou de comemoração, *karaokês*, *show* de talentos, sessões de cinema, cultos religiosos e outros);

b. Produção e apresentação de filmes motivacionais, no decorrer e ao término da Missão;

c. Produção de reportagens em vídeo, que cobriam as principais atividades da Engenharia no Haiti e eram apresentadas, posteriormente, aos militares;

d. Produtos gráficos motivacionais, informativos e de divulgação (*banners* impressos, placas e cartazes);

e. Promoção de competições esportivas entre os integrantes da

Companhia de Engenharia e junto a outros contingentes;

f. Coordenação de visitas solidárias a orfanatos locais²⁸;

g. Promoção de saídas sociais voluntárias: praias, passeios culturais e idas ao supermercado²⁹;

h. Auxílio na logística para a programação e execução de viagens particulares dos militares em seu período de descanso, por meio dos trabalhos da chamada “BRAENGTUR”;

i. Criação e produção periódica do “BRAENGNEWS”, informativo contendo matérias sobre as atividades da Companhia de Engenharia, disponibilizado, por e-mail, aos militares e seus familiares;

j. Registro de imagens de todas as atividades da Companhia de Engenharia, com armazenamento e disponibilização do acervo fotográfico em ambiente virtual, para o acompanhamento integral dos militares e de seus familiares no Brasil;

28 Visitas realizadas aos sábados, com entrega de sopa para crianças, custeada pela BRAENGOY.

29 Não era permitido aos militares sair da base militar, a não ser a serviço ou autorizado pelo Comando. Por se tratar de uma operação em área de risco, as saídas sociais eram esporádicas, concentradas, estritamente, em horários livres, nos fins de semana e realizadas sob forte esquema de segurança.

k. Produção e distribuição da “BRAENGOY em Revista”, com o intuito de registrar e de valorizar a estrutura e as atividades da Engenharia, realizadas durante o período do contingente; e

l. Entrega de medalhão personalizado, criado e produzido, exclusivamente, pela BRAENGOY 19, para marcar a participação do seu efetivo na MINUSTAH e como forma de valorização da tropa.

4 AVALIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INTERNA DA BRAENGOY 19

Para atingir ao objetivo de apresentar a relevância da Comunicação Interna no contexto de uma Operação de Paz, enquanto instrumento estratégico e de motivação para a tropa, optou-se por realizar um estudo de caso³⁰, voltado para o 19º Contingente da Companhia Brasileira de Engenharia da MINUSTAH e seus integrantes, visando a levantar dados que pudessem contribuir para a reflexão do tema proposto.

30 “O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma visão global, tanto quanto possível, completa e coerente do objeto de estudo do ponto de vista do investigador”. (FONSECA, 2002, p. 33).

4.1 Metodologia

Na busca pela avaliação da Comunicação Interna da BRAENGOY 19, realizou-se uma pesquisa social de caráter exploratório e abordagem qualitativa.

A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2007), é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. O autor afirma, ainda, que esse tipo de pesquisa possui caráter aproximativo e é utilizado, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com um amplo universo de significados, que engloba motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes, individuais ou de grupos, atingindo um espaço mais profundo das relações interpessoais, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à quantificação de variáveis. Esse foi o universo que se pretendeu investigar, com base nas experiências vividas pela tropa do 19º Contingente Brasileiro de Engenharia, por seu comandante e por seu subcomandante no ambiente de Operação de Paz da ONU no Haiti.

De posse do levantamento de

todas as ações de Comunicação Interna realizadas pela BRAENGOY 19, foi produzido e disponibilizado para a tropa um questionário, contendo quatro questões objetivas e três questões subjetivas, relacionadas ao assunto em tela, visando a angariar dados suficientes para as considerações finais deste trabalho.

O tipo de amostragem utilizada na pesquisa foi por acessibilidade. Procurou-se selecionar os participantes com os quais seria possível contato por e-mail ou por rede social. Ao final do período de aplicação do questionário, obteve-se a participação de 25 militares, um número que corresponde a exatos 10% do total do contingente da BRAENGOY 19. Gil (2007) afirma que a amostragem por acessibilidade não possui rigor estatístico e caracteriza-se pelo fato do pesquisador pressupor que, de alguma forma, esta possa representar o universo. Neste trabalho, o universo equivale ao número de integrantes da Companhia de Engenharia em estudo, 250 militares.

Dada a relevância das atividades desenvolvidas pelo comandante e pelo subcomandante da BRAENGOY 19, à frente da Companhia de Engenharia³¹, optou-se

por empregar, com esses militares, a técnica de entrevista focalizada, cuja finalidade foi obter respostas mais elaboradas, relacionadas aos efeitos da Comunicação Interna sobre a tropa e à influência dessa modalidade nas atividades do Comando. Buscou-se, também, identificar oportunidades de melhorias, sob a ótica do exercício desse Comando. A entrevista focalizada, de acordo com Gil (2007), é bastante empregada em situações experimentais, possibilitando a exploração, a fundo, de uma experiência vivida em condições específicas.

4.2 Resultados da pesquisa com a tropa

Primeiramente, optou-se por apurar o grau de satisfação da tropa em relação às principais ações de Comunicação Interna, desenvolvidas pela equipe de Comunicação Social da BRAENGOY 19. O propósito foi investigar a percepção do militar diante das atividades e dos materiais

Haiti, o comandante é o responsável pela gerência operacional e administrativa da Companhia, além de definir as diretrizes e prioridades de atuação. Quanto ao subcomandante, entre outras atribuições, cabe-lhe conduzir a disciplina militar e a rotina diária da Companhia e coordenar os trabalhos do Estado-Maior (grupo de militares que assessoram as decisões do Comando) (BRASIL, 2013).

31 De acordo com o Boletim Técnico do Preparo Centralizado para a Companhia de Força de Paz –

produzidos sob a ótica dessa modalidade de comunicação.

4.2.1 Grau de satisfação com a Comunicação Interna

Nas respostas obtidas, foi significante o índice de alto grau de satisfação com as atividades e com os produtos da Comunicação Interna. Os resultados foram:

a. quanto ao repasse de informações aos militares sobre a missão da BRAENGOY, 68% mostraram-se muito satisfeitos e 32%, satisfeitos;

b. quanto às informações sobre a missão do militar na BRAENGOY, 68% ficaram muito satisfeitos, 28% satisfeitos e 4% pouco satisfeitos;

c. no que se refere à palestra sobre a importância da Comunicação Social, ministrada na fase de preparo e adestramento da tropa, os graus obtidos foram 64% muito satisfeitos e 36% satisfeitos;

d. os produtos gráficos desenvolvidos pela Comunicação Social para o público interno (nova marca da BRAENGOY, folder, banner, agenda permanente, entre outros) e a Revista do 19º Contingente da BRAENGOY

apresentaram o maior índice de satisfação. Ambos os itens atingiram a marca de 84% muito satisfeitos e 16% satisfeitos;

e. os filmes motivacionais da BRAENGOY e o Informativo da BRAENGOY chegaram ao mesmo grau de satisfação: 76% ficaram muito satisfeitos e 24%, satisfeitos;

f. o item exposição de reportagens de vídeo sobre a BRAENGOY e o item sobre os eventos criados para o entretenimento dos integrantes da Companhia atingiram os mesmos índices: 72% muito satisfeitos e 28% satisfeitos; e

g. o repasse de informações aos familiares dos militares sobre as ações da BRAENGOY apresentou um variado grau de satisfação: 56% muito satisfeitos, 20% satisfeitos, 20% pouco satisfeitos e 4% indiferentes.

4.2.2 Classificação dos efeitos da Comunicação Interna

Na sequência, os militares classificaram algumas afirmações apresentadas a eles, expondo seu grau de concordância com as mesmas. Nesse estágio da pesquisa, o objetivo foi identificar

o impacto da Comunicação Interna nos integrantes da Companhia, considerando as informações disseminadas, o sentimento de fazer parte da equipe e da Missão, bem como o bom relacionamento entre os militares. Abaixo, os resultados obtidos:

a. A Comunicação Interna foi relevante para informar o militar sobre a MINUSTAH e sobre a missão da BRAENGOY – 56% concordaram totalmente, 36% concordaram, 4% concordaram parcialmente e 4% discordaram parcialmente;

b. A Comunicação Interna foi relevante para informar o militar sobre o que é ser um Soldado do Paz – 56% concordaram totalmente, 36% concordaram, 4% concordaram parcialmente e 4% discordaram parcialmente;

c. A Comunicação Interna fez com que o militar se sentisse parte vital do Exército Brasileiro e da Missão – 68% concordaram totalmente, 20% concordaram, 8% concordaram parcialmente e 4% discordaram parcialmente; e

d. A Comunicação Interna contribuiu para um bom clima de relacionamento na BRAENGOY – 68% concordaram totalmente, 28% concordaram e 4% discordaram parcialmente.

4.2.3 A Comunicação Interna e o bem-estar da tropa

Verificou-se, também, se havia a percepção de que as atividades da Comunicação Interna proporcionavam bem-estar ao militar. Dos pesquisados, 100% afirmaram que SIM. As justificativas foram: 25% pela qualidade das informações disseminadas na Comunicação Interna; 25% por proporcionar maior interação entre os integrantes do contingente; 20% pelos trabalhos produzidos na Comunicação Interna; 15% por gerar um bom clima de relacionamento; 10% pelos eventos sociais, como forma de estreitar laços e minimizar a saudade da família; 5% por diminuir o estresse do confinamento e da distância da família.

4.2.4 A Comunicação Interna e o desempenho profissional da tropa

No tocante à existência da influência da Comunicação Interna, de forma positiva, no desempenho profissional do militar, 96% dos pesquisados responderam que SIM e um pesquisado (4%) respondeu que NÃO.

A justificativa para a resposta NÃO foi: “Acredito que a parte profissional o militar traz do Brasil, não tem a ver com comunicação.”

As justificativas para o SIM foram: 40% pela relevância das informações divulgadas, com reflexo no entendimento da Missão e na execução dos trabalhos; 36% por sentirem-se motivados com as ações da Comunicação Interna; 20% pela influência positiva dos eventos sociais, como forma de amenizar o estresse e a saudade dos familiares; e 4% por estimular o sentimento de fazer parte da equipe.

4.2.5 Melhorias na Comunicação Interna no âmbito das Operações de Paz

Quando os pesquisados foram questionados sobre como a Comunicação Interna poderia ser melhorada no âmbito das Operações de Paz: 32% mostraram-se satisfeitos e não apresentaram sugestões de melhorias; 12% acreditam que deve haver um maior número de ações de Comunicação Interna voltadas para os familiares dos militares; 8% sentem a necessidade de mais informações sobre a Operação de Paz ainda na

fase de preparo e adestramento; 8% sugerem o uso de mais recursos tecnológicos e a adoção de melhores equipamentos; 8% entendem que pode ser incrementada com mais atividades de interação entre os militares; 8%, com mais divulgação sobre a importância do trabalho da Comunicação Interna; 8% acreditam que promovendo-se mais interação entre o contingente no terreno e o que irá substituí-lo; e os demais, com mais opções de atividades para o período de descanso dos militares (4%), maior colaboração dos militares nas atividades da Comunicação Interna (4%), reforçando o número de militares na equipe de Comunicação Social (4%) e estimulando a participação feminina na Missão, por acreditarem no bom exemplo que as militares representam para a tropa (4%).

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA COM O SUBCOMANDANTE DA TROPA

Segundo o subcomandante, uma de suas missões prioritárias era *“manter o moral e o nível disciplinar da tropa no mais elevado nível. E a comunicação interna teve papel fundamental nesse mister”*.

Afirmou, ainda, que os principais benefícios dessa modalidade foram o desenvolvimento e o fortalecimento do espírito de corpo³² da tropa, bem como a manutenção de um excelente ambiente de trabalho.

Quando lhe foi perguntado se a Comunicação Interna contribuiu com o bem-estar dos militares, respondeu que sim, enfatizando, principalmente, as atividades sociais e esportivas, que “proporcionavam momentos de lazer e de descontração, fundamentais para a manutenção da higidez física e mental de todos”.

Na visão do subcomandante, a Comunicação Interna exerceu uma influência positiva no desempenho profissional dos militares, com base nos retornos “extremamente positivos” que recebia de seus subordinados. E justificou: “um militar com a mente tranquila, com seu nível de estresse controlado, sentindo-se valorizado pelas suas ações, naturalmente, tem um desempenho profissional dentro daquilo que se esperava dele por

ocasião da seleção, ainda no Brasil”.

Quanto à avaliação das ações de Comunicação Interna da BRAENGOY 19, o subcomandante entende que foi um diferencial para o contingente, ao ter aliviado os efeitos das dificuldades da Missão, entre elas, “a distância da família, a situação de confinamento e, principalmente, a convivência diuturna com os colegas de trabalho”. Classificou a Comunicação Interna como fator preponderante para o sucesso na missão da Companhia de Engenharia, correlacionando com o fato de não ter havido nenhuma punição disciplinar. Destacou que, para essa efetividade, foi importante o Comando ter pessoas especializadas, “com talento para realizar as ações de Comunicação Interna, para um emprego judicioso dos meios e melhor administração do escasso tempo disponível”.

Sobre como a Comunicação Interna poderia ser melhorada no âmbito das Operações de Paz, o subcomandante sugeriu “a obrigatoriedade de pessoal especializado no QCP [Quadro de Cargos Previstos] das Unidades de Força de Paz, bem como uma maior ênfase ao assunto por ocasião da preparação do Comando e do

32 O espírito de corpo é um dos sete Valores Militares da Instituição e refere-se ao “orgulho inato aos homens de farda por integrar o Exército Brasileiro, atuando em uma de suas Organizações Militares, exercendo suas atividades profissionais, por meio de suas competências, junto aos seus superiores, pares e subordinados. Deve ser entendido como um ‘orgulho coletivo’, uma ‘vontade coletiva’ [...] reflete o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre seus integrantes [...]” (BRASIL, 2014a, p. 37).

Estado-Maior no Brasil, quem sabe com uma participação mais incisiva do CCOMSE [Centro de Comunicação Social do Exército] e do CEP [Centro de Estudos de Pessoal] nesse contexto”.

4.4 Resultados da pesquisa com o comandante da tropa

Ainda na fase de mapeamento da Comunicação Social para o seu contingente, o comandante da BRAENGOY 19 identificou a necessidade de Comunicação Interna em três fases distintas: por ocasião dos trabalhos do Núcleo de Preparação³³, durante o Exercício Centralizado da tropa e no período das operações no Haiti. Segundo ele, os objetivos – fortalecer a coesão interna e desenvolver o espírito de corpo – foram plenamente alcançados.

Com base nas experiências acumuladas ao longo de sua carreira, o comandante considera que a Comunicação Interna auxilia

bastante nas ações de comando³⁴, destacando que a participação de profissionais especializados na área “faz toda a diferença nos resultados”. No seu contingente, as atividades da Comunicação Interna “reforçaram a autoestima de cada um dos integrantes da Companhia, produzindo efeitos ainda no Brasil, fazendo chegar militares mais autoconfiantes no Haiti”.

Ao esclarecer se, na BRAENGOY 19, a Comunicação Interna influenciou no bem-estar da tropa, o comandante afirmou que sim, justificando que os produtos dessa modalidade foram desenvolvidos com esse propósito e citou a ausência de problemas disciplinares no seu contingente como sendo um reflexo disso. De acordo com o comandante, “é importante motivar a equipe como um todo, pois a Engenharia tem a peculiaridade de ser formada por especialistas”, cujos trabalhos dependem uns dos outros. Enfatizou que, se houvesse um militar desmotivado e este desenvolvesse uma atividade-chave, tal situação poderia comprometer o trabalho de toda a equipe.

33 Núcleo de comando, chefiado pelo Comandante nomeado para o próximo contingente, que passa a realizar as atividades administrativas e logísticas necessárias à seleção de pessoal. Nas fases seguintes, esse núcleo viabiliza as atividades de instrução e preparo necessárias. Disponível em: <<http://braengcoy-haiti.eb.mil.br/index.php/preparo>>. Acesso em: 24 jul. 17.

34 De acordo com o Manual de Liderança Militar do Exército Brasileiro, a “ação de comando” é exercida por aquele que está investido de autoridade legal para executar suas funções como comandante, do mais alto escalão ao mais elementar (BRASIL, 2011).

Quanto à influência da Comunicação Interna no desempenho profissional dos militares, para o comandante, foi significativa, defendendo que “à medida em que se consegue valorizar o militar, aumentando sua autoestima, isso melhora, e muito, o desempenho individual e coletivo da Companhia”.

Por fim, o comandante acredita que a Comunicação Interna, em Operações de Paz, pode ser melhorada por meio do uso de equipamentos mais modernos, com a promoção de cursos específicos da área para os auxiliares dos Oficiais de Comunicação; e, por outro lado, enfatiza que pode ser potencializada a partir de um trabalho integrado com as Operações Psicológicas³⁵ e a Inteligência Militar³⁶, no sentido de lapidar ainda mais o conteúdo das mensagens para o cumprimento das missões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército Brasileiro é um instituição nacional, permanente e regular, totalmente fundamentada na hierarquia e na disciplina. Seus integrantes são submetidos a uma série de leis, normas e regulamentos, que têm por princípios nortear e moldar sua postura e caráter, de modo que as missões – constitucionais ou de caráter complementar – sejam plenamente cumpridas, estando em solo brasileiro ou estrangeiro. Nesse processo, a valorização e a motivação desses militares podem se configurar em elementos fundamentais para ações bem sucedidas da Força Terrestre.

Neste estudo, procurou-se identificar como a Comunicação Interna pode favorecer o cumprimento das missões do Exército, particularmente, no âmbito das Operações de Paz, que apresentam cenários em conflito, repletos de desafios.

No contexto da MINUSTAH, observando-se apenas por uma janela, ao se avaliar, especificamente, as ações de Comunicação Interna do 19º Contingente da Companhia de Força de Paz – Haiti, foi possível perceber sua influência positiva sobre a tropa, enquanto público

35 Operações Psicológicas são o “conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados.” (BRASIL, 1999, p. 11).

36 A Inteligência Militar é considerada importante em todos os níveis de atuação, tendo como função identificar ameaças, minimizando incertezas e buscando oportunidades para o sucesso das operações (BRASIL, 2015).

estratégico, e ainda o valor dessa modalidade de Comunicação Social como instrumento facilitador das ações de comando.

Do ponto de vista do Comando da BRAENGCOY 19, a relevância da Comunicação Interna residiu, principalmente, no fato de ter sido um estímulo ao espírito de corpo, ao bem-estar da tropa e por fomentar o bom desempenho profissional, nos planos individual e coletivo. O que, segundo o comandante e o subcomandante, refletiu, inclusive, na melhor fluência das atividades diárias e na ausência total de problemas disciplinares durante a atuação da Companhia de Engenharia no Haiti. O Comando considerou que o estado de ânimo de sua equipe, que se mostrou motivada e com elevada autoestima durante toda a Missão, também foi impulsionado pelos trabalhos da Comunicação Interna.

Na percepção dos demais integrantes pesquisados, o resultado foi convergente com o observado pelo Comando, pois os militares esclareceram que a Comunicação Interna foi capaz de influenciar positivamente no bem-estar e no desempenho da tropa. Além disso, demonstraram um elevado grau de satisfação com a ações de comunicação sob diversos

aspectos, sobretudo no que diz respeito ao repasse de informações úteis; aos produtos informativos, motivacionais e de divulgação; bem como pela oportunidade de maior aproximação e integração entre os membros do contingente, a partir da realização dos muitos eventos sociais. É válido ressaltar que essa última apuração alinha-se com o que preconiza o Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa:

Os aspectos “recreação e bem-estar” devem receber uma atenção especial, [...]. É natural que a tropa, em períodos de ociosidade, venha a se saturar com o confinamento, a rotina diária e com o excesso de formalismo no desempenho das atividades, podendo comprometer o seu moral e a disciplina. Como forma de reduzir a probabilidade de ocorrência dessas situações e, paralelamente, amenizar as tensões naturais vivenciadas, é fundamental que se estimule a participação da tropa em atividades recreativas, balanceando-as com as tarefas inerentes às Op Paz (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 45).

Sob uma abordagem diferente, observou-se a necessidade de amplificar as atividades de Comunicação Interna em atenção aos familiares dos militares. Alguns sugeriram, inclusive, o emprego de

novas tecnologias para gerar maior aproximação com esse público – uso de aplicativos existentes de mensagens ou criação de novos, disponibilização de arquivos de imagens na nuvem³⁷, entre outras possibilidades. Tal constatação pode servir de suporte para futuras linhas de ação, no sentido de integrar ainda mais a família do militar, além de mantê-la mais informada, atualizada sobre as operações e em menor espaço de tempo.

Outro ponto observado refere-se à importância de se ter especialistas na função de oficial de Comunicação Social. Tanto o comandante como o subcomandante da BRAENGOY 19 consideraram fundamental o exercício das atividades de Comunicação Interna sob uma ótica profissional, com maior probabilidade de se gerar ações mais preditivas e assertivas. Como acréscimo a isso, o Comando sugeriu, para futuras operações, a disponibilidade de cursos específicos da área a auxiliares da Seção de Comunicação Social, a fim de capacitar ainda mais a equipe. Também foi alegada a importância

do emprego de equipamentos mais modernos para dinamizar os trabalhos de comunicação, que envolvem um número considerável de produções gráficas e audiovisuais.

Ainda como oportunidade de melhoria, no campo da Comunicação Interna, “informação” pareceu ser a palavra-chave. Informar para tornar clara a missão individual e coletiva; para atualizar, fomentar o desempenho profissional e valorizar o trabalho da tropa; informar os familiares com o intuito de minimizar o desconforto do distanciamento. Enquanto a tropa importava-se em receber a informação; o Comando preocupava-se em como fazer chegar essa informação e com que qualidade; fator, evidenciado na pesquisa realizada, que sugere ser bastante oportuno considerá-lo no mapeamento da Comunicação Social em vindouras participações do Brasil em Operações de Paz.

Entretanto, Wolton (2010) adverte que informar não é comunicar. Destaca que a comunicação é sempre mais complexa, pois impõe a questão da relação com o outro. É por meio da comunicação que se expressa o verdadeiro desafio, e não através do repasse bruto de informações. Na visão do autor, a informação caracteriza-se por produzir notícia, serviço e conhecimento, mas

37 Atualmente, muitas organizações usam serviço de computação em nuvem, que é “o fornecimento de serviços de computação – servidores, armazenamento, bancos de dados, rede, software, análise e muito mais – pela Internet”. Disponível em: <<https://azure.microsoft.com/pt-br/overview/what-is-cloud-computing/>>. Acesso em: 11 ago. 17.

comunicar significa ultrapassar esses limites, produzir o compartilhamento, a convicção. E é essa convicção que faz emergir as lógicas de argumentação capazes de explicar e responder às mais diversas objeções.

Os integrantes da Companhia de Engenharia também evidenciaram a necessidade da aplicação da Comunicação Interna, com mais ênfase, na fase de adestramento da tropa, para clarificar com mais intensidade o teor da missão, suas peculiaridades e promover maior interação entre o contingente no terreno e o contingente em preparo, no sentido de dirimir dúvidas e melhor compreender as atribuições de cada um.

Por fim, o Comando sugeriu uma atuação interdisciplinar no diálogo com a tropa, por meio de ações integradas da Comunicação Social com as Operações Psicológicas e com a Inteligência Militar, em apoio aos comportamentos, atitudes ou reações que se esperam desse público interno nas Operações de Paz.

Em virtude do que foi exposto, espera-se que este estudo se constitua em um relato útil para se compreender a ampla relevância da comunicação direcionada às tropas lotadas em ambiente operacional de paz. Sobretudo, por se configurar

como o início de uma necessária discussão a respeito do tema – atualmente, timidamente explorado na produção técnico-científica do Exército Brasileiro.

Que os resultados apresentados, sob o prisma da Comunicação Interna da BRAENGOY 19, sirvam de motivação na busca por melhores práticas. De outra forma, gerar novos conhecimentos e disseminar experiências bem sucedidas, no domínio da Comunicação Interna em operações internacionais, podem permitir que a Força Terrestre usufrua, em larga escala, dos benefícios resultantes dessa estratégica ramificação da Comunicação Social, não somente no sentido de potencializar a atuação dos contingentes brasileiros como também de fortalecer a imagem do Exército Brasileiro no panorama global.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Centro de Comunicação Social do Exército. **Plano de Comunicação Social de 2017**. 2017. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=453&act=sep>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- _____. Constituição (1988).

Constituição da República Federativa do Brasil:

promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. Estado-Maior do Exército.

C 20-10: Manual de Campanha Liderança Militar. 2011.

Diponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/C-20-10.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 17.

_____. _____. **C 45-1: Manual de Campanha Comunicação Social.** 2009. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=f1b88ec0-e848-40c6-ac50-a009a8f22017&groupId=11425>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. _____. **C 95-1: Manual de Campanha de Operações de Manutenção de Paz.** 1998. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/112/1/C-95-1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. _____. **C 45-4: Manual de Campanha de Operações Psicológicas.** 1999. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/306/1/C-45-4.pdf>>.

Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. _____. **EB20-**

MF-10.101: Manual de Fundamentos O Exército Brasileiro. 2014a. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Manual+-+O+Ex%C3%A3rcito+Brasileiro/09a8b0d2-81d0-4a69-a6ea-0af9a53eaf45>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. _____. **EB20-**

MF-10.102: Manual de Doutrina Militar Terrestre. 2014b.

Disponível em <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/93/1/EB20-MF-10.102.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. _____. **EB20-**

MF-10.103: Manual de Operações. 2014c. Disponível em: <http://www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CMB/publicacoes/manual_de_campagna_manual_de_fundamentos.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. _____. **EB20-**

MF-10.107: Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre. 2015a. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/95/1/EB20-MF-10.107.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

. EB20-
MC-10.205: Manual de Campanha Comando e Controle. 2015b. DiFlávio de Toledo e Benedito Milioni: sponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/79/1/EB20-MC-10.205.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

. Ministério da Defesa.
MD34-M-02: Manual de Operações de Paz. 2013. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34_m_02_manual_op_paz_3ed_2013.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIXO, Manuel João Vaz. Teorias e Modelos de Comunicação. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas e Modernidade: novos paradigmas da comunicação. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

. A comunicação como fator de humanização das organizações. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010.

MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação Aberta. São Paulo: Manole, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. 2001. In DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINUSTAH - Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/minustah/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ONU. Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança, 2004. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf>.

OpenElement. Acesso em: 08 Jul.2017.

TOLEDO, F. de; MILIONI, B. **Dicionário de Administração de Recursos Humanos.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.

UN. Department of Peacekeeping Operations. **Operations handbook on United Nations multidimensional peacekeeping**

operations. New York, 2003.

WOLTON, Dominique. Informar não é comunicar. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO À TROPA

De acordo com os itens a seguir, referentes às ações de Comunicação Interna no 19º Contingente da BRAENGOY, indique seu grau de satisfação quanto:

	Indiferente	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Às Informações sobre a Missão da BRAENGOY na Minustah.	<input type="checkbox"/>				
Às Informações sobre a sua Missão na BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				
À palestra sobre a Importância da Comunicação Social.	<input type="checkbox"/>				
Aos produtos desenvolvidos pela Comunicação Social (nova marca da BRAENGOY, folder, banner, agenda permanente etc).	<input type="checkbox"/>				
Aos filmes motivacionais da BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				
Ao Informativo da BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				
À exposição de reportagens de vídeo sobre a BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				
Aos eventos criados para o entretenimento dos Integrantes da BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				
Às Informações sobre as ações da BRAENGOY para os familiares dos Integrantes.	<input type="checkbox"/>				
À Revista do 19º Contingente da BRAENGOY.	<input type="checkbox"/>				

Classifique as afirmações a seguir, relativas às ações de Comunicação Social voltadas para os integrantes do 19º Contingente da BRAENGCY (Comunicação Interna):

	Indiferente	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
A Comunicação Interna foi relevante para me informar sobre a MINUSTAH e a missão da BRAENGCY.	<input type="checkbox"/>						
A Comunicação Interna foi relevante para me informar sobre o que é ser um Soldado do Paz.	<input type="checkbox"/>						
A Comunicação Interna fez com que eu me sentisse parte vital do Exército Brasileiro e da Missão.	<input type="checkbox"/>						
A Comunicação Interna contribuiu para um bom clima de relacionamento na BRAENGCY.	<input type="checkbox"/>						

Na sua visão, a Comunicação Interna lhe proporcionou bem-estar?*

- Sim
- Não

Justifique a resposta anterior: *

Texto de resposta longa

Na sua visão, a Comunicação Interna influenciou de forma positiva o seu desempenho profissional? *

sim

não

Justifique a resposta anterior: *

Texto de resposta longa

Como a Comunicação Interna pode ser melhorada no âmbito das Operações * de Paz?

Texto de resposta longa

Direito

A ASSESSORIA JURÍDICA NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU: O DESAFIO DE ASSEGURAR QUE QUESTÕES JURÍDICAS TENHAM SEU DESFECHO NO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA MISSÃO DE PAZ

Eliabe Gonçalves dos Santos¹

Resumo: O Batalhão Brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) possui uma Assessoria Jurídica desde o seu primeiro contingente, na época em que ainda era uma brigada. A diversidade de missões, o número expressivo de militares, os riscos envolvidos, seja ao pessoal, seja ao equipamento, fazem com que a correção dos processos internos cresça de importância. Visto tratar-se de uma missão de paz, sob a égide das Nações Unidas, o imperativo da legalidade não pode ser jamais colocado em segundo plano. Nesse contexto, surgem questionamentos quanto à eficácia do assessoramento jurídico prestado na resolução definitiva de litígios ocorridos no âmbito da Missão de Paz. O presente estudo pretende integrar os conceitos básicos e a informação científica relevante e atualizada, a fim de propor uma nova sistemática de assessoramento jurídico nas Missões de Paz da ONU, lideradas pelo Exército Brasileiro, que privilegie a solução definitiva e incontroversa de atos e fatos jurídicos, ocorridos no âmbito da Missão de Paz, sem a possibilidade de eventuais desdobramentos ou revisões por órgãos nacionais ou internacionais. Foram feitas pesquisas bibliográfica e documental, pautada, em livros, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos. Foi aplicado um questionário aos Oficiais QCO/Direito que desempenharam recentemente a função de assessores jurídicos em Missões de Paz no Haiti. Os dados foram agrupados tendo como referências as respostas dos entrevistados por pergunta e associados às teorias e conceitos apresentados ao longo do texto, demonstrando a ligação entre a realidade e a teoria. Como resultados foram identificados as principais deficiências e oportunidades de melhoria das Assessorias Jurídicas nas Missões de Paz, encabeçadas pelo Brasil. Concluiu-se que a estrutura de assessoramento jurídico das Missões de Paz pode ser especializada de modo a criar dois sistemas responsáveis, respectivamente, pelo assessoramento ao Comando da Missão, nos aspectos administrativos e civis, e pela parte penal e disciplina da tropa, num aspecto amplo de corregedoria.

Palavras-Chave: Assessoramento Jurídico. Missões de Paz. Sistema de Corregedoria.

¹ Capitão QCO Direito da turma de 2009. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsAEx em 2009.

Abstract. The Brazilian Battalion of the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH) has had legal advice since its first contingent, at a time when it was still a brigade. The diversity of missions, the expressive number of soldiers, the risks involved, whether to personnel or to equipment, make correcting internal processes grow in importance. As this is a peace mission, under the aegis of the United Nations, the imperative of legality can never be placed in the background. In this context, questions are raised as to the effectiveness of legal advice provided in the final settlement of disputes within the scope of the Peace Mission. The present study intends to integrate the basic concepts and the relevant and updated scientific information, in order to propose a new advisory systematization Legal process in the UN Peace Missions, led by the Brazilian Army, which privileges the definitive and uncontroversial solution of legal acts and facts, occurring within the scope of the Peace Mission, without the possibility of eventual unfolding or revisions by national or international bodies. Bibliographical and documental research was conducted, based on books, dissertations, monographs, course papers and scientific articles. A questionnaire was applied to the QCO / Law Officers who recently served as legal advisors in Peace Missions in Haiti. The data were grouped according to the respondents' answers by question and associated to the theories and concepts presented throughout the text, demonstrating the connection between reality and theory. As a result, the main deficiencies and opportunities for improvement of the Legal Counsel in Peace Missions headed by Brazil were identified. It was concluded that the legal advisory structure of the Missions of Peace can be specialized so as to create two systems responsible, respectively, for advising the Command of the Mission, in administrative and civil aspects, and for the criminal part and discipline of the troop, In a broad aspect of correction.

Keywords: Real Estate Lawyers. Peace Missions. Correction System.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento e a condução das Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) têm sido reformulados conforme se acumulam as experiências pretéritas, desenvolvendo uma doutrina própria para a matéria.

Sob esse aspecto, evolutivo e multidimensional, o assessoramento jurídico dos Batalhões de Paz da ONU desenvolve atividades que extrapolam a dimensão militar de estabilização e pacificação.

A multidimensionalidade do assessoramento jurídico militar tem sido experimentada pelas Forças de Paz do Brasil no Haiti desde 2004, quando foi estabelecida a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), com base na Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004). Nessa operação, coube ao Brasil o comando militar, sendo então criada a Brigada Haiti (hoje Batalhão Haiti), surgindo, a partir daí, a oportunidade da criação de uma equipe de assessoramento jurídico do comandante militar da missão (*Force Commander*).

A fim de adequar a preparação

da tropa que atuaria na missão de paz no Haiti com as exigências estabelecidas pela ONU, foi criado o **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil** (CCOPAB), localizado em Deodoro, Rio de Janeiro, onde, também, a equipe de assessoramento jurídico realiza seu preparo profissional.

Entretanto, a impossibilidade fática de se reproduzir, no CCOPAB, todas as situações que possam gerar ato e fatos de repercussão jurídica para a missão de paz, alinhada com uma normatização dispersa, cria um assessoramento jurídico, para o caso concreto, que não é imune a revisões fora do âmbito da operação, gerando verdadeira insegurança jurídica aos comandantes e membros da MINUSTAH.

Esses aspectos são mitigados com a aplicação do estágio para assessores jurídicos que atuam na missão de paz no Haiti, conduzido pela Seção de Missão Paz, da Terceira Subchefia do COTER, desde 2007.

A fim de minimizar tais problemas, é essencial, portanto, o conhecimento preciso da legislação brasileira que rege a Missão de Paz pelo seu assessor jurídico, além das normas da ONU e do Haiti, afinal a principal missão da

Assessoria Jurídica da Missão de Paz é assegurar que as questões que se iniciarem no Haiti tenham seu desfecho no mesmo local, sem desdobramentos ou revisão, seja no Brasil ou na ONU.

Entretanto, o conhecimento de todo o arcabouço normativo não é suficiente para um assessoramento jurídico satisfatório, e nesse contexto surgem questionamentos quanto à eficácia do assessoramento jurídico na resolução definitiva de litígios ocorridos no âmbito da Missão de Paz.

Os dados levantados nos questionários respondidos pelos Oficiais da área de Direito do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), que recentemente desempenharam a função de assessor jurídico militar no Haiti, demonstram que o reforço da estrutura de assessoramento jurídico em Missões de Paz não se limita, apenas, ao aspecto quantitativo, mas, também, e principalmente, ao aspecto relacionado à especialização do assessoramento jurídico prestado.

A criação de estruturas de especialização, destinadas ao assessoramento jurídico e à correição disciplinar, de formas distintas, é uma tendência que já se verifica nas jurisdições administrativas e judiciárias do Brasil, podendo ser

repetida com resultados bastante satisfatórios nas Missões de Paz.

O objetivo do presente trabalho, portanto, é de contribuir na evolução do sistema de assessoramento jurídico do Exército Brasileiro e, de forma particular, no método de assessoramento jurídico das Missões de Paz da ONU, integrando os conceitos básicos e a informação científica relevante e atualizada, a fim de propor uma nova sistemática de assessoramento jurídico nas Missões de Paz da ONU, lideradas pelo Exército Brasileiro, que privilegie a solução definitiva e incontroversa de atos e fatos jurídicos ocorridos no âmbito da Missão de Paz, seja qual for a natureza jurídica do ato, sem a possibilidade de eventuais desdobramentos ou revisões por órgão nacionais ou internacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do assessoramento jurídico em Missões de Paz

Em 1989, através da Lei nº 7.831, de 02 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989a), regulamentada pelo Decreto nº 8.734, de 02 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), foi criado o Quadro Complementar de Oficiais destinado a suprir as necessidades de

apoio técnico especializado nas mais diversas áreas de conhecimento, dentre elas a do Direito.

Em 1990 foi formada a primeira turma de Oficiais do QCO. Os profissionais com formação jurídica passaram a atuar nas atividades de assessoramento nos mais diversos órgãos da Instituição (BRASIL, 1989b).

Inicialmente, as atribuições do Oficial do QCO de Direito eram balizadas pelo disposto no Aviso nº 250 CJMEx, de 25 de julho de 1994, documento interno do Exército; atualmente essas funções são regidas pela Portaria nº 156, de 18 de março 2013 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2013).

A partir de 1994, um oficial do quadro complementar já estava atuando como assessor jurídico em uma missão de paz, participando do contingente da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III). Na época, por ser um quadro muito recente, muito pouco se sabia da atuação do oficial do QCO em Missões de Paz, tanto que a preparação desses oficiais, no que diz respeito à atuação na área específica, era feita individualmente, por conta própria de cada militar (VIOLA, 2007).

Em 2004, com a implantação da

MINUSTAH e com a determinação da ONU para que o Brasil assumisse o comando militar da missão, foi criada a Brigada Haiti, abrindo mais uma vez a possibilidade para um oficial do QCO atuar em missão de paz na condição de assessor jurídico do Comandante da missão militar.

A preparação para participação de uma operação de paz para o assessor jurídico, inicialmente, se deu por conta própria. Posteriormente, além da passagem de função de um assessor ao próximo, foram utilizados os Módulos de Treinamento Padrão da ONU (*Standard Generic Training Module – SGTM*). Atualmente, o treinamento da tropa destinada à Missão de Paz, incluindo o assessor jurídico, vem sendo realizado no CCOPAB.

2.2 A Atuação da Assessoria Jurídica do Batalhão de Força de Paz no Haiti

A atuação da equipe da assessoria jurídica da Missão de Paz no Haiti se dá em conjunto com a polícia militar da ONU e com o assessor jurídico (*Legal Adviser*) do Comandante Geral da missão, no caso o representante do Secretário-Geral da ONU. Na condição de

assessor jurídico, atua diretamente no acompanhamento da apuração de todos os fatos relevantes que envolvem o efetivo militar brasileiro. A equipe de assessoramento jurídico do BRABAT presta auxílio aos encarregados de sindicância, de inquéritos policiais militares (IPM) e dos instrumentos de investigação da ONU (procedimentos sumários e *Board of Inquiry*), de modo a garantir a fiel observância, por esses militares, das normas jurídicas que regulam essas investigações. A equipe de assessoramento pode ainda ser encarregada das investigações, dependendo da necessidade e complexidade da situação. Da mesma forma atua com relação à apuração das transgressões disciplinares, zelando pelo equilíbrio entre o respeito às garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da disciplina da tropa.

Um segundo papel de fundamental importância da equipe de assessoramento jurídico é sua atuação no campo preventivo. Como profunda conchedora dos ordenamentos jurídicos aplicáveis aos membros participantes da Missão de Paz, a equipe jurídica tem o dever de orientar o contingente no tocante aos direitos e deveres inerentes a cada um, bem como o de informar todas as possíveis consequências

jurídicas dos atos praticados pelos militares participantes (ANTÔNIO, 2007).

Para o cumprimento de sua missão, a equipe de assessoramento jurídico deve estar extremamente atualizada acerca do ordenamento jurídico a ser aplicado ao longo da atuação da Força de Paz, razão pela qual a análise pormenorizada da legislação merece atenção especial.

2.3 O arcabouço normativo que rege as Missões de Paz da ONU

O caráter normativo das Forças de Paz da ONU em um determinado país exige que se regule juridicamente a presença dos integrantes das missões de observação e das Forças de Paz à luz do princípio do consentimento. Assim, as Missões de Paz devem ser precedidas de uma série de tratados internacionais que disciplinem e legitimem as relações jurídicas dela decorrentes, com base em modelos e padrões pré-elaborados pela ONU, acrescidos das peculiaridades de cada missão.

A ONU tem insistido na noção de imunidade absoluta de jurisdição civil e penal mediante a conclusão com o governo anfitrião de acordo, denominado “acordo das

prerrogativas das forças” (*Status of Forces Agreement – SOFA*), cabendo aos países de origem julgar os delitos ou crimes perpetrados pelos seus nacionais integrantes das operações de paz. Esse acordo define diversas situações pertinentes à missão de paz. A ONU ainda celebra acordos com os Estados participantes contribuintes com efetivo, de modo a regular juridicamente suas atuações (MELLO, 1997).

Esta abordagem é referente aos principais documentos de uma operação de paz, traçando-se um paralelo com os tratados celebrados por ocasião da MINUSTAH, são eles: Resolução do Conselho de Segurança e Mandato da Missão; Acordo do Estatuto da Força (*Status of Forces Agreement – SOFA*); Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding – MOU*); Diretrizes para os Efetivos Militares (*Guidelines*); Regulamento Disciplinar do Exército.

É preciso ressaltar que, no se refere aos crimes militares, o item 51, alínea “b” do SOFA estabelece que os membros militares da Missão de Paz são submetidos à jurisdição criminal exclusiva do Estado participante a que pertençam para todas as infrações criminais que venham a cometer no território do Haiti. Tal preceito está de perfeita

sintonia com a legislação penal militar brasileira que adota o princípio da extraterritorialidade penal militar:

Se algum militar brasileiro, servindo na ONU, comete crimes previstos no CPM, em qualquer parte do mundo, será julgado pela lei penal militar do Brasil (ASSIS, 2007, p.36).

Cabe ressaltar que a legislação enumerada não esgota o assunto, sendo também de suma importância o conhecimento de outros tratados internacionais, como as Convenções de Haia, as Convenções de Genebra e seus protocolos facultativos, os Boletins do Conselho de Segurança da ONU, entre outros. Do mesmo modo, vital é o conhecimento dos preceitos basilares do Direito Internacional dos Conflitos Armados e da legislação do país local, em especial a Constituição e a legislação privada.

2.4 Principais atribuições da Assessoria Jurídica nas Missões de Paz da ONU

As principais atribuições da Assessoria Jurídica do Batalhão de Força de Paz no Haiti são as seguintes:

a. prestar assessoramento jurídico ao Comando do Batalhão, tanto no que diz respeito à legislação brasileira quanto na internacional ou estrangeira pertinentes;

b. estar atualizado em relação à legislação de interesse da missão, inclusive ter noções básicas a respeito da legislação haitiana;

c. orientar e fiscalizar a condução e a regularidade dos procedimentos investigatórios a cargo do Contingente;

d. supervisionar o formalismo das punições disciplinares;

e. fazer a ligação entre o Batalhão e o *FORCE PROVOST MARSHAL* e a *POLÍCIA MILITAR DA GUATEMALA*, com quem deverá trabalhar estreitamente;

f. propor, quando necessário, trabalhos preventivos ou de instrução para a tropa, visando à segurança das atividades e ao perfeito cumprimento das normas da MINUSTAH; e

g. Controlar os arquivos da Assessoria Jurídica (PRADO, 2009).

2.5 Órgãos externos e internos de interação com a Assessoria Jurídica do Batalhão de Força de Paz no Haiti

Os principais órgãos externos com os quais a Assessoria Jurídica tem contato são:

a. *FORCE PROVOST MARSHAL* (Corregedor ou Chefe de Investigação Militar da MINUSTAH) – função normalmente ocupada por um oficial superior da Força Aérea Brasileira, pelo período de um ano.

b. *GUAMPCOY* ou *MP (GUATEMALAN MILITARY POLICE COMPANY)* – é ligada funcionalmente ao FPM. Exerce atribuições análogas à Polícia Judiciária, investigando as ocorrências que envolvam os Contingentes; equivale no âmbito da MINUSTAH à Polícia do Exército.

c. *UNPOL* – *UNITED NATIONS POLICE* – atua em situações específicas da Missão, normalmente na intermediação de certos procedimentos, tais como entrega de pessoas detidas e armas apreendidas para as autoridades competentes, e em investigações que envolvam pessoal orgânico da ONU.

d. *SEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DA MINUSTAH* – responsável pela fiscalização de todas as ações da Missão pertinentes à sua conformação com os princípios universais de Direitos Humanos.

e. *CLAIMS UNIT* (SECAO DE RECLAMACAO) – escritório da MINUSTAH responsável em receber reclamações de cidadãos haitianos, em especial aquelas relativas a pedidos de indenização.

f. *PNH (POLICE NATIONALE DU HAITI)* – possui a competência primária para prover a segurança pública em território haitiano, tendo desde os últimos contingentes apresentado progresso em termos de equipamento e pessoal.

g. *PODER JUDICIÁRIO HAITIANO* – embora não haja um contato direto com o judiciário do Haiti, é importante ter noções corretas a respeito de sua estrutura e funcionamento.

Os principais órgãos internos à Missão de Paz com os quais a Assessoria Jurídica tem contato são:

a. *COMANDO DO BATALHÃO* – tanto o Comandante quanto o Subcomandante do Batalhão são os principais destinatários da documentação produzida na Assessoria Jurídica, sendo que a quase totalidade é assinada por eles, com quem a Assessoria Jurídica despacha diretamente.

b. *G1* – embora a Assessoria Jurídica esteja subordinada diretamente ao Comando, está vinculada administrativamente

ao G1, a quem cabe escalar os sindicantes e encarregados dos demais procedimentos investigatórios, além de controlar diretamente o pessoal que integra a assessoria, no que diz respeito a dispensas, conceitos, elogios, etc.

c. *G2* – muitos dos assuntos que são tratados na Assessoria Jurídica têm caráter reservado, devendo, assim, haver estreito contato com a seção de inteligência, onde ficam arquivados alguns dos processos produzidos na assessoria, além de algumas publicações reservadas.

d. *G3* – algumas das operações desenvolvidas pela 3^a seção necessitam apoio jurídico, sendo que, para esse fim, o G3 é o responsável pelo contato com o Poder Judiciário Haitiano.

e. *G4* – é responsável pela elaboração, controle e arquivo dos contratos do Batalhão de Paz, assessorado diretamente pela Assessoria Jurídica.

f. *G9* – a ligação com o pessoal de assuntos civis é mais frequente na elaboração de contratos de obra desenvolvidas em cooperação com a MINUSTAH, em especial os QIP (QUIK IMPACT PROJECTS).

g. *POLÍCIA DO EXÉRCITO* – possui papel fundamental na coleta de dados e na realização de

perícias, principalmente as relativas à acidentes de veículos (tomada fotográfica, dados relativos às pessoas envolvidas, etc)(PRADO, 2009).

2.6 Números de demandas jurídicas ocorridas no Batalhão de Força de Paz no Haiti

Quanto a este item só foi possível carrear dados estatísticos do Batalhão Brasileiro de Força de Paz do 11º Contingente/2009, pois foi o único efetivo que disponibilizou tais dados no seu Manual de Assessoria Jurídica (PRADO, 2009).

É certo que os demais contingentes tenham dados semelhantes, entretanto, não foi possível ter acesso por ser informação sigilosa.

Os dados estatísticos de demandas jurídicas ocorridas no 11º Contingente do BRABAT (PRADO, 2009) são os seguintes:

- a. Sindicâncias – 32
- b. Inquérito Policial Militar – 1
- c. Comissão de Inquérito – Board of Inquiry – 1
- d. Disposição Sumária – 19
- e. Auto de Prisão e Flagrante – nenhum
- f. Carta Precatória – 4 (recebidas)

g. Investigação Preliminar – 2.

3 METODOLOGIA

O tema deste trabalho, apesar de muito debatido em âmbito castrense, principalmente em congressos e simpósios promovidos pelo Gabinete do Comando do Exército, não tem uma produção literal substancial, para não dizer que é quase que inexistente; dessa forma, a consulta biográfica baseia-se em manuais doutrinários do Exército Brasileiro e artigos jurídicos que, de forma reflexa, tangenciam o tema, além de doutrina balizada afeta ao estudo da ciência jurídica, de uma forma geral.

A fim de suprir a deficiência acima mencionada, principalmente na formulação de propostas, socorreu-se de dados estatísticos do Batalhão Brasileiro de Força de Paz do 11º Contingente/2009, pois foi o único efetivo que disponibilizou tais dados no seu Manual de Assessoria Jurídica (PRADO, 2009).

Também foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A), junto a quatro Oficiais QCO de Direito, que servem atualmente na Guarnição de Brasília, que desempenharam as funções de Assessor Jurídico do

Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti, de modo a levantar dados acerca das principais dificuldades enfrentadas no assessoramento jurídico em Missões de Paz.

As respostas ao questionário elaborado foram feitas de forma individual, sem interferência do entrevistador, voluntariamente e tendo ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental foram analisados de forma a associá-las às teorias e conceitos apresentados ao longo do texto, demonstrando a ligação entre a realidade e a teoria.

Os dados obtidos com os questionários foram analisados comparando-se as respostas dos participantes sobre cada assunto abordado pela pesquisa, permitindo-se, assim, observar e concluir o que de fato ficou demonstrado a partir desses dados.

4 RESULTADOS

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica, a consulta ao sítio eletrônico do CCOPAB, a obtenção dos dados estatísticos do 11º Contingente/2009 de Missão

de Paz no Haiti e a aplicação de questionário aos Oficiais QCO de Direito possibilitaram:

O histórico de atuação da Assessoria Jurídica do Batalhão de Força de Paz no Haiti;

- Identificar o arcabouço normativo que rege a Missão de Paz no Haiti;

- Identificar as principais demandas de assessoramento jurídico na MINUSTAH; e

- Levantar as principais dificuldades enfrentadas pela Assessoria Jurídica da MINUSTAH.

4.1 Consulta aos manuais doutrinários do Exército Brasileiro e ao sítio eletrônico do CCOPAB

A consulta aos manuais doutrinários do Exército Brasileiro e ao sítio eletrônico do CCOPAB possibilitou atestar que é responsabilidade de cada um dos países contribuintes da Missão de Paz o controle sobre as questões disciplinares de seus militares.

No caso brasileiro, havendo a transgressão, será realizado o processo administrativo, normalmente com o uso da Ficha de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD),

ou qualquer outro procedimento investigatório, e aplicado o Regulamento Disciplinar do Exército.

Além disso, existem duas ferramentas para averiguação de fatos ocorridos: as Investigações Sumárias e as Comissões de Inquérito (*Board of Inquiry*).

A primeira é destinada a incidentes mais simples, que não envolvem mortes ou dano e nas quais as perdas sofridas não sejam relevantes (KAMINSKI, 2007).

Já a segunda é destinada à averiguação de incidentes mais graves, envolvendo morte ou sério dano militar, incidentes entre pessoal militar de contingentes diferentes ou ainda incidentes envolvendo perda e danos à terceiros.

Esses processos não possuem normatização, nem procedimento rígido, entretanto, apesar de serem conduzidos pelos respectivos contingentes dos militares investigados ou dos fatos ocorridos, são decididos fora do âmbito do país contribuinte da Missão de Paz, sendo solucionados pelo Chefe da Missão (*Head of the Mission*).

O fato de o assessor jurídico ter também como atribuição a supervisão da correta condução do *Board of Inquiry* pelo seu encarregado, alinhado a uma

ausência de normatização formal, faz com que as orientações emanadas da Assessoria Jurídica se baseiem nos procedimentos formais existentes no Exército Brasileiro (sindicâncias e IPMs).

Tal prática acarreta uma insegurança nos encarregados de tais procedimentos, particularmente nos oficiais brasileiros acostumados a um sistema positivista de normas.

Isso não ocorreria, em princípio, se a condução do *Board of Inquiry* fosse feita pelos Oficiais do QCO de Direito, familiarizados com os processos de colmatação de sistemas normativos.

4.2 Obtenção dos dados estatísticos do 11º Contingente/2009 de Missão de Paz no Haiti

A obtenção dos dados estatísticos do 11º Contingente/2009 de Missão de Paz no Haiti revela que a quase totalidade de demandas por assessoramento jurídico formal ocorre nos processos e procedimentos relativos a algum tipo de investigação de fatos ocorridos, cerca de cinquenta e cinco procedimentos de investigação (Sindicâncias; Inquérito Policial Militar; Comissão de Inquérito – *Board of Inquiry* – ; Disposição

Sumária e Investigação Preliminar).

É bem verdade que o assessoramento jurídico aos atos administrativos praticados pelo Comandante, aos contratos de trabalho dos trabalhadores civis haitianos e às demais questões civis ocorridas no âmbito da Missão de Paz brasileira rivaliza em termos de volume de trabalho com os processos descritos acima, apesar da ausência de estatísticas que comprovem tal fato.

Tudo isso demonstra a necessidade de se pensar numa sistematização de assessoramento jurídico que especialize as formas de atuação da Assessoria Jurídica, de forma que o tipo de assessoramento esteja vinculado a uma ordem de demanda jurídica específica.

4.3 Aplicação do questionário aos Oficiais do QCO de Direito que desempenharam as funções de Assessor Jurídico do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti

Os dados obtidos com o questionário serão apresentados em forma de discussão dos mesmos, de maneira isolada, evitando, assim, uma generalização das respostas dadas.

O primeiro ponto levantado no questionário diz respeito à auto-avaliação que os assessores jurídicos fizeram de suas capacitações para o desempenho das funções na Missão de Paz no Haiti.

Todos foram unâimes em indicar uma capacitação suficiente para o desempenho de assessor jurídico, ressaltando que houve uma resposta que propõe a criação de um núcleo permanente no Brasil para instrução e apoio à célula jurídica dos contingentes de Missão de Paz.

O segundo ponto levantado no questionário diz respeito à avaliação do assessoramento jurídico prestado aos encarregados de IPM(s) e sindicâncias.

Todas as respostas indicaram que o desempenho foi satisfatório, não pela estrutura de assessoramento, mas devido ao empenho pessoal dos assessores jurídicos.

Dois entrevistados ressaltaram que o grande volume de sindicâncias fez com que o assessoramento fosse feito de forma rápida, o que não é ideal.

O terceiro ponto levantado no questionário diz respeito aos principais problemas que se verificava na condução de IPM (s) e sindicâncias.

Dois entrevistados levantaram

que a falta de experiência dos encarregados era a principal deficiência. Outros dois entrevistados relataram que a gama de atividades e falta de tempo dos encarregados eram os principais problemas.

O quarto ponto levantado no questionário diz respeito à questão da descontinuidade da condução dos IPM(s) e sindicâncias.

Nessa questão todos foram unânimes em relatar problemas de descontinuidade na condução de IPM(s) e sindicância.

O quinto ponto levantado no questionário diz respeito ao posicionamento dos entrevistados diante de um aumento na estrutura de assessoramento jurídico das Missões de Paz.

Todos foram favoráveis; três entrevistados sugeriram o aumento de um para dois assessores jurídicos por missão.

5 DISCUSSÃO

As Missões de Paz da ONU têm sido alvo do julgamento de pesquisadores, que a respeito delas tecem as mais variadas críticas. Desde sua legitimidade até a eficácia de seus resultados, são objeto de estudos que procuram

identificar interesses subjacentes aos explicitados nos mandatos das missões, procuram questionar os métodos de pacificação, erigem argumentos favoráveis e contrários à participação de dado país enquanto contribuinte com tropas, etc. Assim também ocorre a respeito da MINUSTAH.

Um bom assessoramento jurídico nas Missões de Paz é fator mitigador de críticas, além de proporcionar aos militares-membros da missão uma segurança jurídica na realização de seus atos.

Inicialmente, cumpre esclarecer que as propostas que serão sugeridas para aperfeiçoar o assessoramento jurídico das Missões de Paz pressupõem a criação de uma estrutura jurídica inédita no Exército Brasileiro.

Essa estrutura estaria relacionada a um sistema de corregedorias a quem incumbiria as tarefas relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por militares do contingente, na esfera administrativa e penal. Além disso, suas atividades não se confundiriam com as atividades de assessoramento aos demais atos administrativos e civis (essas estariam na órbita da Assessoria Jurídica do BRABAT).

No que se refere ao campo de atuação, as corregedorias poderiam agir de ofício, inclusive a partir de notícias divulgadas no país sede da Missão de Paz, em que haja indícios de autoria ou materialidade da prática de ilícitos administrativos e/ou penais, ou a partir do recebimento de denúncias, inclusive anônimas, e representações que lhes seriam encaminhadas por cidadãos, agentes públicos ou autoridades em geral.

Some-se a isso, a organização de sistemas de corregedorias, chefiadas por Oficiais do QCO de Direito, traz alguns benefícios às Missões de Paz, tais como:

a) centralização da atribuição correccional e das informações disciplinares em uma unidade especializada, facilitando o assessoramento em matéria correccional e a comunicação com os órgãos de controle;

b) especialização de servidores com perfil para atuar em matéria correccional (militares bacharéis em direito), sem necessidade de deslocamento de militares da área fim e possível comprometimento da atividade precípua dos militares dos Batalhões de Paz;

c) realização do juízo de admissibilidade por pessoal qualificado, evitando-se que sejam

instaurados processos disciplinares indevidamente;

d) aperfeiçoamento na condução dos processos disciplinares, evitando-se anulações e reduzindo a quantidade da judicialização das questões administrativas;

e) otimização da atividade correccional (trabalho de melhor qualidade em menos tempo), permitindo aos órgãos operativos dos Batalhões de Paz se concentrarem de forma mais eficiente em suas áreas fins; e

f) aumento da credibilidade das Missões de Paz frente aos cidadãos, órgãos da Administração Pública e à sociedade do país beneficiado com a Missão de Paz.

A criação de um Sistema de Corregedoria em Missões de Paz poderia ter como estrutura uma unidade correccional autônoma e independente, interligada tecnicamente ao Comando do Exército, que teriam como missão precípua a realização e acompanhamento de apurações de irregularidades de natureza disciplinar, velando pelo escorreito processo legal.

O fomento de ações profiláticas, educadoras e saneadoras, junto aos militares dos Batalhões de Paz, apresenta-se

como missão primordial. O zelo pela probidade na Administração Militar e a promoção da função disciplinar seriam as suas principais diretrizes.

Como forma de colaborar com o debate proposto, segue-se abaixo um modelo de estruturação do que seria um Sistema de Corregedoria em Missões de Paz, com os seguintes órgãos militares:

I – Corregedoria-Geral do Exército em Missões de Paz – Órgão Central do Sistema, subordinado diretamente ao Comando do Exército;

II – Corregedoria do Contingente Militar em Missão de Paz – atuação junto ao BRABAT, como unidade setorial.

A unidade setorial pertenceria à estrutura da Corregedoria-Geral do Exército e estariam a ela subordinada, como canal técnico, inclusive, sujeitas à orientação normativa do Órgão Central do Sistema.

A Corregedoria-Geral do Exército seria uma unidade subordinada diretamente ao Comandante do Exército e exercearia a atividade de órgão central do Sistema de Correição em Missões de Paz. Teria como missão principal a supervisão e/ou instauração de procedimentos

relacionados aos Tribunais de Honra (Conselho de Justificação e Conselho de Disciplinar) para apurar a verdade real dos fatos relacionados a condutas praticadas por militares do Exército em Missões de Paz.

Já as competências da Corregedoria do Contingente Militar em Missão de Paz seriam exercidas no âmbito do BRABAT. Suas atribuições poderiam ser analiticamente divididas em funções de coordenação, supervisão e execução.

Essa unidade setorial seria competente para coordenar as atividades correcionais sob sua responsabilidade, organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjugadas com os demais integrantes da célula correcional e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correcional.

Por fim, teria a atribuição de execução, pois dentro da estrutura que faz parte, competirá à Corregedoria do Contingente Militar em Missão de Paz instaurar e decidir os processos e procedimentos disciplinares que se fizerem necessários.

A criação do Sistema de Corregedoria do Exército em

Missões de Paz demandaria, também, a criação de uma nova normatização que amparasse todo o sistema, inclusive com a reformulação da legislação que trata dos Tribunais de Honra, dos crimes militares e das transgressões disciplinares.

Quanto à estruturação do sistema e previsão, preenchimento e requisitos para a ocupação dos cargos (Oficiais do QCO de Direito) é perfeitamente possível sua idealização por meio de normatização interna do Comandante do Exército (Portarias, Instruções Reguladoras e etc).

Já a composição dos membros do futuro sistema deveria obedecer aos parâmetros de especialização e hierarquia e disciplina, ou seja, os eventuais membros do sistema teriam que ser militares com considerável tempo de serviço; formação na área jurídica; de posto elevado para a ocupação dos cargos de chefia, e, finalmente, que sejam militares de carreira, de forma a evitar que o vínculo precário dos militares temporários possa influir no desempenho das atividades de correição.

Quanto ao exercício das atribuições precípuas do sistema (instauração e decisão de processos relativos aos Tribunais de Honra),

é provável que essas atribuições, sugeridas no presente trabalho, confrontariam com as competências descritas na Lei nº 5.836 - Conselho de Justificação e no Decreto nº 71.500 - Conselho de Disciplina, o que resultaria, portanto, na necessidade de alterações legislativas.

Por fim, não se pretende neste material esgotar as dúvidas e questionamentos acerca do tema. Em verdade, o que se pretende é exatamente o oposto, isto é, apresentar as ideias e, a partir daí, fomentar a criação de sistemas de corregedorias em Missões de Paz, pois para existir um sistema de correição robusto se faz necessário que todas as partes envolvidas, órgão central e unidade subordinada, estejam funcionando plenamente.

6 CONCLUSÃO

O cenário internacional demonstra que as Missões de Paz foram e estão sendo importante instrumento para a solução de controvérsias regionais. Ainda, indica que essa ferramenta permanecerá sendo bastante útil para pacificação de novos conflitos que eventualmente venham a surgir. A história tem provado a frequência desses conflitos, evidenciando a

necessidade cada vez maior de preparação das tropas para seu emprego nesse tipo de operação.

Nesse contexto, foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), com a finalidade de preparar novos contingentes para atuar conforme as necessidades e determinações do Exército Brasileiro, sempre seguindo as determinações da política externa adotada pela Presidência da República.

A metodologia de preparo desse pessoal está em constante evolução, agregando experiências derivadas de lições aprendidas do pessoal que já participou desse tipo de operação.

Nesse sentido é que está a grande contribuição da presente pesquisa: propor a criação de um Sistema de Corregedoria em Missões de Paz que não iria agregar novas demandas ao Exército Brasileiro, mas tão somente normatizar a estrutura específica responsável para cuidar dos assuntos disciplinares.

E é justamente essa estrutura especializada que irá trazer inúmeros benefícios. Percebe-se no dia a dia da Administração Militar que as tarefas e incumbências disciplinares acabam por ser divididas entre várias autoridades, que têm cada

qual outras diversas incumbências “principais”. Isso acaba por relegar as atividades disciplinares a um segundo plano, o que não condiz com a sua importância.

Com a criação do Sistema de Corregedoria do Exército em Missões de Paz, a incumbência de fazer o juízo de materialidade e instaurar os processos pode ser feita pelos órgãos do sistema. Em órgãos e instituições de grandes responsabilidades e demandas, é de todo incompatível com as diversas responsabilidades de seu superior que ele gaste seu precioso tempo fazendo juízo de admissibilidade para instauração de procedimentos disciplinares.

Aqui vale o mesmo raciocínio: em grandes estruturas burocráticas as demandas administrativas já são por si sós muito extensas, e não faz sentido que o responsável por toda a administração tenha de despender grande parte de seu tempo acompanhando comissões disciplinares (Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina), controlando a logística dos trabalhos e da demanda por instauração.

Por outro lado, uma vez criado o Sistema de Corregedoria do Exército em Missões de Paz,

dotado de adequada estrutura administrativa, Corregedoria-Geral do Exército em Missões de Paz e Corregedoria do Contingente Militar em Missão de Paz, preenchido com perfis adequados, tanto a instauração, quanto o acompanhamento e a orientação dos trabalhos das comissões de processos e procedimento disciplinares ficarão a cargo dessa estrutura especializada.

Espera-se, assim, um duplo ganho de eficiência dentro da Missão de Paz: os trabalhos disciplinares são desenvolvidos de forma mais adequada, porque conduzidos por uma estrutura especializada, e aquelas autoridades que estavam sendo sobrecarregas com os trabalhos disciplinares ficarão livres para desempenhar com foco as funções que lhes são pertinentes.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Mario Abrahão. A ONU e os crimes cometidos em missões de paz. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por flacorte@terra.com.br em 26 Jun. 2007.

ASSIS, Jorge César de. Comentários ao Código Penal Militar. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL, Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989. Cria o Quadro Complementar do Exército e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7831.htm>. Acesso em: 08 Jul 2017. 1989a.

BRASIL. Decreto nº 98.314, de 19 de outubro de 1989. Regulamento do Quadro Complementar de Oficiais do Exército – (R-41). Exército Brasileiro. Brasília, DF: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias. Acesso em: 08 Jul 2017. 1989b.

BRASIL. Decreto nº 8.734, de 2 de maio de 2016. Aprova o Regulamento para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – (R-41). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8734.htm. Acesso em: 08 Jul 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 156, de 18 de março de 2013. **Aprova as Instruções Gerais sobre as Assessorias de Apoio para Assuntos Jurídicos no âmbito do Exército (EB10-IG-09.002)** e dá outras providências. Boletim do Exército nº 12, de 22 de março de 2013.

Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br>. Acesso em: 08 Jul 2017.

KAMINSKI, Luis Carlos. **A atuação do Exército Brasileiro no Contexto do Acesso em 08 Jul.2017. Direito Internacional.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por flacorte@terra.com.br em 26 Jun 2007.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Acesso em: 08 Jul 2017. **Direitos Humanos e conflitos armados.** Rio de Janeiro: Renovhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8734.htm, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança, 2004. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf>. OpenElement. Acesso em: 08 Jul 2017.

PRADO, Marcos Ozi Amaral. **Manual da Assessoria Jurídica do Batalhão de Força de Paz/ 11º Contingente.** Biblioteca do Comando de Operações Terrestres, 2009.

SOFA. Status of Forces Agreement. **Agreement between the United Nations and the Government of Haiti concerning the status of the United Nations operation in Haiti.** 2004. Disponível em: <<http://www.ijdh.org/2004/07/archive/agreement-between-the-united-nations-and-the-government-of-haiti-concerning-the-status-of-the-united-nations-operation-in-haiti/>>. Acesso em: 08 Jul 2017.

VIOLA, João Carlos Balbino [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por flacorte@terra.com.br em 09 Jul 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO / ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Prezado(a) entrevistado(a),

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de conclusão de curso – TCC, do CURSO DE APERFEIÇOAMENTO MILITAR/2017 – ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS MILITARES, cujo objetivo é propor uma nova sistemática de assessoramento jurídico nas Missões de Paz da ONU, lideradas pelo Exército Brasileiro, que privilegie a solução definitiva e incontroversa de atos e fatos jurídicos, ocorridos no âmbito da Missão de Paz, sem a possibilidade de eventuais desdobramentos ou revisões por órgão nacionais ou internacionais.

PERFIL DO ENTREVISTADO(A):

SEXO: MASCULINO FEMININO

IDADE: 18 e 29 30 e 41 42 e 53 54 e 65 66 ou mais

ESCOLARIDADE:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> NÃO ALFABETIZADO | <input type="checkbox"/> ALFABETIZADO |
| <input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO | <input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO |
| <input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO COMPLETO | <input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO INCOMPLETO |
| <input type="checkbox"/> ENSINO SUPERIOR COMPLETO | <input type="checkbox"/> ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO |
| <input type="checkbox"/> PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU | <input type="checkbox"/> STRICTO SENSU |

ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) () CASADO(A) () OUTRO
TEMPO DE SERVIÇO COMO QCO/Direito:
() MENOS DE UM ANO () MAIS DE UM ANO () OUTRO

1- ATUA EM QUAL ORGANIZAÇÃO MILITAR?

2- QUAL A SUA FUNÇÃO?

3- QUAL O CONTINGENTE E EM QUE ANO O SENHOR EXERCEU A FUNÇÃO DE ASSESSOR JURÍDICO DO BRABAT NA MISSÃO DE PAZ NO HAITI?

4- O SENHOR ACREDITA QUE SUA CAPACITAÇÃO ERA SUFICIENTE PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE ASSESSOR JURÍDICO DO BRABAT?

SIM () NÃO () NÃO SEI ()

JUSTIFIQUE:

5- O SENHOR ACHA IDEAL O ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO MILITARES DO BRABAT NO QUE SE REFERE À CONDUÇÃO DE IPM(s) e SINDICÂNCIAS?

SIM () NÃO () NÃO SEI ()

JUSTIFIQUE:

6- QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE O SENHOR VERIFICAVA NA CONDUÇÃO DE IPM(s) e SINDICÂNCIAS?

7- DEVIDO AO TEMPO CERTO DE PERMANÊNCIA DOS CONTINGENTES DE FORÇA DE PAZ (CERCA DE 6 MESES), ERA COMUM IPM (s) E SINDICÂNCIAS INSTAURADAS SOBRE A PRESIDÊNCIA DE UM ENCARREGADO SEREM FINALIZADAS POR OUTRO ENCARREGADO?

8- O SENHOR É FAVORÁVEL AO AUMENTO DA ESTRUTURA DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO DOS BATALHÕES DE FORÇA DE PAZ EM MISSÕES DA ONU?

SIM () NÃO () NÃO SEI ()

JUSTIFIQUE:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo em atendimento à Resolução 196/96, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada: A Assessoria Jurídica nas Missões de Paz da ONU: o desafio de assegurar que questões jurídicas tenham seu desfecho no território de atuação da missão de paz, sem desdobramentos ou revisões, seja no Brasil ou na ONU. A pesquisa dar-se-á sob a responsabilidade do pesquisador Eliabe Gonçalves Dos Santos, aluno do Curso de Aperfeiçoamento Militar/2017 - Escola de Formação Complementar do Exército / Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Objetivos: propor uma nova sistemática de assessoramento jurídico nas Missões de Paz da ONU, lideradas pelo Exército Brasileiro, que privilegie a solução definitiva e incontroversa de atos e fatos jurídicos, ocorridos no âmbito da Missão de Paz, sem a possibilidade de eventuais desdobramentos ou revisões por órgão nacionais ou internacionais

Metodologia: desenvolver-se-á pesquisa de campo através de questionários enviados e respondidos pelos que desempenharam as funções de Assessores Jurídicos do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti. O estudo foi limitado particularmente aos Oficiais do QCO/Direito que se encontram na guarnição de Brasília e que mais recentemente exerceram a função de assessores jurídicos do contingente de Missão de Paz no Haiti.

Justificativa e relevância: o tema, apesar de muito debatido no âmbito castrense, principalmente em congressos e simpósios promovidos pelo Gabinete do Comando do Exército, não tem uma produção literal substancial, para não dizer que é quase que inexistente; dessa forma, faz-se necessária a pesquisa a fim de suprir a deficiência acima mencionada.

Confidencialidade do estudo: o estudo dar-se-á nas dependências internas do Comando de Operações Terrestres. Os resultados e as identidades dos voluntários participantes serão preservados. Não será dada a identificação dos participantes se os resultados forem apresentados em reuniões científicas ou em aulas para alunos universitários.

Garantia de esclarecimento: os voluntários participantes terão todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, dúvidas, e

metodologia da pesquisa adotada a todo e qualquer momento.

Participação Voluntária: A participação dos sujeitos da pesquisa no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração e que o mesmo pode retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.

Consentimento para participação: Eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e sigilo dos dados referentes à minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Eu, _____, aceito livremente participar do estudo intitulado **A Assessoria Jurídica nas Missões de Paz da ONU: o desafio de assegurar que questões jurídicas tenham seu desfecho no território de atuação da missão de paz, sem desdobramentos ou revisões, seja no Brasil ou na ONU**. A pesquisa dar-se-á sob a responsabilidade do pesquisador Eliabe Gonçalves Dos Santos, aluno do Curso de Aperfeiçoamento Militar/2017 - Escola de Formação Complementar do Exército / Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Assinatura do Participante

Educação

A NOVA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO MILITAR INICIAL DOS CAPELÃES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UMA PROPOSTA DE ALINHAMENTO COM A FORMAÇÃO DO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS

Fabricio do Prado Nunes¹, Josué Gomes de Vieira² e José Roberto Pinho de Andrade Lima³

Resumo. O presente artigo analisa a formação militar inicial dos capelães do Exército Brasileiro em sua nova perspectiva curricular e pedagógica desencadeada pela transferência de sua gestão da Academia Militar das Agulhas Negras para a Escola de Formação Complementar do Exército, desencadeando proposta de alinhamento com o Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais. Essa simetria impõe uma série de ajustes legislativos, curriculares e pedagógicos para sua viabilidade, o que implica uma análise crítica-investigativa para identificar as peculiaridades, as limitações e soluções apropriadas que consolide uma formação voltada ao preparo e ao Planejamento Baseado em Capacidades sob a ótica do ensino por competência. Caracteriza-se por uma pesquisa documental, bibliográfica e qualitativa. Em *ultima ratio*, mediante o uso de teorias instrumentais, empreende-se revisão normativa, curricular, profissiográfica e funcional, visando profícua simetria consubstanciada na racionalização dos meios e na implantação da proposta de um novo Curso para Capelães Militares alicerçado em competências e *capacidades* que os habilite à atuação no Amplo Espectro com eficácia, objetividade e identidade funcional.

Palavras-Chave: Formação Militar. Simetria Curricular. Capelães Militares. Quadro Complementar.

Abstract. This article analyses the Brazilian Army Chaplains' initial military qualification in its new curricular and pedagogical perspective caused by its

¹ Capitão do SAREx. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela UCPel-RS em 1999. Bacharel em Teologia pela UCPel em 2003. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-RS (Uruguaiana) em 2011. Mestre em Direito pelo CESUPA-PA em 2015. faber.pradon@gmail.com.

² Capitão de Artilharia (AMAN/2005). Curso de Aperfeiçoamento Militar (EsAO/2014). josuegv2005@gmail.com.

³ Tenente Coronel veterinário do Quadro Complementar de Oficiais, turma de 1995. Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade de Montreal em 2001. Doutor em Saúde Pública pela UFBA em 2012. Pós-doutor em Saúde Global e Ambiental pela Universidade da Flórida em 2015. Chefe da Seção de Pós-graduação da EsFCEx/CMS. jose_roberto70@hotmail.com..

management transfer from the Military Academy of Agulhas Negras to the Army Complimentary Formation School, resulting in an alignment purpose with the Complimentary Corps Formation Course. This symmetry imposes a number of legislative, curricular and pedagogical adjustments for its viability, that involves a critical-investigative analysis to identify the appropriate peculiarities, limitations and solutions which consolidate a qualification focused on the training and planning based on capacities under the perspective of competence teaching. It is characterized by a documentary, bibliographic and qualitative research. As *ultima ratio*, by the application of instrumental theories, it is undertaken a normative, curricular, professional and functional review, aiming at a meaningful symmetry materialized in the rationalization of the means and in the implementation of a new Military Chaplains Course based in competences and capacities which make them able to work in the broad spectrum with efficiency, objectivity and functional identity.

Keywords: Military Qualification, Curricular Symmetry. Military Chaplains. Complimentary Corps.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o processo formativo militar inicial dos capelães do Exército Brasileiro em sua nova perspectiva curricular e pedagógica desencadeada com a inclusão do Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães Militares (EIACM) na Linha Complementar de Ensino Superior Militar não Bélica, no grau superior e na modalidade de formação, pela Portaria nº 309-EME, de 29 de julho de 2016.

A criação do EIACM pela Portaria nº 308-EME, de 29 de julho de 2016, em substituição ao antigo EIAQCM (Estágio de Instrução e Adaptação do Quadro de Capelães Militares), e o estabelecimento das normas de funcionamento pela Portaria nº 309-EME desencadearam reformulação da formação dos novos capelães, deslocando a gestão desse processo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), em Salvador – Bahia.

A mudança de coordenação entre os dois Estabelecimentos de Ensino Militar, associada à necessária reestruturação curricular e pedagógica, permite estabelecer um parâmetro comparativo. Entretanto, é necessário registrar

uma diferença básica do ponto de vista metodológico: em 2017, a estruturação curricular dos capelães na AMAN baseia-se no ensino por objetivos enquanto na EsFCEEx tal estruturação encontra-se adaptada ao ensino por competência, novo paradigma educacional do Exército.

A nova perspectiva considera o fato de que, pelos critérios da organicidade, da economicidade e da interdisciplinariedade, o deslocamento para a EsFCEEx possibilita alinhamento curricular e pedagógico entre a formação do Quadro Complementar de Oficiais e a dos capelães.

Nesse aspecto, ao analisar o perfil profissiográfico do cadete, futuro profissional das Armas, observa-se obviamente critérios formativos distintos do perfil profissiográfico dos capelães, este direcionado à missão de assessoramento do Comando, como ocorre com o perfil do Quadro Complementar, o que, em parte, justifica o deslocamento do EIACM da AMAN para a EsFCEEx. Contudo, esse deslocamento requer uma série de adaptações.

A Lei do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, Lei nº 6.923, de 20 de junho de 1981, dispõe que os candidatos são submetidos a um estágio de instrução e de adaptação com duração de até

10 (dez) meses (aproximadamente 40 semanas), durante o qual são equiparados à Aspirante-Oficial (art. 19). Ao término do estágio, declarados aptos, são incluídos no Quadro de Capelões Militares (QCM) no posto de 2º tenente (art. 20). Prevê ainda que o estágio deve, obrigatoriamente, dispor de um período de instrução militar geral na Escola de Formação de Oficiais, um período como observador em uma Escola de Formação de Sargentos e um período de adaptação em OM corpo de tropa, no desempenho de atividade pastoral e educação moral (art. 19, parágrafo único).

A Portaria nº 309-EME, em regulação normativa do EIACM, fixa seu funcionamento em até 37 semanas, distribuídas em três períodos, a saber, Instrução Militar Geral, Observação e Adaptação, distribuídos da seguinte forma:

1) Primeiro período, de Instrução Militar Geral, com 21 semanas, sob coordenação da EsFCEEx;

2) Segundo período, de Observação, em duas etapas:

a. 2 (duas) semanas na AMAN;

b. 2 (duas) semanas na ESA;

3) Terceiro período, de Adaptação, em duas etapas:

a. 4 (quatro) semanas em OM

de corpo de tropa na guarnição de Brasília;

b. 8 (oito) semanas em OM na área da 6ª RM.

Observe-se que, a proposta de simetria com o Plano Geral de Ensino do Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) impõe, no mínimo, o ajuste das semanas de instrução militar, de currículo e das fases da formação. A Portaria nº 309-EME, ao deslocar o EIACM para a EsFCEEx, não atentou para elementos básicos de planejamento curricular.

Por essa razão, a EsFCEEx desencadeou estudo jurídico, pedagógico e curricular reestruturando propostas de portarias, novo mapa funcional e perfil profissiográfico dos capelões, para racionalização dos meios afetos ao Planejamento de Cursos e Estágios do Exército (PCE-EB 2017) e uma eficiente adaptação militar para maior alinhamento possível.

A hipótese de pesquisa é que a inserção do EIACM pelo Estado-Maior do Exército na linha complementar de ensino superior militar não bélica e seu deslocamento da AMAN para a EsFCEEx, diante da premente necessidade de uma adequada formação militar, do alinhamento e padronização da

formação dos capelães com os demais oficiais, respeitadas as especificidades funcionais e profissiográficas, sugere viável simetria formativa e integração entre o EIACM e o Curso de Formação do Quadro Complementar.

Para isso, faz-se necessário direcionar o processo formativo para a definição de *competências* e *capacidades* dos capelães a fim de estabelecer eficiente alinhamento.

1.1 Problema

Ao definir a identidade (perfil profissiográfico) e as funcionalidades (mapa funcional) dos capelães, restam estabelecidos os critérios de análise entre ambos os processos de formação, inferindo-se o quanto inadequado é a estruturação formativa dos capelães na modalidade “estágio” e o quanto acertado parece ser a proposição da modalidade “curso” como requisito básico de viabilidade entre ambos os processos.

Quer em termos teóricos como práticos, a proposta de simetria tem elucidado uma série de limitações legislativas, curriculares e pedagógicas que requer uma análise descritiva mais densa que uma simples verificação procedural.

Ante o exposto, questiona-se como adequar a formação militar inicial dos capelães, em simetria com o Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais, às novas e complexas demandas advindas do conceito operativo do Exército Brasileiro no Amplo Espectro, do Planejamento Baseado em Capacidades e do ensino por competências?

1.2 Objetivos

A análise do processo formativo dos capelães deve considerar os limites jurídicos e pedagógicos, as mudanças dentro da Força Terrestre (F Ter) à luz de sua atualização doutrinária, as limitações e as soluções, a fim de viabilizar não apenas a simetria com a formação do Quadro Complementar, mas também o seu alinhamento com os objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB), com a eficiência do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) e com a proposta de modernização e adequação da legislação.

Como objetivo geral, pretende-se analisar as mudanças normativas recentes com a perspectiva de funcionamento do EIACM na EsFCEx, seu enquadramento na

Linha Complementar de Ensino Superior Militar não Bélica, o alinhamento com a formação do Quadro Complementar de Oficiais e demais aspectos educacionais relativos à formação dos capelões segundo o ensino por competências, a fim de propor as linhas básicas do perfil profissiográfico, mapa funcional e currículo do processo formativo.

Para alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral destaca-se como objetivos específicos:

a. identificar as principais *competências* do capelão militar de acordo com o conceito operativo da F Ter, os manuais e a legislação vigente;

b. propor adaptações no mapa funcional, perfil profissiográfico, ajustes no currículo e nas portarias de criação e regulação;

c. identificar as principais limitações e as possíveis soluções para o alinhamento do processo de formação;

d. propor a criação do Curso para capelões Militares (CCM) e sugerir sua inclusão nas Instruções Reguladoras da Concessão, Diplomação, Certificação, Apostilamentos e Registro do Sistema de Educação Superior Militar no Exército (EB60-IR-57.003).

1.3 Justificativas e contribuições

O contato com os editais permite verificar as várias configurações do EIACM. Independentemente dos Estabelecimentos de Ensino Militar, a ênfase comum é o período de formação militar reduzido de 08 (oito) semanas, dando-se destaque aos períodos de observação e adaptação de 29 (vinte nove) semanas.

Os principais conteúdos ministrados são: Ordem Unida, Treinamento Físico Militar, História Militar, Administração Militar, Liderança e Regulamentos. O desafio consiste em conciliar a densidade do conteúdo militar com o reduzido tempo, esperando-se dessa equação o melhor resultado possível. Em alguns aspectos, a preparação assemelha-se ao do Oficial Técnico Temporário (OTT), o que resulta inadequado quando o assunto é a formação de oficiais de carreira.

A pesquisa curricular do EIACM comprova a parca relevância atribuída ao estudo dos principais manuais militares, dificultando a acessibilidade linguística e a assimilação do pensamento operativo da F Ter, aspectos relevantes na medida em que o capelão deve colaborar com o elevado moral da tropa. O mesmo pode-se dizer do

estudo do arcabouço legislativo: carga horária reduzida e balizada por uma interpretação restritiva dos diplomas legais.

A pesquisa aos principais manuais da Força permite observar que as referências ao serviço religioso resultam mui genéricas. O manual de fundamentos O Exército Brasileiro⁴, por exemplo, enquadra o SAREx como um serviço de assistência religiosa sem contextualizá-lo às necessidades e *capacidades* desse Serviço requeridas pela Força.

O manual de fundamentos Doutrina Militar Terrestre⁵, ao citar a organização dos elementos na F Ter em relação às *capacidades* completas desejáveis⁶, não determina as funcionalidades do SAR dentro do Planejamento Baseado em Capacidades no contexto de Amplo Espectro. O mesmo pode-se dizer do manual de fundamentos Operações⁷. Já o manual de fundamentos Logística⁸ enumera três tarefas básicas dos capelães no ambiente operativo:

4 MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). O Exército Brasileiro (EB20-MF-10.101). Brasília: 2014. cap. V, (item 5.5.3), p. 07.

5 Id. Doutrina Militar Terrestre. Brasília: 2014. cap. II e VI.

6 Doutrina, Organização [e Processos], Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – o conhecido acrônimo DOAMEPI.

7 Cf. MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). Operações. Brasília: 2017.

8 Id. Logística. Brasília: 2014. cap. 4 (item 4.7), pag. 6.

nutrir o espírito, assistir os baixados e executar honras fúnebres. Embora essas tarefas tenham correlação com as *competências e capacidades* elencadas no perfil profissiográfico, não se pode confundi-las com as *competências principais* do mapa funcional, uma vez que, à luz do ensino por competência, elas fazem parte dos chamados elementos de competência.

A observação em relação aos manuais legitima a proposição do seu estudo, tanto para fins de construção do perfil profissiográfico e do mapa funcional como da grade curricular. Uma vez que possibilitam identificar elementos estruturantes da formação do militar, tal construção não pode apenas ater-se aos aspectos da Lei nº 6.923/81; sua construção requer a identificação de *competências* advindas dos manuais.

Trata-se do preparo e do desempenho dos profissionais para a atuação nos mais diversos níveis de escalada da violência do Amplo Espectro dos conflitos e em períodos de normalidade da paz estável⁹. A questão nevrágica é definir para quais *capacidades* desejáveis a F Ter quer prepará-los.

O objetivo formativo precisa estar direcionado ao desenvolvimento

9 Id. Doutrina Militar Terrestre. Brasília: 2014. cap. II, p. 04.

de *capacidades* projetadas para a atuação do capelão no ambiente operativo como ferramenta de auxílio ao comando e não restritamente à sua adaptação na rotina das OM.

A crucial questão não se refere às atividades desenvolvidas pelo serviço religioso, mas dentro de qual projeção orgânica estrutural da F Ter elas estão inseridas. Essa identificação é a mais angular de todas as análises em relação à projeção finalística do processo de formação dos capelães, uma vez que a questão passa pelo Planejamento Baseado em Capacidades da F Ter.

Nesse contexto é importante ressaltar que inexiste formação específica dos instrutores em relação às peculiaridades do SAREx e à visão estratégica do Exército em relação ao emprego dos capelães nas dimensões do Amplo Espectro. Como o processo formativo é bem estruturado, possuindo início, meio e fim, característico do organicismo militar, faz-se necessário elencar as bases de projeção futura, buscando não mais delegar ao SAR atividade paralela, organicamente pouco inserida no contexto da Força.

2 METODOLOGIA

A utilização de instrumentos teóricos visa a estabelecer critérios e

estratégias de análise, razão pela qual a metodologia adotada é a da pesquisa documental, bibliográfica e qualitativa.

O arcabouço teórico para a identificação do conteúdo prático (*competências*), utilizado como fonte reflexiva para a pesquisa, serve-se de conceitos instrumentais à análise, a saber, a *teoria do fato, do campo científico, do observador participante, do georreferenciamento cultural e da descrição densa*. Perante a parca literatura investigativa, essas teorias aplicadas à análise do processo formativo possuem caráter inovador, razão para uma abordagem qualitativa da pesquisa.

Segundo Oliveira, as pesquisas que adotam a *abordagem qualitativa* conseguem mais facilmente descrever a complexidade de determinada hipótese, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos¹⁰.

Para Habermas, deve-se evitar encarar o processo formativo como uma tradição que impõe dinâmica de perpetuação da ciência à investigação científica do

10 Cf. OLIVEIRA, Silvio Luis de. Metodologia científica aplicada ao direito. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

conhecimento como uma espécie de partenogênese¹¹, uma ciência girando em torno de si mesma e fora das intervenções sociais. A análise do processo formativo deve observar a interação dos agentes de formação dentro do *campo científico* como uma produção cultural institucional.

Acerca da noção de *campo científico*, Bourdieu sustenta que

para compreender uma produção cultural [...] não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que o chamo de campo [...] científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem [...] a ciência¹².

A identificação do SAR e seus agentes como um *campo científico* culturalmente determinado permite qualificar o processo formativo como um *locus* na ótica de

Geertz¹³. Trata-se de uma análise contextualizada das interações em operação nesse campo considerando seu *georreferenciamento político-cultural*¹⁴, o qual se depreende do estudo documental produzido (currículo, mapa funcional e perfil profissiográfico, portarias do Exército e legislação referencial).

Através do *georreferenciamento*, associa-se o projeto formativo militar e a realidade fática ao seu contexto institucional, de onde se extrai o significado subjacente às práticas formativas que caracteriza as estruturas superpostas que confundem a objetividade da análise e ocultam as razões justificantes.

Este é o resultado que se espera de uma *descrição densa* e não apenas procedural do processo formativo: encontrar no contexto fático e histórico-social o

13 “O locus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, [...].” In: GEERTZ, Clifford. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 16.

14 NUNES, Fabricio do Prado. A Consulta Prévia como uma Descrição Densa do Processo de Gestão Democrática no Contexto Brasileiro: Uma Análise Georreferenciada e Circunstancializada no Projeto da Micro Central Hidrelétrica de Tiriyós – PA. Belém: 2014. p. 40. in: <https://pt.scribd.com/document/314519223/DISSERTACAO-FABRICIO-DO-PRADO-NUNES-pdf>. 2014. Acesso em 11 junho 2017.

11 HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. São Paulo: Unesp, 2014. passim.

12 BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. p. 20.

conteúdo das razões justificantes, ainda não explicitado em termos de desenvolvimento das *capacidades* operativas dos capelães.

Ao adotar o método da *observação participante*, o pesquisador desenvolve um processo de engajamento colaborativo com a instituição militar em relação à formação e preparo de capelães militares. Ensina Valladares:

A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. [...] essencial para o desenrolar da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito. [...] para compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não um único momento [...]¹⁵.

A dinâmica do observador participante encontra arrimo com os demais recursos teóricos e metodológicos empreendidos nesta pesquisa, reconhecendo-se que o tema demanda maturação cognitiva e compreensão dos processos implicados na formação militar.

Nessas condições, é imprescindível para a reflexão entender o que comanda os pontos

de vista, as intervenções científicas, sociais e práticas da instituição militar. Na ótica de Bourdieu,

os campos científicos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso¹⁶.

Essa percepção permite entender a estrutura das relações geertzianas¹⁷ presente no processo formativo como um contrato tácito entre a instituição militar e os instruendos em relação a seu comprometimento institucional de preparo profissional, o que Bourdieu¹⁸ definiu como um comprometimento inseparavelmente político e cognitivo que rege o *trabalho de objetivação*¹⁹, superando posicionamentos tensos gerados pela análise crítica do processo formativo, considerando-se as bases

16 BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. p. 27.

17 GEERTZ, C. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 23-24.

18 BOURDIEU. Ibid. p. 33.

19 Para Nunes, “(...) a análise científica tem que empreender forças na cognição com vista a uma objetivação que permita a construção de uma análise que ultrapasse a intencionalidade dos agentes, que supere as imposições do simbolismo político e ideológico, do relativismo, do servilismo interessado e das dicotomias e antinomias”. In: NUNES. Op. cit., p. 48.

15 VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, nº 63, ano 2007, p. 1. (Valladares em comento a Whyte).

da filosofia cristã por um lado e o estoicismo e o positivismo por outro, com vistas ao preparo eficiente de capelões segundo *capacidades* preestabelecidas.

2.1 Revisão de literatura

A pesquisa teve início em maio de 2017 até junho de 2017. Em relação à sua dimensão, delimitou-se o campo de análise dentro do âmbito institucional do EB, evitando-se aspectos comparativos com outros países e entre as Forças Singulares nacionais por três razões básicas: tempo limitado, inexistente produção científica sobre o tema e o reconhecimento das funcionalidades orgânicas dos capelões muito singulares, fator analítico que dificulta a padronização.

O processo formativo deve ser considerado um meio instrumental entre o seu objetivo norteador e o resultado prático. O objetivo norteador é o conceito operativo da F Ter, e o resultado prático é a capacitação voltada ao preparo e Planejamento Baseado em Capacidades. Esse marco conceitual doutrinário, que move a transformação constante do Exército, é mais do que um conceito estratégico, diz respeito à ontologia da Força. É precisamente essa ontologia que deve

mover os processos formativos e encará-los não como meios a justificar fins, até porque é a existência do conteúdo prático independente da ideação que sepulta a teoria finalística.

Destarte, na esteira metodológica de Rodrigues²⁰, a pesquisa compreende as fases de levantamento e seleção da bibliografia, dos documentos, legislação e o fichamento dos dados, empreendendo análise crítica a fim de construir uma argumentação acerca dos resultados práticos, e não teóricos, em termos de *capacidades* para viabilizar a proposta de alinhamento do EIACM com o Curso de Formação do Quadro Complementar.

Legitimam-se, portanto, como instrumentos teóricos de análise sobre os resultados desse alinhamento, as *teorias do fato* e do *locus* de Clifford Geertz, a *descrição densa* de Gilbert Ryle à luz interpretativa de Geertz, o conceito de *razões práticas* e a *tese do campo científico* de Pierre Bourdieu, os *usos do argumento* de Stephen E. Toulmin, a *abordagem qualitativa* de Silvio Luis de Oliveira, o *georreferenciamento contextual* citado por Nunes e a

20 RODRIGUES, Maria das Graças Villela. Metodologia da Pesquisa Científica: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em Ciências Militares. Rio de Janeiro: ESAO, 2006. p. 45-57.

teoria do *observador participante* de Licia Valladares. Perfilam-se assim, Projeto de Implantação do EIACM-2018 na EsFCEx com os Objetivos Estratégicos do EB para a Era do Conhecimento e o conceito operativo da F Ter como objetivo norteador central do processo de formação dos capelães.

A formação no ensino por competência requer alinhamento da identidade ontológica do EB com os resultados práticos do processo de formação, razão pela qual a base investigativa do último formato do EIACM em curso na AMAN e a projeção do novo formato a ser implementado na EsFCEx em 2018 não deve limitar-se a aspectos procedimentais e teóricos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As limitações legislativas e a modalidade de estágio

A proposta de modernização da lei do SAR nas FA não pode ignorar dois pontos relevantes que precisam ser discutidos previamente: o perfil profissiográfico e o mapa funcional desejáveis pela Força. A definição objetiva desses dois elementos possibilita o desenvolvimento orgânico e coerente do processo

formativo e o estabelecimento das capacidades funcionais.

A natureza jurídico-pedagógica da formação apresenta-se inadequada na modalidade de “estágio” no EIACM, quer pela disposição elevada da carga horária quer pelo enquadramento desalinhado com a regularidade e lógica do sistema normativo, no que tange ao ingresso na carreira, à formação continuada e aperfeiçoada e ao quadro de acesso da lei de promoções. Deve-se, então, suprimir a expressão “Estágio de Instrução e Adaptação”.

A designação de “Curso” está em conformidade com a disposição hermenêutica do Decreto Presidencial nº 3.998, de 05 de outubro de 2001 (art. 9º, inciso I e parágrafo único, inciso I, alínea d). Tal decreto estabeleceu tratamento regulamentar à Lei nº 6.923/81 quanto às providências legislativas acerca do ingresso na carreira e no Quadro de Acesso (QA) para promoções. O Decreto Presidencial regulamenta temas tratados na Lei nº 6.923/81, assim como ocorre com o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 (que regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 fevereiro de 1999, ao dispor sobre o ensino no EB).

Em consonância com esse raciocínio jurídico está a disposição

normativa do Decreto Presidencial nº 3.182/99 (art. 9º e seus incisos). Para efeitos de progressão na carreira militar, as atividades de ensino previstas estão classificadas, independentemente das Linhas de Ensino Militar, em quatro ciclos, todos eles constituídos por cursos de formação e não por estágios.

Corrobora, ainda, para a criação do Curso para Capelões Militares, a própria subordinação da formação dos capelões à Linha de Ensino Militar Complementar disposta pela Portaria nº 309-EME, de 29 de julho de 2016.

Pressurosa a substituição da Portaria nº 308-EME, de 29 de julho de 2016, a fim de estabelecer a modalidade de Curso de Formação em conformidade com a disposição hermenêutica do Decreto Presidencial nº 3.998, de 05 de outubro de 2001, art. 9º, inciso I e parágrafo único, inciso I, alínea d:

Art. 9º Cursos, para fins de ingresso em QA, são os que habilitam o oficial ao acesso aos diferentes postos da carreira, nas seguintes condições:

I – Cursos de formação, para acesso aos postos de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão.

[...]

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são considerados:

I – Cursos de formação:

[...]

d) os realizados na Escola de Administração do Exército (EsAEx) para o ingresso no Quadro Complementar de Oficiais (QCO) e no Serviço de Assistência Religiosa do Exército (grifo nosso).

A despeito da Lei nº 6.923/81 não possuir decreto que a regulamente, verifica-se que o teor legislativo acerca do ingresso do capelão militar em QA e sua disposição de Curso de Formação, recebe tratamento regulamentar pelo Decreto Presidencial nº 3.998/01, o que confere legitimidade à exegese normativa que estabeleça em portaria a disposição modular de “Curso” para Capelões.

De acordo com a Portaria nº 41-DECEEx, de 30 de abril de 2012²¹, a carga horária dos cursos é maior que a carga horária dos estágios (art. 22). No caso do EIACM totalizam-se 1.320 horas distribuídas em 37 semanas, excedendo a disposição da carga horária dos estágios.

Imperativo o alinhamento da formação militar dos capelões com a formação dos demais oficiais do Exército, respeitadas as peculiaridades do SAREx, como

²¹ Aprova as Instruções Reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução (EB60-IR-57.002).

por exemplo, o desempenho em atividades voltadas à educação moral (o que foi suprimido na Portaria nº 309). Não menos importante deve ser a sua inclusão no Registro do Sistema de Educação Superior do EB²², encontrando-se o EIACM num limbo normativo.

Por consequência lógica, a modalidade curso de formação impõe a substituição também da Portaria nº 309-EME, estabelecendo normas de funcionamento do curso adequadas à nova modalidade formativa. Observe-se que o Curso para Capelões Militares constitui-se em requisito estrutural para estabelecer a simetria formativa entre a formação dos capelões e dos oficiais do Quadro Complementar.

3.2 Reestruturação curricular e pedagógica

Não obstante a provável viabilidade do aproveitamento da base curricular e pedagógica do Curso de Formação do Quadro Complementar para o EIACM, os objetivos da formação entre ambos são distintos. Por questões

legislativas, profissiográficas, funcionais e curriculares faz-se necessário a adaptação em razão da natureza religiosa de seus membros.

Outro aspecto é a desconformidade lógico-normativa das Portarias nº 308 e nº 309, uma vez que as disposições de funcionamento da formação, estabelecidas pela Portaria nº 309-EME, mostram-se desajustadas à modalidade de estágio, disposta pela Portaria nº 308-EME. O funcionamento do EIACM na EsFCEX impõe a coordenação concomitante de um curso já existente (CFO/QC) com o acréscimo da gestão de um estágio, desconsiderando-se o aumento da quantidade de instrutores em Quadro de Cargos Previstos (QCP)²³.

Essa gestão simétrica dispõe que o processo formativo precisa de uma reestruturação que eleja o resultado prático como meta finalística, visando a alinhar o planejamento geral de ensino entre ambos os processos formativos. Por isso, é preciso consignar que não se trata de uma fusão, mas do desenvolvimento de dois processos simetricamente conjuntos.

A proposta de alinhamento consiste em:

22 Instruções Reguladoras da Concessão, Diplomação, Certificação, Apostilamentos e Registro do Sistema de Educação Superior Militar no Exército (EB60-IR-57.003), regida pela Portaria nº 42-DECEx, de 30 de abril de 2012.

23 BRASIL. Exército. Estado-Maior. Quadro de cargos previstos – QCP. Escola de Formação Complementar do Exército. Salvador, BA, 2016.

1) utilizar a mesma estrutura do Curso de Formação do Quadro Complementar (plano de disciplina, plano integrado de disciplina, documento de currículo, recursos estruturais, plano de cooperação de instrução e equipe de instrução); Curso Básico de Formação Militar (CBFM), Curso de Formação Específica (CFE) e, concomitante a ambos, o Curso de Pós-Graduação, nível *lato sensu*;

2) adequar os 3 (três) períodos de formação da Lei nº 6.923 em 2 (duas) fases correspondentes do Curso de Formação do Quadro Complementar (CBFM e CFE), totalizando 37 (trinta e sete) semanas e considerando:

a) ampliação do período de instrução militar geral dos capelões de 21 (vinte e uma) para 25 (vinte e cinco) semanas, estabelecendo o Curso Básico de Formação Militar para Capelões em substituição ao 1º período do EIACM;

b) ajuste do 2º período de Observação e do 3º período de Adaptação de 16 (dezesseis) para 12 (doze) semanas, estabelecendo o Curso de Formação Específica para Capelões em substituição ao 2º e 3º períodos do EIACM;

c) transformação dos 3 (três) períodos do EIACM em 2 (duas) fases do Curso para Capelões

Militares, como ocorre no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, estabelecendo:

- 1ª fase do Curso para Capelães Militares: Curso Básico de Formação Militar de 25 semanas;

- 2ª fase do Curso para Capelães Militares: Curso de Formação Específica de 12 semanas;

d) concomitante a ambas as fases do Curso para Capelães Militares, o desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação, nível *lato sensu*, a fim de fortalecer a interdisciplinariedade e a adequação ao ensino por competência, nivelando a formação com os demais oficiais do Quadro Complementar;

3) determinar em portaria as orientações para a instrução com as principais referências pedagógicas e legislativas. O alinhamento entre ambos deve resguardar as peculiaridades da função do oficial capelão, consignadas pela sua condição de não combatente:

a) não pode usar arma (exceto a espada pelo caráter simbólico do oficialato);

b) está dispensado de realizar o Teste de Aptidão de Tiro;

c) não pode ser designado para serviços incompatíveis com o seu ministério ou que caracterize desvio de finalidade do Serviço Religioso;

d) não designado para funções como relações públicas ou conformidade documental, por exemplo; para encargos como exame de contracheque, fiscal de contrato, realização de sindicância e inquérito policial militar;

e) o uso de seus hábitos, roupas ou vestes eclesiásticas nas cerimônias religiosas no interior das OM;

f) autorizados a reservar tempo necessário ao atendimento da família militar nas vilas militares, aos baixados nas enfermarias e hospitais e aos presos disciplinares; e

g) dedicar maior parte de seu tempo de serviço à assistência religiosa e espiritual dos militares e à educação moral.

Consolida-se nesse aspecto o ponto de interseção entre o oficial do Quadro Complementar e o Oficial capelão. O mapa funcional sugerido à Diretoria de Ensino Superior Militar (ainda em estudo) acresce às capacidades funcionais dos capelões o apoio ao oficial combatente em todos os níveis do Amplo Espectro. Resulta importante a juntada num mesmo instrumento normativo o teor dessa condição, tendo em vista a formação comum.

Outrossim, é preciso registrar que a simetria requer processamento

dialético entre culturas institucionais sob o manto de suas próprias razões justificantes. É preciso entender que há elementos culturais comuns a unir as carreiras eclesiásticas e das Armas. No Brasil, a mútua colaboração respeita o secularismo da República e esta, por sua vez, comprehende a colaboração eclesiástica, razão pela qual, a conformação institucional da formação passa pela consideração da cultura militar e religiosa em termos de etnografia.

3.3 A definição de competências e capacidades dos capelões militares

A análise do processo formativo dos capelões não é uma questão de métodos, é antes uma questão de escolha prática, porque o arcabouço das *capacidades* e, portanto, das *competências*, exige resposta contextualizada e adequada à proporcionalidade dos fatos e não à ideação própria da teorização acerca desse processo, uma vez que elas conformam o conteúdo do perfil profissiográfico e do mapa funcional. Estes, por sua vez, indicam precisamente a projeção da Força em relação à atuação dos seus capelões.

Sem embargo, não se trata da opção por um operacionismo como dogma metodológico de análise da realidade formativa militar²⁴, o que de antemão nos permite descartar qualquer prévia acusação de um tipo de “behaviorismo” skirnneriano, à semelhança dos descartados testes de inteligência, comportamentais e dos experimentos científicos empreendidos no passado.

Observe-se que o tema do operacionismo, declarado morto pelo desuso na prática investigativa contemporânea, exige do oficial militar, um profissional que se espera projetado e capacitado para pensar em ambiente complexo do Amplo Espectro, dedicada atenção quando o assunto é o processo formativo voltado para o ensino por competência ou, ainda, quando a nova doutrina militar²⁵ insere aspectos doutrinários destinados ao desenvolvimento de *capacidades militares* da F Ter.

Em correspondência etnográfica, o estudo da Lei nº 6.923 e dos Manuais²⁶ identifica quatro competências principais para o mapa funcional:

1) *prestar o apoio* às atividades inerentes às Organizações Militares de Corpo de Tropa;

2) *exercer cargos e encargos* administrativos do SAREx;

3) *assessorar* o Comando em assuntos relacionados ao SAR e Espiritual do EB e em temas de educação moral e religiosa; e

4) *prestar Assistência Religiosa* e Espiritual e *exercer atividades, cargos e encargos* de Educação Religiosa e Moral. Tais competências desdobram-se em unidades e elementos de competência para fins de construção orgânica do mapa funcional e direcionamento da formação.

Nesse sentido, o processo formativo, com base no perfil profissiográfico, deve habilitar o oficial concludente a prestar assistência religiosa e espiritual, atender encargos relacionados com as atividades de educação moral e religiosa previstos pelo SAREx e desempenhar funções e cargos de Segundo-Tenente Capl, Primeiro-Tenente Capl e de Capitão Capl não aperfeiçoados do Quadro de Capelães Militares da área do Serviço de Assistência Religiosa nas Organizações Militares.

Isso posto, o processo formativo deve desenvolver

24 GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p 04.

25 MINISTÉRIO DA DEFESA (BRASIL). Doutrina Militar Terrestre. Brasília: 2014. cap. II, p. 2 e 5.

26 Cf. EB20-MF-10.101, EB20-MF-10.102, EB20-MC-10.204 e EB-20-MF-10.103.

as seguintes *competências profissionais*: 1) apoiar as atividades de natureza administrativa; 2) apoiar os militares envolvidos nas atividades de natureza jurídica-penal; 3) apoiar os militares envolvidos nas atividades internas e serviços gerais; 4) planejar e executar sessões de instrução; 5) participar de operações internacionais; 6) colaborar nas atividades de emprego do armamento de uso individual; 7) executar técnicas de instrução individual básica; 8) gerenciar atividades de natureza administrativa técnico-científica de estudo, planejamento e desenvolvimento das atividades do Serviço de Assistência Religiosa nas OM; 9) coordenar o levantamento de dados para o planejamento do Serviço Religioso e elaboração do Plano de Ação da Capelania; 10) assessorar o Comando da OM no planejamento e desenvolvimento das atividades do Serviço de Assistência Religiosa e desempenhar atividades e funções de apoio técnico-administrativo ao SAREx (DGP) e Ordinariado Militar do Brasil (MD); 11) administrar capelas, templos e espaços destinados à Assistência Religiosa na OM; 12) exercer funções, cargos e encargos de Apoio e Assessoria Técnico-Administrativo às demandas do Cmdo da OM / Cmdo Bda/ Cmdo RM/ Cmdo

Área/ Estab Ens/ Órgãos de Direção Geral e Órgãos de Assistência direta e imediata; 13) coordenar o Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual e exercer atividades de Educação Moral e Religiosa em Estabelecimentos de Ensino Militares, Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos; 14) coordenar o Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual e exercer atividade de Educação Moral e Religiosa em OM/ Cmdo Bda/ Cmdo RM/ Cmdo Área; 15) coordenar o Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual e exercer atividade de Educação Moral e Religiosa em Hospitais e Unidades de Saúde Militares; 16) desempenhar atividades da Assistência Religiosa e Espiritual em operações internacionais e operações de Garantia da Lei e da Ordem; 17) coordenar atividades de assistência religiosa e espiritual aos militares, suas famílias, dependentes e funcionários civis, em vilas e espaços sob a administração militar; 18) exercer funções, cargos e encargos de apoio técnico-administrativo da Assistência Religiosa em áreas de fronteira, de proteção ambiental e terras de povos tradicionais; e, por fim, 19) assessorar os especialistas de Operações de Apoio à Informação no desenvolvimento de campanhas e produtos de influência de públicos-

alvo relacionados à área religiosa. Para tanto, imperativo a promoção de uma constante qualificação direcionada durante a carreira, a ser desenvolvida por ocasião de projetos pontuais de preparação de quadros pelo Curso de Aperfeiçoamento Militar.

3.4 A definição do eixo transversal no processo de formação

A análise propiciada por uma *descrição densa* dos fatos (a prática em seu contexto), na ótica de Gilbert Ryle²⁷, supera a análise descritiva subjetiva acerca daquilo que se projeta em relação às *competências* e *capacidades*. Trata-se de um *conteúdo objetivante* que o próprio processo formativo relata e impõe, anterior a qualquer manipulação ideologizante²⁸. Associa-se a este conteúdo o que no ensino por competência designa-se por eixo transversal, um conjunto de atitudes, capacidades (físicas e motoras, cognitivas e morais) e valores institucionais que devem conformar o perfil profissiográfico.

O objeto da etnografia,

enquanto *categoria cultural*²⁹, está relacionado com a hierarquia estratificada de estruturas significantes³⁰, que qualificam o processo formativo como um itinerário estabelecido em termos de *capacidades*. Em direção similar, a análise dos aspectos significantes e significativos da *descrição densa* do processo formativo permite identificar a forte influência da filosofia estoica nos parâmetros do esforço e da meritocracia, e do positivismo político (e jurídico) com bases republicanas, o que tem historicamente marcado a formação militar da Academia Militar das Agulhas Negras³¹. De fato, é preciso bem compreender a Força para melhor servi-la.

Registre-se que a sadiâ tensão entre a base formativa cristã e o substrato estoico, positivista e republicano determina o ponto exato de mútua colaboração que deve marcar a formação dos capelões e sua qualificação para

29 GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 05 (em referência à tese da descrição densa de Ryle).

30 Cf. RAZ, Joseph. Razão prática e normas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. passim.

31 Registra-se que a adesão ao estoicismo e ao positivismo dentro da F Ter não se configura por uma adesão formal, oficialmente declaratória. O registro perceptivo baseia-se na disposição prática do modus operandi que se registra por ocasião do processo formativo.

27 RYLE, Gilbert. Le Penseur. Collected Papers, vol 2, 1969 e in: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 04.

28 Cf. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. passim.

um Exército voltado à ampliação das *capacidades militares*. Por isso, o perfil profissiográfico precisa vencer essa tensão processando-a dialeticamente mediante atitudes do eixo transversal.

Em termos de *categoria cultural*, o Curso Básico de Formação Militar deve desenvolver a Autoconfiança, o Cumprimento de Missão, a Rusticidade e a Meticulosidade, enquanto o Curso de Formação Específica deve investir no Equilíbrio Emocional e na Coragem Moral. Durante o Curso de Formação Específica, imperativo o estudo dos principais Manuais de Fundamentos e de Campanha para a consolidação da linguística e da cultura militar. Trata-se de uma questão de verdade e método na acepção de Hans-George Gadamer³². Apresenta-se como razoável empreender análise sobre matriz hermenêutica³³ acerca do conteúdo fático³⁴ e não apenas teórico³⁵ da formação militar.

32 GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2013.

33 RICOEUR, Paul. Hermenêutica e ideologias. Petrópolis: Vozes, 2013.

34 BOUDIEU, Pierre. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

35 BOURDIEU, Pierre. O Senso prático. Petrópolis: Vozes, 2013.

A análise espectral da tensão dialética a que são submetidos os capelães na atividade castrense e o posicionamento jusfilosófico harteriano³⁶ da Força levam a uma sequência histórica na formação militar de padres e pastores a reproduzir um hiato temporal e paralelo, de pouca integração religiosa-militar, delegando-lhes funções restritivamente sacras dentro da estrutura militar republicana, sem sua inserção no substrato estrutural e orgânico da instituição.

Esse aspecto fica evidente no perfil profissiográfico do antigo EIAQCM e na tensão analítica da atual proposição de integrar ao novo perfil e mapa funcional dos capelães *competência* significativamente militar (apoio ao oficial combatente), promovendo uma maior inserção dos integrantes do SAREx na estrutura voltada ao desenvolvimento de *capacidades operativas*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos propostos e o enfrentamento do problema de pesquisa destacam-se as seguintes considerações:

36 HART, H. L. A. O conceito de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Hart estabeleceu vasta articulação teórica na defesa do positivismo jurídico).

a. O deslocamento da formação dos capelães da AMAN para a EsFCEx resulta num *georreferenciamento* cultural que recomenda profundas mudanças normativas, estruturais, curriculares e pedagógicas. Resulta na necessária substituição da portaria de criação do EIACM e da portaria que estabelece as normas de funcionamento desse processo formativo.

b. Tal deslocamento, associado à racionalização dos meios e melhor adaptação militar dos capelães, estimula o alinhamento curricular do EIACM com o Curso de Formação do Quadro Complementar; impõe a revisão do próprio processo formativo, definindo como um *campo científico* de análise (revisam-se não apenas procedimentos, mas as relações em operação na formação em termos de resultados práticos); legitima uma análise investigativa amparada na *descrição densa* do processo formativo.

c. O estudo dessas relações estimula a investigação *etnográfica* para visualizar os resultados práticos do processo de formação como qualificadores da *categoria cultural* que conforma a visão institucional sobre o emprego dos capelães.

d. Previamente à construção do processo formativo impõe-se a

definição do perfil profissiográfico e mapa funcional dos capelães como resultado finalístico do que a Força espera de seus oficiais capelães em termos de *competências* e *capacidades* para eficarvisa-se números revisam-se números e eficiente atuação nas diversas situações do Amplo Espectro (conceito operativo da F Ter).

e. Após definição do perfil profissiográfico e mapa funcional resultam estabelecidos os critérios formativos dos capelães e as bases consensuais para o diálogo simétrico. Impõe-se o ajuste do EIACM ao Plano Geral de Ensino do Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar e a determinação dos critérios distintivos entre ambos para o aproveitamento da base curricular.

f. Conclui-se pela viabilidade do alinhamento entre o EIACM e o Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais. Para tanto, faz-se necessário uma série de ajustes, dentre os quais destacam-se:

1) a substituição da Portaria nº 308-EME, de 29 de julho de 2016, criando o Curso para Capelães Militares, e da Portaria nº 309-EME, de mesma data, que, ao elencar as normas de seu funcionamento, deve manter o teor normativo anterior, melhorando e acrescendo novas

disposições;

2) a transformação dos três períodos de formação do EIACM em duas fases previstas no Curso de Formação do Quadro Complementar (Curso de Formação Básica e Curso de Formação Específica), sendo concomitante a ambas o Curso de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, nível *lato sensu*;

3) a ampliação das semanas de instrução militar de 21 para 25, e a redução das 16 semanas de adaptação e observação por 12 do Curso de Formação Específica;

4) o cumprimento de toda base curricular do Curso de Formação do Quadro Complementar, adaptando-se os objetivos de disciplinas como Armamento, Munição e Tiro I e II, Administração Militar e Ordem Unida, resguardado as especificidades do SAREx;

g) o estudo no Curso de Formação Específica dos principais Manuais;

h) o alinhamento do processo formativo com o Plano Geral de Ensino, incluindo início e término, Plano de Cooperação de Instrução, estágios supervisionados, equipe de instrução e demais atividades curriculares.

5 CONCLUSÃO

A implantação do ensino por competência permite reestruturar, em termos de *descrição densa*, o processo formativo objetivando alcançar resultados práticos advindos do exercício de *competências* e *capacidades* funcionais. Mais do que o preparo funcional e profissiográfico, trata-se da inserção dessas funcionalidades dentro do contexto doutrinário e operativo da F Ter, o que demanda a compreensão do processo formativo como um *campo científico* dentro do qual identificam-se as relações em operação nesse campo, as tensas matrizes culturais institucionais que circundam o mundo religioso e castrense em termos de *categoria cultural*.

A conclusão pela viabilidade do alinhamento entre a formação dos capelães e a formação dos oficiais do Quadro Complementar permite elaborar, como resultado prático desse empreendimento investigativo, propostas de novo perfil profissiográfico, mapa funcional, plano geral de ensino e de duas novas portarias em substituição às Portarias nº 308 e 309 do EME, uma criando o Curso para Capelães Militares e outra dispondo as normas

de seu funcionamento, enviadas para análise da Diretoria de Ensino Superior Militar, via cadeia de comando.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação.** 11^a ed. Campinas: Papirus, 2011.

_____. Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico.** São Paulo: Unesp, 2004.

_____. Pierre. **O Senso Prático.** 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 3.998, de 05 de outubro de 2001. Regulamenta, para o Exército, a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 05 novembro de 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 11 de junho 2017.

_____. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino

no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1 – 24 set. 1999, p. 3. Disponível em: <www2.câmara.leg.br/.../1999/decreto-3182-23-setembro-1999-345069-norma-pe.htm>. Acesso em 10 de junho 2017.

_____. Lei nº 6.923, de 20 de junho de 1981. Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1 – 30 jun. 1981, p. 12141. Disponível em: <www2.câmara.leg.br/fed/lei.../lei-6923-23-junho-1981-357133-norma-pl.htm>. Acesso em 10 de junho 2017.

_____. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1 – 9 fev. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm. Acesso em 10 de junho 2017.

_____. Exército. Estado-Maior. **Quadro de cargos previstos – QCP**: Escola de Formação Complementar do Exército. Salvador, BA, 2016.

_____. Exército. Portaria nº 308, de 29 de julho de 2016, do Estado-

Maior do Exército. Cria o Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães Militares. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 31/2016, p. 34, de 5 agosto de 2016.

_____. Exército. Portaria nº 309, de 29 de julho de 2016, do Estado-Maior do Exército. Estabelece as condições de funcionamento do Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães Militares. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 31/2016, p. 35, de 5 agosto de 2016.

_____. Exército. Portaria nº 41, de 30 de abril de 2012, do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Aprova as Instruções Reguladoras da Concessão, Diplomação, Certificação, Apostilamentos e Registro do Sistema de Educação Superior Militar no Exército (EB60-IR-57.003). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 21/2012, p. 122, de 25 maio de 2012.

_____. Exército. Portaria nº 42, de 30 de abril de 2012, do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Aprova as Instruções Reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução (EB60-IR-57.002). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 21/2012

p. 50, de 25 maio de 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 13^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de janeiro: LTC, 2013.

_____. Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 13^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. São Paulo: Unesp, 2014.

HART, H. L. A. **O conceito de Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação Jurídica e Teoria do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA (BRASIL). **O Exército Brasileiro. Manual de Fundamentos. EB20-MF-10.101**. Brasília, 2014.

_____. **Doutrina Militar Terrestre. Manual de Fundamentos. EB20-**

- MF-10.102.** Brasília, 2014.
- _____. Operações. Manual de Campanha. **EB20-MF-10.103.** Brasília, 2017.
- _____. Logística. Manual de Fundamentos. **EB20-MF-10.204.** Brasília, 2014.
- NUNES, Fabricio do Prado. **A Consulta Prévia como uma Descrição Densa do Processo de Gestão Democrática no Contexto Brasileiro: Uma Análise Georreferenciada e Circunstancializada no Projeto da Micro Central Hidrelétrica de Tiryós – PA.** 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Estudo Superior do Estado do Pará – CESUPA, Belém - PA. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/314519223/DISSERTACAO-FABRICIO-DO-PRADO-NUNES-pdf>>. Acesso em 11 junho de 2017.
- OLIVEIRA, Silvio Luis de. **Metodologia científica aplicada ao direito.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- RAZ, Joseph. **Razão Prática e Normas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e Ideologias.** 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da Pesquisa Científica: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em Ciências Militares.** 3^a ed. Rio de Janeiro: ESAO, 2006.
- RYLE, Gilbert. **Le Penseur.** In: The Concept Collected Essays: Collected Papers. Vol 2. London: Routledge, 1969.
- TOULMIN, Stephen E. **Os Usos do Argumento.** 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, nº 63, ano 2007.

Saúde

ATITUDES DO CORPO DOCENTE DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE NÍVEL FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO SOBRE O COMPORTAMENTO SUICIDA

Alessandra Augusta de Santana e Silva Monteiro¹

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo identificar as atitudes dos docentes (professores e instrutores) dos Estabelecimentos de Ensino do Exército Brasileiro (EB) com relação ao comportamento suicida. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o aumento da percepção e a disseminação de informação apropriada podem contribuir grandemente na prevenção do suicídio (OMS, 2000b). Uma das faixas etárias mais acometidas pelo suicídio encontra-se entre 15 e 34 anos, correspondendo muitas vezes a jovens que estão cursando escolas e faculdades. Assim como acontece com alunos que ingressam em uma faculdade, o ingresso na carreira militar traz várias mudanças tais como morar fora de casa, cuidar sozinho de seus pertences e alimentação, ausência da família e amigos e por vezes de sua cidade natal, adaptação a novos amigos e desafios de formar a identidade militar, o que pode vir a ser um fator estressor. O Programa de Valorização da Vida no âmbito do EB apresenta como ação preventiva primária a capacitação de docentes e discentes sobre o tema do suicídio. Para tanto, faz-se necessário planejar a capacitação e identificar previamente a percepção que os docentes têm sobre o assunto. Para fins de identificação das atitudes dos docentes foi construída e aplicada uma escala de concordância em que foram abordados os componentes cognitivo, afetivo e comportamental das atitudes frente ao comportamento suicida. Uma vez analisadas as respostas à escala pode-se identificar as atitudes dos docentes com relação ao suicídio e propor recomendações sobre como prevenir o suicídio e abordar o tema nos Estabelecimentos de Ensino do EB.

Palavras-Chave: Suicídio. Atitudes. Docentes. Prevenção.

Abstract. The present study aims to identify the teachers attitudes of Brazilian Army Educational Establishments towards suicide. According to The World Health Organization, increased awareness and the dissemination of appropriate information can greatly contribute to the prevention of suicide (WHO, 2000b). One of the age groups most affected by suicide is between 15 and 34 years,

¹ Capitão do Quadro Complementar de Oficiais da turma de 2009. Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade Católica de Goiás, em 2003. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Formação Complementar do Exército, em 2009.

often corresponding to young people who are attending schools and colleges. As with some students entering a college, entering the military career brings changes such as living away from home, caring for their belongings, taking care and providing food by themselves, absence of family and friends and sometimes from their hometown, adaptation to new friends and challenges of forming the military identity, which can become a stressor factor. The Life Valuation Program within the Brazilian Army presents as a primary preventive action the training of teachers and students on the subject of suicide. In order to plan the training it is necessary to identify the perception that the teachers have about the subject. To identify teacher's attitudes, a concordances scale was constructed and applied which approached the cognitive, the affective and the behavioral components of attitudes towards suicidal behavior. Once the responses to scale have been analyzed, it's possible to identify the teachers' attitudes towards suicide and make recommendations about suicide prevention and how to approach the subject in the Educational Establishments of the Brazilian Army.

Keywords: Suicide. Attitudes. Teachers. Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como problema de saúde pública. A OMS considera que elementos essenciais para os programas de prevenção do suicídio são o aumento da percepção e a disseminação de informação apropriada (OMS, 2000b).

As faixas etárias mais acometidas por atos suicidas (tentativas ou consumação do suicídio) encontram-se entre 15 a 34 anos, e na população com mais de 75 anos (BRASIL, 2016a).

O tema do suicídio dentro do Exército Brasileiro (EB) pode ser considerado como tabu e pouco difundido. O Departamento Geral do Pessoal (DGP), por intermédio da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), em 2016, iniciou o Programa de Valorização da Vida com ações e diretrizes específicas para abordar o assunto.

No EB as escolas de formação são a porta de entrada para a carreira militar e recebem alunos de origem civil e militar que se encontram na faixa etária de risco para o comportamento suicida.

Quando se pensa no público

militar, a questão fica mais instigante. Não se encontra registros ostensivos de estudos que abordem a percepção dos militares sobre o tema suicídio. Contudo, sabe-se que em várias Organizações Militares do EB e das outras forças singulares já ocorreram atos suicidas.

Ao pensar em prevenção, identifica-se a necessidade de abordar o tema suicídio nas escolas de formação do EB, de maneira a apresentar informação sobre o tema desde o início da carreira militar, assim como as oportunidades de tratamento e a rede de apoio psicossocial apresentada pela Instituição.

Schlösser, Rosa e More (2014) mencionam que na faixa etária de 15 a 34 anos existe maior incidência de atos suicidas. Esta faixa etária indica o momento da vida da população jovem que está inserida em algum ambiente escolar. No caso das escolas de formação do EB, os discentes encontram-se dentro desta faixa de idade, como mencionado anteriormente.

Algumas pesquisas indicam que determinadas fases do ciclo vital proporcionam desafios maiores que podem ser desencadeadores de ideações suicidas e possivelmente atos suicidas. O momento de

cursar uma universidade ou curso de longa duração encontra-se dentro deste desafio do ciclo vital (VASCONCELOS-RAPOSO et al, 2016).

A bibliografia pesquisada incutiu na pesquisadora o questionamento acerca de como os docentes (professores e instrutores) das escolas de formação do EB percebem o comportamento suicida.

O presente trabalho tem como objetivo identificar as atitudes dos docentes (professores e instrutores) dos Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) de nível formação do Exército Brasileiro (EB) em relação ao comportamento suicida, em diferentes graus hierárquicos, perante o comportamento suicida no contexto militar, propondo boas práticas e recomendações para aplicação no ambiente escolar.

Além do objetivo geral, este artigo científico tem como objetivos específicos verificar se as atitudes dos docentes em relação ao comportamento suicida são fundamentadas em mitos sobre o tema; identificar se os docentes reconhecem sinais do comportamento suicida nos discentes; verificar se os docentes conseguem identificar ações possíveis para auxiliar na prevenção ao suicídio; e estabelecer

boas práticas e recomendações para aplicação no ambiente escolar.

Com o presente estudo pretende-se contribuir para o Exército Brasileiro no entendimento sobre as atitudes dos docentes da Instituição perante o comportamento suicida. Objetiva-se ser um estudo inicial que possa provocar o aprofundamento na investigação sobre o tema em maior escala na população militar.

Há, ainda, a intenção de que a escala construída para investigar as atitudes dos docentes de Estabelecimentos de Ensino de nível formação perante o suicídio possa ser aproveitada para pesquisas futuras e outras aplicações no âmbito do EB.

Uma vez realizada a pesquisa, poderão ser propostas boas práticas e recomendações para aplicação no ambiente escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O suicídio como questão de saúde pública

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o suicídio como questão de saúde pública. O

suicídio está entre as dez maiores causas de morte na população com faixa etária entre 15 e 35 anos.

Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, ainda cercado de mitos e crenças errôneas.

O comportamento suicida encontra-se presente desde a Antiguidade, marcado sempre pelo tabu, principalmente pela dificuldade da sociedade entender as possíveis razões que conduziram o indivíduo a interromper a própria vida.

Em pesquisa realizada por Azevedo e colaboradores (2016) verificou-se que a percepção do suicídio estava relacionada a crenças de “loucura”, à “mente fraca”, à “depressão” e à “falta de Deus”. O estudo realizado pelos autores investigou a percepção do comportamento suicida por militares de diversos postos e graduações pertencentes a um Estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro.

A temática em questão cerca-se de conotações religiosas e filosóficas que aumentam a complexidade da discussão. A psiquiatria realizou tentativas de explicar o fenômeno, e existem correlações do suicídio com alguns transtornos mentais. O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) menciona a comorbidade,

mais comumente observada, do comportamento suicida aos seguintes transtornos mentais: transtorno bipolar, transtorno depressivo maior, esquizofrenia, transtorno esquizoafetivo, transtornos de ansiedade, transtornos por uso de substâncias, transtorno de personalidade boderline, transtorno de personalidade antisocial, transtornos alimentares e transtornos de adaptação (DSM, 2014).

Existem estudos que abordam a incidência do suicídio em populações específicas como indígenas, imigrantes, crianças e idosos (OMS, 2000b). Nas pesquisas revela-se a amplitude de aspectos intervenientes no suicídio.

Frequentemente o suicídio está relacionado a questões familiares, sociais e profissionais. Gonçalves e colaboradores (2014, p.192) apontam para incidência em jovens estudantes do ensino superior.

Durante a frequência do ensino superior ocorrem múltiplas mudanças na vida dos estudantes, pois trata-se de um período marcado por um conjunto de transições desenvolvimentais e acadêmicas que podem originar algumas crises situacionais e problemas de saúde mental, tornando estes estudantes potencialmente mais vulneráveis e com risco aumentado para os comportamento suicidários.

Para esses autores, muitas vezes é desafiador para o docente do ensino superior ser confrontado, no exercício de suas atividades profissionais, com estudantes com alto nível de estresse, desajuste ou dificuldade de convívio social, ansiosos ou depressivos. Como os docentes podem, então, se comportar frente a um discente com alteração de comportamento e ideação suicida?

2.2 Legislação sobre o tema

Em agosto de 2006 foi publicada a Portaria nº 1.876, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a serem implementadas no âmbito federal. A Diretriz considera o suicídio como um grave problema de saúde pública e ressalta a importância epidemiológica do registro do suicídio e das tentativas de suicídio (BRASIL, 2006).

Além disso, a Diretriz reconhece a frequência aumentada do comportamento suicida entre 15 e 25 anos, de ambos os性os, escolaridades diversas e diferentes classes sociais. Menciona o impacto e os danos causados pelo suicídio nos familiares, nos locais de trabalho

e nas escolas (Ibdem, 2006).

As Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio estabelecem que sejam articuladas estratégias para promover a qualidade de vida, a educação, a proteção e a recuperação da saúde e prevenção de danos, envolvendo a sociedade civil, o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, as instituições acadêmicas, as organizações da sociedade civil, os organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Além disso, devem ser desenvolvidas estratégias de informação, comunicação e sensibilização da sociedade de que o suicídio é um problema de saúde e pode ser prevenido.

Aliado às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), por intermédio da Diretoria de Inativos, Civis e Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS), publicou em julho de 2016 as Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Exército.

O PVV (BRASIL, 2016a, art 2º) tem os seguintes objetivos:

I - desenvolver estratégias e ações de

promoção da qualidade de vida, de educação, de proteção, de prevenção, de recuperação e de redução de danos à saúde;

II - desenvolver estratégias de sensibilização do público-alvo no sentido de que o suicídio é um problema de saúde pública, que pode e deve ser prevenido;

(...)

XI - capacitar os comandantes em todos os níveis ao reconhecimento precoce dos militares, servidores civis e alunos (inclusive os integrantes do Sistema Colégio Militar do Brasil) subordinados que apresentem mudança repentina de comportamento.

As Instruções Gerais para o PVV consideram que para a prevenção do suicídio existem ações primárias, secundárias e terciárias. As ações primárias envolvem “eventos de capacitação e as palestras de sensibilização devem priorizar a desconstrução do estigma em torno do comportamento suicida” (Ibdem, 2016a).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000a) publicou uma série de manuais sobre a Prevenção do suicídio, dentre os quais um manual específico para professores e educadores.

A OMS (2000b) alerta que o aumento da percepção e disseminação de informação apropriada sobre

o suicídio é elemento essencial para os programas de prevenção. Para o órgão, na escola, devem ser formados grupos de trabalho multidisciplinares envolvendo professores, médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que possam juntos discutir o assunto e pensar estratégias de prevenção.

O Manual dedicado aos professores e educadores elenca sugestões para que os mesmos possam auxiliar na prevenção do suicídio. As recomendações serão abordadas mais adiante no trabalho.

2.3 Ideação suicida em estudantes

Estudos apontam que o fato de um jovem cursar o ensino superior marca a passagem para a vida adulta e para ingresso no mundo do trabalho (VASCONCELOS-RAPOSO et al, 2016). A mudança de *status* social pode ser causadora de muito estresse para o indivíduo.

Considera-se que o ingresso em curso de formação de carreira, como os oferecidos no Exército Brasileiro por intermédio de concurso público, também possa ser desencadeante de estresse, assemelhando-se ao que é relatado na literatura pesquisada sobre estudantes do ensino superior. Em pesquisa realizada por Andrade

(2011), na Escola de Sargentos das Armas, identificou-se como principais estressores para os discentes a adaptação à profissão militar, a distância da família e o contato com os instrutores.

No Exército o jovem pode ingressar na carreira militar sem ter curso superior por intermédio da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e, em continuidade, cursar a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição que forma os oficiais da linha de ensino militar bética e equivale à formação no Ensino Superior, como bacharel em Ciências Militares.

Outra oferta para ingresso sem ter cursado o ensino superior é na Escola de Sargentos das Armas (ESA), que corresponde à formação de nível médio. Após a matrícula na ESA, quando da escolha da arma, o aluno pode escolher a carreira das armas, a Aviação, a parte de Intendência e, assim, ele estudará, nos dois últimos casos, no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) ou na Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), respectivamente.

Uma vez que o interessado na carreira militar já tenha cursado o ensino superior em instituições civis

de ensino, ele pode ingressar na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx) e na Escola de Saúde do Exército (EsSEx). Estando matriculados em instituições civis de ensino, sem a necessidade de ter concluído o nível superior, ele pode ingressar em Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ou em Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

O ingresso na carreira militar é cercado de rituais e rotinas diferentes do que os alunos podem estar acostumados. O novo aprendizado e a rotina extremamente exigente obrigam o estudante a adaptar-se rapidamente e suportar os obstáculos impostos de maneira equilibrada e dinâmica. Segundo Wortmeyer (2007), o processo de socialização dos militares envolve valores, atitudes e normas, que devem ser internalizados para o desempenho de seu papel profissional.

Rosa e Brito (2010) mencionam que esse processo de socialização que ocorre nas escolas, no caso deste estudo, nas escolas de formação do Exército Brasileiro, envolvem processos de socialização secundária, visto que os discentes já passaram por uma socialização primária quando crianças ao adentrar o primeiro grupo social (família) e agora aprenderão novos valores e

regras de convívio. Os autores dizem tratar-se de “uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado” (p199). Daí ser comum surgirem conflitos internos e essa adaptação ser considerada como um agente estressor.

Andrade (2011) identificou em seu estudo que a adaptação à profissão militar corresponde a um importante agente estressor, envolvendo aí as dificuldades encontradas nas atividades de cunho militar como rotina militar, adequação a normas e regulamentos, entendimento da ética militar e outros fatores que fazem com que o discente se adapte ao contexto militar.

Assim como acontece com alguns alunos que ingressam em uma faculdade, o ingresso na carreira militar gera diversas mudanças, como morar fora de casa, cuidar sozinho de seus pertences e alimentação, ausência da família e amigos e por vezes de sua cidade natal, adaptação a novos amigos e desafios de formar a identidade militar (ANDRADE, 2011; VASCONCELOS-RAPOSO e colaboradores, 2016).

Os aspectos citados anteriormente podem atuar como estressores e provocar no jovem ansiedade, depressão e uso de

substâncias químicas como álcool e drogas (VASCONCELOS-RAPOSO e colaboradores, 2016).

Quando o nível de estresse torna-se elevado e o indivíduo não desenvolve estratégias para administrá-lo, podem surgir ideias autodestrutivas ou ideação suicida.

A ideação suicida “envolve pensamentos passageiros ou recorrentes de que a vida não vale a pena ser vivida até preocupações intensas sobre por que viver ou morrer” (BRASIL, 2016b).

O PVV apresenta como premissa que “a pessoa com ideação suicida encontra-se em sofrimento psíquico, podendo ter a percepção da realidade distorcida de modo a interferir no seu livre-arbítrio” (BRASIL, 2016a).

Pereira e Cardoso (2015) mencionam estudos que estimam que 12% dos estudantes expericienciam ideação suicida durante os anos de estudo universitário, sendo que 2,6% consideram que os pensamentos são persistentes. Quando os estudantes frequentam cursos de que gostam as taxas de ideação suicida diminuem bastante em comparação com estudantes que optam por cursos devido à pressão familiar ou estabilidade profissional.

Jovens com ideação

suicida geralmente mostram-se depressivos, distantes ou isolados do convívio social. Muitas vezes apresentam mudanças bruscas de comportamento, incluindo agressividade além da depressão (PEREIRA E CARDOSO, 2015).

A OMS (2000a) menciona que uma maior suscetibilidade ao estresse, o estilo de vida e traços de personalidade específicos podem tornar difícil para o indivíduo lidar com eventos negativos, de maneira que o comportamento suicida é precedido por eventos estressantes. Tais eventos “podem trazer à tona pensamentos de suicídio e levar à tentativa de suicídio ou suicídio” (Ibdem, p 15).

O Manual da OMS para professores e educadores elenca algumas situações de risco e eventos que podem desencadear o comportamento suicida como separação de amigos, namorado(a), colegas de classe; problemas legais ou disciplinares; opressão pelo seu grupo ou comportamento autodestrutivo para aceitação no grupo; decepção com resultados escolares e falência nos estudos; demandas altas na escola e outros.

Para a OMS qualquer mudança súbita ou dramática que afete o desempenho do aluno

deve ser levada em consideração e observada se não há a presença de outros fatores de risco ao suicídio.

2.4 O papel do professor na dinâmica do comportamento suicida

Quando se trata de avaliar o risco de suicídio, a OMS orienta que os professores devem estar cientes e atentos de que os problemas são sempre multidimensionais, envolvendo aspectos familiares, sociais, ambientais e escolares.

O conhecimento dos fatores de risco do suicídio e do comportamento usual de seus alunos deve ser primordial para que o professor possa atuar na prevenção do comportamento suicida.

Professores podem ser mais eficazes na prevenção do comportamento suicida quando se colocam próximos de seus alunos de maneira a conhecer seu comportamento usual, formas de lidar com frustrações e desafios, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima, para a promoção da expressão emocional, para a prevenção de comportamentos desafiadores e violência escolar, além de prover informações sobre serviços de saúde (OMS, 2000b).

Quando acontece na escola um episódio de tentativa ou suicídio, deve-se ter um plano emergencial para informar professores, funcionários e alunos. Se a tentativa ou suicídio ocorrer na instituição de ensino, a OMS alerta para o risco do efeito contagioso. A escola deve ter uma estratégia de como lidar com a situação e sobre como abordar o tema suicídio com os discentes.

O efeito contagioso resultante de um aluno suicida “é a tendência que eles têm em se identificar com soluções destrutivas adotadas por pessoas que tentaram ou cometem suicídio” (OMS, 2000b, p 25).

Deve ser oferecido suporte emocional imediato por profissionais de saúde e esclarecidos os aspectos da situação, de maneira que os professores possam ficar atentos ao comportamento de seus alunos e para que estes evitem o contato com métodos possíveis de suicídio: drogas tóxicas ou letais, pesticidas, armas de fogo e outras armas.

A escola deve identificar entre os estudantes os que são potencialmente suicidas, e os que convivem na mesma classe ou grupo e em outras turmas próximas. Um suicídio em cadeia pode envolver não somente alunos que se conheçam; de

alguma maneira, mesmo os que não eram próximos podem se identificar com o comportamento e recorrer ao suicídio como resultado (OMS, 2000b).

Os professores, colegas de classe, funcionários da escola e pais devem ser informados da ocorrência da tentativa ou do suicídio e oferecido suporte emocional adequado e, caso necessário, tratamento oportuno.

2.5 Fatores de risco

As Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (BRASIL, 2016b), no artigo 6º, elenca como os seguintes fatores de risco:

- I - tentativa prévia de suicídio;
- II - histórico ou ocorrência de transtornos mentais, especialmente depressão, bipolaridade, esquizofrenia ou transtorno de personalidade;
- III - uso ou abuso de substâncias psicoativas;
- IV - isolamento social;
- V - perdas significativas recentes (familiares, status, entes queridos);
- VI - homens, solteiros e sem filhos;
- VII - faixa etária de 15 (quinze) a 35 (trinta e cinco) anos, ou maior

de 65 (sessenta e cinco) anos; VIII - histórico familiar de suicídio; IX - problemas financeiros; X - baixa tolerância à frustração; XI - baixa resiliência; XII - fragilidade nos vínculos sociais, familiares e institucionais; XIII - vivências de abuso físico e/ou psicológico; XIV - passagem para a aposentadoria ou reserva; XV - diagnóstico de doenças graves e/ou incapacitantes; e XVI - fatores estressores internos e externos.

Schlösser, Rosa e More (2014) apontam como fatores e situações de risco as adversidades familiares e variáveis emocionais (repressão emocional, tristeza, necessidade de afeto, busca por valorização, baixa autoestima, sentimentos de culpa e inferioridade, timidez, violência e restrição social).

Uma vez elencados os fatores e situações de risco fica evidente que o suicídio é um problema multifacetado e com desencadeantes diversos.

Portanto, a percepção de algum dos fatores de risco deve servir de alerta e, caso suspeição ou evidência do risco real de suicídio, o mesmo deve ser relatado

às autoridades pertinentes para executar o tratamento preventivo adequado.

2.6 Importância da prevenção

O Programa de Valorização da Vida no âmbito do Exército estabelece como premissa que “falar sobre suicídio não incentiva a sua ocorrência, ao contrário, é uma forma de aliviar a angústia e a tensão, já que a pessoa que apresenta ideação suicida pode comunicar e demonstrar sua intenção” (BRASIL, 2016b).

A Organização Mundial de Saúde coaduna com esse pensamento e considera que, à medida que as pessoas são informadas e sensibilizadas sobre o tema, é possível que o indivíduo que esteja suscetível a perpetrar o comportamento suicida possa sentir-se acolhido e confortável para falar com alguém sobre suas dificuldades e encontrar outro caminho para a solução de seus problemas (OMS, 2000a).

O Manual para Profissionais da Saúde em Atenção Primária apresenta alguns dados que buscam desmistificar o comportamento suicida:

Quadro 1 - Manual para Profissionais da Saúde em Atenção Primária

FICÇÃO	FATO
1. Pessoas que ficam ameaçando suicídio não se matam.	1. A maioria das pessoas que se matam deram avisos de sua intenção.
2. Quem quer se matar, se mata mesmo.	2. A maioria dos que pensam em se matar, têm sentimentos ambivalentes.
3. Suicídios ocorrem sem avisos.	3. Suicidas frequentemente dão ampla indicação de sua intenção.
4. Melhora após a crise significa que o risco de suicídio acabou.	4. Muitos suicídios ocorrem num período de melhoria, quando a pessoa tem energia e a vontade de transformar pensamentos desesperados em ação autodestrutiva.
5. Nem todos os suicídios podem ser prevenidos.	5. Verdade, mas a maioria pode-se prevenir.
6. Uma vez suicida, sempre suicida.	6. Pensamentos suicidas podem retornar, mas eles não são permanentes e em algumas pessoas eles podem nunca mais retornar.

Fonte: OMS (2000a, p 15).

O Programa de Valorização da Vida no âmbito do Exército estabelece algumas medidas preventivas.

As ações preventivas primárias tem como objetivo capacitar o público-alvo

para a identificação de pessoas com ideação suicida ou que já tenham tentado suicídio, por meio das seguintes medidas:

I - ação de comando em todos os níveis, visando a orientação, a coordenação, o acompanhamento e o controle dos respectivos subordinados;

II - desenvolvimento de atividades militares, sociais e religiosas que estimulem a integração, o companheirismo e o espírito de corpo;

III - identificação dos fatores de risco;

IV - realização de campanhas de esclarecimento para todos os atores, inclusive os profissionais de saúde, psicólogos e assistentes sociais, levando em consideração a idade, o grau de instrução e a função ocupada;

V - cursos ou estágios para os profissionais de saúde, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras;

VI - realização de campanhas de esclarecimento junto ao público-alvo; e

VII - inclusão do tema nos currículos escolares e nos programas de instrução militar (BRASIL, 2016b, artigo 9º).

O Manual da OMS dedicado a professores e educadores menciona que qualquer mudança súbita de comportamento que afete o desempenho escolar deve ser considerada seriamente. O órgão elenca algumas alterações:

- falta de interesse nas atividades habituais;
- declínio geral nas notas;
- diminuição no esforço/interesse;

- má conduta na sala de aula;
- faltas não explicadas e/ou repetidas, ficar “matando aula”;
- consumo excessivo de cigarros (tabaco) ou de bebida alcoólica, ou abuso de drogas (incluindo maconha);
- incidentes envolvendo a polícia e o estudante violento (OMS, 2000b, p17).

Organização Mundial de Saúde alerta que se algum desses sinais for identificado em um aluno por um professor ou orientador escolar devem ser realizadas medidas para uma avaliação abrangente do discente.

Ao avaliar o risco de suicídio, deve ser a escola atenta ao aspecto multidimensional do tema e investigar tentativas prévias de suicídio, indício de depressão, situações ambientais negativas e existência de eventos de vida negativos.

A Organização Mundial de saúde também elenca outros sinais importantes na história de vida e no comportamento dos alunos, são eles: comportamento retraído, inabilidade para se relacionar com a família

e amigos; doença psiquiátrica; ansiedade ou pânico; mudança na personalidade, irritabilidade, pessimismo; mudança no hábito alimentar e de sono; odiar-se, sentimento de culpa, de se sentir sem valor ou com vergonha; perdas recentes como morte, divórcio ou separação; desejo súbito de concluir afazeres pessoais, organizar documentos; sentimentos de solidão, impotência, desesperança; cartas de despedida; doença física; menção repetida de morte ou suicídio (OMS, 2000b).

A prevenção do suicídio envolve, portanto, o esclarecimento e informação sobre o tema; a sensibilização das pessoas sobre a importância de prevenir e tratar o comportamento suicida; a identificação dos fatores e situações de risco; e o rápido manejo do tratamento de saúde que se fizer necessário, seja encaminhamento médico para psiquiatria e psicoterapia (OMS, 2000b).

2.7 Boas práticas e recomendações para aplicação no ambiente escolar

Um ambiente escolar positivo pode auxiliar muito na superação das dificuldades e desafios da nova

aprendizagem. Professores atentos, perceptivos e interessados na dinâmica dos alunos podem fazer muito na prevenção do suicídio.

Sabe-se que nem sempre, devido ao cotidiano exigente do trabalho, o professor tem condições de dedicar-se tanto aos alunos. Contudo, se o mesmo conhece seus alunos, seus comportamentos usuais, percebe a interação do grupo e os alunos mais isolados, é possível que em contato com uma mudança repentina de comportamento o professor possa dedicar mais atenção ao discente em questão.

De qualquer maneira, no ambiente escolar, o aluno convive também com outros funcionários da escola e com seus colegas de curso. Assim, é primordial que a informação sobre o tema circule por toda a instituição de ensino.

Por vezes, o primeiro a presenciar ou perceber a alteração de comportamento e hábitos é um colega de curso. Este deve saber a quem reportar sua percepção e ter a confiança de que será ouvido, acolhido e levado em consideração na investigação de sua suspeita.

Recomenda-se que os Estabelecimentos de Ensino do Exército observem as orientações e aspectos elucidados na

documentação normativa que trata do tema no âmbito do Exército, principalmente.

O Programa de Valorização da Vida no âmbito do Exército (BRASIL, 2016^a), no artigo 9º, prevê a execução de palestras e capacitações com o objetivo de desenvolver a capacidade de identificação de pessoas com ideação suicida ou que já tenham tentado suicídio.

§1º Os temas a serem tratados com o público-alvo devem abordar, obrigatoriamente, a valorização da vida, a qualidade de vida, a saúde mental, o fortalecimento dos laços afetivos, a prática religiosa, o problema do suicídio e como agir preventivamente, os fatores de risco e proteção e a mudança de comportamentos.

§2º Os cursos e as palestras de conscientização e de capacitação devem priorizar a desconstrução do estigma em torno do comportamento suicida, a fim de evitar que o público-alvo se sinta envergonhado, excluído e discriminado quando tiverem ideações suicidas.

No âmbito do Exército as escolas de nível formação, responsáveis por ministrar os cursos de formação para oficiais e sargentos de carreira e dos militares que prestarão serviço temporário,

são subordinadas ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx). As Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida no âmbito do Exército (BRASIL, 2106a) prevê no artigo 16 que compete ao DECEx:

I - em cooperação com o DGP, prever no Plano Geral de Ensino (PGE) dos estabelecimentos de ensino, uma **carga horária específica para a capacitação dos corpos discente e docente**, bem como para a implementação e o desenvolvimento das ações primárias do PVV, nos estabelecimentos de ensino subordinados, vinculados e órgãos de formação da reserva (grifo da autora).

Desta maneira há a recomendação de que seja elaborada a capacitação sobre o tema suicídio para os docentes e discentes de todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército. Esta ação deve ser efetivada o quanto antes de maneira a atender o previsto e defendido na literatura e legislação sobre o tema.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por ser uma pesquisa quantitativa, do tipo exploratória. Primeiramente foi realizada uma revisão da literatura sobre o suicídio com enfoque na percepção de categorias

profissionais (enfermeiros, médicos e estudantes).

Após a revisão da literatura foi construída uma escala de concordância com base no referencial teórico pesquisado sobre as atitudes perante o suicídio. Os itens da escala de atitudes dos docentes em relação ao comportamento suicida procuraram abranger os componentes cognitivo, afetivo e comportamental das atitudes. A versão inicial continha 13 afirmativas referentes ao componente cognitivo das atitudes, 04 afirmativas referentes ao componente afetivo e 06 afirmativas referentes ao componente comportamental.

O instrumento foi construído com afirmativas que estavam associadas a uma escala tipo Likert de cinco pontos variando de “concordo totalmente” a “discordo totalmente” e com ponto neutro definido como “não tenho opinião formada”.

Uma vez construída a escala, a mesma foi aplicada a uma amostra de 15 juízes (militares com experiência como docente em algum Estabelecimento de Ensino do EB). Assim, verificou-se a validade semântica do instrumento e foram realizados ajustes na escala. Foram suprimidos dois itens que continham afirmativas semanticamente

próximas, que induziam à dúvida no momento da resposta e convertidos em novo item. Outros dois itens tiveram a redação aperfeiçoadas para assegurar um melhor entendimento. A versão final da escala foi composta por 20 afirmativas.

Além da resposta às afirmativas, o respondente deveria preencher alguns dados sócio-demográficos: sexo, idade, tempo de exercício da função de professor ou instrutor ao longo da carreira. Ao final mais uma pergunta foi feita abordando a experiência anterior com situação de tentativa ou ato de suicídio, e o tipo de relacionamento com a pessoa que tentou ou cometeu suicídio.

A escala foi construída como formulário Google e remetida via *e-mail* aos atuais docentes (professores e instrutores) das escolas de formação do Exército Brasileiro (EsPCEx, AMAN, EsSEx, EsFCEx, ESA, EsSLog, CPORs e NPORs), de maneira a proceder com a validação empírica do instrumento.

O presente estudo abrange uma amostra de 795 docentes (professores e instrutores) dos Estabelecimentos de Ensino, nível formação, do Exército Brasileiro que forneceram seus e-mails de contato para participarem da pesquisa.

O estudo foi limitado particularmente aos docentes de

Estabelecimentos de Ensino de nível formação, por se tratar do momento inicial de carreira dos jovens militares, onde é formada a identidade militar e quando são transmitidos os valores e princípios que alicerçam a instituição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa obteve 139 respostas válidas, sendo as análises estatísticas realizadas a partir deste total da amostra.

Os pesquisados eram docentes de ambos os sexos (92,7% do sexo masculino), de diversos postos, sendo 39,4% Tenentes, 34,3% Capitães, 19,7% Maiores, 3,6% Tenentes Coronéis e 2,9% Coronéis, pertencentes a Estabelecimentos de Ensino de nível formação.

Com relação ao tempo como instrutor ou professor, 46,7% são docentes há mais de 3 anos, 38% está na função entre 1 e 3 anos e 15,3% estão desempenhando a função a menos de 1 ano ($M=2,31$; $DP=0,725$).

Quanto ao fato de já ter tido contato com algum caso de suicídio, 57,7% não teve nenhum contato com casos de suicídio, e 42,3% já teve experiência com algum caso de suicídio ($DP=0,496$).

No que diz respeito ao nível de relacionamento com a pessoa que

tentou ou cometeu suicídio, 70,7% eram amigos, 19% colegas de trabalho e 10,3% eram familiares (DP= 0,539).

Analisando as respostas à Escala de Atitudes, observa-se o seguinte

resultado estatístico, em termos de porcentagem de respostas para cada ponto da escala Likert e agrupados nos componentes da atitude.

Quadro 2 - Opinião dos militares em relação ao componente cognitivo da atitude suicida

COMPONENTE COGNITIVO DA ATITUDE	RESPOSTA NA ESCALA DE CONCORDÂNCIA				
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
COG1(SUICIDA É ISOLADO DO CONVÍVIO SOCIAL)	8%	46%	3%	29%	14%
COG2(SUICIDA x DOENÇA PSIQUIÁTRICA)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	16%	30%	17%	27%	10%
COG3(QUEM QUER SE MATAR, CONSEGUE)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	17%	30%	4%	25%	24%
COG4(SUICIDA DEMONSTRA TRISTEZA)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	4%	17%	18%	49%	12%
COG5(SUICÍDIO É ATO EGOÍSTA)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	20%	26%	13%	21%	20%
COG6(DIREITO DE DECIDIR SOBRE MANTER OU NÃO A PRÓPRIA VIDA)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	7%	14%	53%	20%	6%
COG7(SUICÍDIO PODE SER EVITADO)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	59%	34%	2%	4%	1%
COG8(SUICIDA NÃO TEM RELIGIÃO)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	3%	12%	4%	23%	58%
COG9(SUICÍDIO É ATO DE COVARDIA)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	3%	12%	4%	23%	58%
COG10(SUICIDA PRECISA DE APOIO EMOCIONAL IMEDIATO)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	85%	13%	1%	1%	0
COG11(SUICÍDIO x SOFRIMENTO EMOCIONAL EXTREMO)	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
	48%	36%	7%	8%	1%

Fonte: Dados colhidos na pesquisa pela autora.

Com relação ao componente cognitivo das atitudes (crenças) percebe-se que os docentes apresentaram concordância com as crenças de que “o suicida é alguém isolado do convívio social” (54% - concordo totalmente e concordo parcialmente), “o suicídio pode ser evitado” (93%), “o suicida precisa de apoio emocional imediato” (98%) e que “o suicídio está relacionado a um sofrimento emocional extremo” (84%) e “a uma doença psiquiátrica” (46%).

Contudo, os docentes discordaram das crenças de que “quem quer se matar, consegue” (49% - discordo totalmente e discordo parcialmente), “o suicida é alguém que demonstra tristeza (61%), “o suicida não possui uma religião” (81%), “o suicídio é um ato de covardia” (81%).

A maioria dos respondentes demonstrou não ter opinião formada quanto à crença de que “cada um tem o direito de decidir sobre manter ou não a própria vida”, evidenciando como este aspecto é controverso.

O Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Exército (BRASIL, 2016b) elenca como um fator de risco o isolamento social. Os docentes pesquisados corroboraram com esse dado, já que 54% concordaram que o suicida é alguém

isolado do convívio social.

Da mesma forma, a análise dos dados indica que as atitudes dos docentes são coerentes com alguns mitos associados ao comportamento suicida e que são descritos pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000a). Dentre eles podemos elencar: “pessoas que ficam ameaçando suicídio, não se matam”; “quem quer se matar, se mata mesmo”; e “nem todos os suicídios podem ser prevenidos”.

A OMS (2000a) menciona que a maioria das pessoas que já tentou o suicídio ou pensou em se matar possui sentimentos ambivalentes e uma maior propensão a concretizar o ato suicida. Além disso, a Organização alerta que a maioria dos suicídios poderia ser evitada.

Ao contrário da pesquisa realizada por Azevedo e colaboradores (2016), a maioria dos docentes não alia o comportamento suicida a uma falta de religião definida. Por outro lado, corroborando com a citada pesquisa e com o DSM (2014), os docentes evidenciaram a crença de que o suicídio está relacionado com alguma doença psiquiátrica.

Quadro 3 - Opinião dos militares em relação ao componente afetivo da atitude suicida

COMPONENTE AFETIVO DA ATITUDE	RESPOSTA NA ESCALA DE CONCORDÂNCIA				
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
AFT1(INACEITABILIDADE QUANTO AO ATO SUICIDA)	40%	24%	10%	14%	12%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
AFT2(SENTIMENTO DE RAIVA FRENTE AO SUICIDA)	4%	10%	5%	10%	71%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
AFT3(IMPOTÊNCIA FRENTE AO SUICÍDIO)	9%	26%	10%	32%	23%
	CONC OT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
AFT4(SENTIMENTO DE PENA FRENTE AO SUICIDA)	31%	42%	12%	9%	6%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT

Fonte: Dados colhidos na pesquisa pela autora.

No que tange ao componente afetivo da atitude e às atitudes dos docentes em relação ao comportamento suicida, os respondentes indicaram concordância maior quanto aos sentimentos de “não aceitar o ato suicida” (64% - concordo totalmente e concordo parcialmente) e quanto ao “sentimento de pena frente ao suicida” (73%). Os docentes discordaram quanto a sentirem-se impotentes frente ao suicídio (55% - discordo totalmente e discordo parcialmente) e a sentirem raiva do suicida (81%).

Os resultados obtidos nos itens da escala que abordavam o componente afetivo da atitude indicaram

sentimentos de pena relacionados ao comportamento suicida na maioria dos docentes. Os pesquisados também expressaram tendência a não aceitar o comportamento suicida. Gonçalves e colaboradores (2014) mencionam o desafio enfrentado pelos docentes de ensino superior ao serem confrontados com alunos com alto nível de estresse, desajuste ou dificuldade de convívio social, ansiosos ou depressivos. O comportamento suicida tende a provocar naqueles ao redor da vítima sentimentos ambivalentes e sofrimento emocional.

Quadro 4 - Opinião dos militares em relação ao componente comportamental da atitude suicida.

COMPONENTE COMPORTAMENTAL DA ATITUDE	RESPOSTA NA ESCALA DE CONCORDÂNCIA				
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
CPT1(É POSSÍVEL IDENTIFICAR ALUNOS SUICIDAS)	12%	60%	8%	19%	1%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
CPT2(TENTATIVA DE MUDAR A IDEIA QUANTO A COMETER SUICÍDIO)	75%	14%	7%	3%	1%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
CPT3(É POSSÍVEL IDENTIFICAR PESSOAS COM COMPORTAMENTOS AUTODESTRUTIVOS)	27%	44%	9%	19%	1%
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
CPT4(É POSSÍVEL IDENTIFICAR MUDANÇAS BRUSCAS NO COMPORTAMENTO DOS ALUNOS)	37%	55%	2%	6%	0
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT
CPT5(É POSSÍVEL IDENTIFICAR ALUNOS QUE SÃO ISOLADOS DO CONVÍVIO DO GRUPO)	46%	47%	4%	3%	0
	CONC TOT	CONC PAR	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISC PARC	DISC TOT

Fonte: Dados colhidos na pesquisa pela autora.

No que diz respeito ao componente comportamental da atitude, os docentes concordaram que “é possível identificar alunos com comportamento suicida” (72% - concordo totalmente e concordo parcialmente), “é possível identificar pessoas com comportamentos autodestrutivos” (71%), “é possível identificar mudanças bruscas no comportamento dos alunos” (92%), “é possível identificar alunos que são isolados do convívio do grupo”

(93%). Além disso, os docentes concordaram com a tendência comportamental de buscar mudar a ideia do suicida quanto a cometer o suicídio (89%).

As respostas referentes ao componente comportamental da atitude corroboraram com as orientações da Organização Mundial da Saúde quanto ao papel do professor na temática do suicídio. A OMS (2000b) alerta que qualquer mudança brusca de comportamento do aluno

deve ser levada em consideração como um fator de risco ao suicídio.

De igual maneira, Pereira e Cardoso (2015) relatam que jovens com ideação suicida geralmente mostram-se depressivos e isolados do convívio social e também podem demonstrar mudanças bruscas de comportamento.

Segundo a OMS (2000b), os professores que conhecem o comportamento usual de seus alunos e colocam-se mais próximos deles podem ser importantes agentes na prevenção do suicídio. Para a OMS a escola deve ter condições de identificar os alunos potencialmente suicidas e seu grupo social no ambiente escolar, atuando preventivamente com orientações sobre o tema e abrindo canais para os alunos expressarem suas emoções.

A análise das respostas apresentadas pelos docentes pesquisados ratifica o referencial sobre a temática do suicídio. Indica que as crenças dos docentes não são fundamentadas em mitos, uma vez que têm a noção da gravidade do tema e da necessidade de suporte emocional.

O componente comportamental da atitude frente ao comportamento suicida indica que os docentes têm a noção clara de que podem identificar

aspectos do comportamento suicida e fatores de risco, contribuindo com condutas para auxiliar na prevenção ao suicídio.

O esclarecimento e as informações prestadas sobre o tema suicídio são ações possíveis e concretas a serem implantadas no ambiente escolar.

5 CONCLUSÃO

O PVV tem como premissa que falar sobre o suicídio é uma forma de aliviar a angústia e a tensão.

A OMS considera que uma vez que as pessoas são informadas e esclarecidas sobre o suicídio, os indivíduos com tendência suicida podem se sentir acolhidos e compreendidos buscando caminhos alternativos de solução para seus problemas.

Uma das ações primárias descritas pelo PVV é a capacitação do público-alvo (militares, civis e dependentes) para a identificação de pessoas com ideação suicida. Os docentes pesquisados demonstraram concordar que é possível identificar alunos isolados do convívio social, com mudanças bruscas de comportamento e com comportamentos autodestrutivos.

Esses são fatores de risco associados ao suicídio.

As crenças relatadas de que o suicida é alguém que precisa de suporte emocional imediato e que se encontra em sofrimento emocional extremo indicam a percepção realista da gravidade do tema suicídio.

De igual maneira, os docentes expressaram a concordância com as crenças de que o suicídio pode ser evitado, pode estar associado a uma doença psiquiátrica e que não necessariamente o suicida demonstra tristeza.

Verifica-se que as atitudes dos docentes em relação ao comportamento suicida não são fundamentadas em mitos e que eles consideram que é possível reconhecer o comportamento suicida nos discentes, o que corresponde a uma maneira concreta de auxiliar na prevenção ao suicídio, uma vez que a identificação de algum dos fatores de risco deve servir de alerta e o assunto ser tratado com seriedade pelo docente e pela escola.

Considera-se que o tema deve ser abordado claramente nos Estb Ens do Exército. O PVV (BRASIL, 2016) tem, justamente, como objetivo capacitar o público interno quanto ao reconhecimento precoce de mudanças repentinas de

comportamento, que podem estar associadas ao suicídio. Os eventos de capacitação e as palestras de sensibilização podem auxiliar na desconstrução do estigma em torno do comportamento suicida.

Os Estb Ens do Exército fazem parte do Sistema de Ensino do Exército e são subordinados ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx). O DECEEx tem como atribuição prevista no PVV a implantação de carga horária específica no Plano Geral de Ensino (PGE) dos Estb Ens para a capacitação de docentes e discentes quanto ao suicídio.

O tema pode ser abordado nos Estágios de Atualização Pedagógica nível II que são realizados anualmente nos Estb Ens, como forma de capacitar os docentes. Podem ser previstas palestras de sensibilização sobre o assunto a serem proferidas aos discentes durante os cursos de formação.

A implantação do PVV é uma forma de modificar a cultura do EB e abrir caminhos para a abordagem, identificação, acolhida e tratamento do suicídio no âmbito da Instituição.

Conforme preconiza a OMS, a prevenção do suicídio envolve o **esclarecimento e informação** sobre o tema; a **identificação** dos

fatores de risco; e o rápido manejo do **tratamento** de saúde necessário.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (recurso eletrônico): DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5 ed. - Dados eletrônicos. Porto Alegre: Aramed, 2014.

ANDRADE, H.A.F. Stress em discentes do Curso de Formação de Sargentos Combatentes do Exército Brasileiro: comparação entre alunos com experiência militar prévia e alunos de origem civil. Monografia para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica – Terapia Comportamental Cognitiva. Campinas: Instituto de Psicologia e Controle do Stress Marilda Lipp, 2011.

AZEVEDO, C.S.N.; et al. Suicídio no Contexto de uma Organização Militar do Exército Brasileiro: Compreender para prevenir. Salvador: Escola de Formação Complementar do Exército, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.876, de 14 de

agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a sem implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html> 2006. Acesso em 07 junho 2017.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria do Comandante do Exército nº 893, de 25 de julho de 2016.** Aprova as Instruções Gerais para o Programa de Valorização da Vida (PVV) no Âmbito do Comando do Exército e dá outras providências. Disponível em: <http://dcipas.dgp.eb.mil.br/phocownload/legislacao/assistencia_social/2016/br_30_16.pdf> 2016a. Acesso em 08 julho 2017.

_____. Exército Brasileiro. **Portaria nº 151-DGP, de 4 de agosto de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Comando do Exército. Disponível em: <http://dcipas.dgp.eb.mil.br/phocownload/legislacao/assistencia_social/2016/port_151_dgp_ag016.pdf> 2016b. Acesso em 08 julho 2017.

GONÇALVES, A.M.; *et al.*
Ideação Suicida em Estudantes do Ensino Superior Politécnico: Influência de Algumas Variáveis Sociodemográficas, Acadêmicas e Comportamentais. Disponível em <http://bdigital.sib.uc.pt/jspuibaes/handel/103/6/1/2365?mode=ful&submit_simple=show+full+item+record> 2014. Acesso em 07 junho 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: Manual para Professores e Educadores. Disponível em: <www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_educ_port.pdf> 2000a. Acesso em 07 junho 2017.

_____. **Prevenção do Suicídio: um Manual para Profissionais da Saúde****MENEZES** em Atenção Primária. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev.pha.port.pdf> 2000b. Acesso em 07 junho 2017.

PEREIRA, A.; CARDOSO, F. **Suicidal Ideation in University Students: Prevalence and Association With School and Gender.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v25n62/1982-4327-paideia-25-62-0299.pdf>> 2015. Acesso em 07 junho 2017.

paideia-25-62-0299.pdf> 2015.
Acesso em 07 junho 2017.

ROSA, A.R.; BRITO, M.J. “**Corpo e Alma**” nas Organizações: **um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar.** Curitiba: RAC, v. 14, n. 2, art. 1, pp.194-211, 2010.

SCHLÖSSER, A.; ROSA, G.F.C.; MORE, C.L.O. **Revisão: Comportamento Suicida ao Longo do Ciclo Vital.** Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n1/v22n1a11.pdf>> 2014. Acesso em 07 junho 2017.

VASCONCELOS-RAPOSO, J.; *et al.* **Níveis de ideação suicida em jovens adultos.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v33m2/0103-166X-estpsi-33-02-00345-pdf>> 2016. Acesso em: 07 junho 2017.

WORTMEYER, D.S. **Desafios da Internalização de Valores no Processo de Socialização Organizacional: um Estudo da Formação de Oficiais do Exército.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

O PAPEL DO OFICIAL ENFERMEIRO NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU: PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO NO APOIO DE SAÚDE À UNIDADE MÉDICA NÍVEL 2

Sandro Barbosa Cardoso Cunha¹

Resumo. Este estudo objetivou analisar o papel do oficial enfermeiro diante das possibilidades futuras de emprego do Hospital de Campanha (H CMP) do Exército Brasileiro (EB), constituído por um módulo de Unidade Médica Nível 2 (UMN-2), de acordo com o protocolo das Nações Unidas. Evidenciou-se que o módulo do H CMP, colocado à disposição das Nações Unidas, detém infraestrutura e tecnologias modernas, com capacidade de operar em plenas condições acima do nível exigido. Em relação ao preparo da tropa especializada, foi demonstrado que os organismos responsáveis têm se esforçado para garantir o nível de preparação da equipe médica, com oferta de estágios específicos através do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), de forma a deixá-la apta e em estado de permanente prontidão operacional. A relevância da presença do oficial enfermeiro se dá em virtude desse nível de apoio de saúde ofertar assistência de enfermagem operativa especializada ao empregar esse profissional no gerenciamento dos serviços de enfermagem e na assistência direta aos pacientes em estado crítico internados nos leitos de terapia intensiva da UMN-2 da ONU. Enfatizou-se as qualificações que o enfermeiro precisa obter para adquirir plena aptidão ao exercício profissional, nesse nível de atuação, considerando a legislação pátria e os pré-requisitos impostos pela ONU.

Palavras-Chave: Missões de Paz. Enfermeiro Militar. Hospital de Campanha. Unidade Médica Nível 2.

Abstract. This is a study aimed at analyzing the role of the nurse officer in face of the future possibilities of employment of the Army Hospital Campaign (H CMP) of the Brazilian Army (EB), constituted by a module of Medical Unit Level 2 (UMN-2), according to the United Nations protocol. It has been shown that the CMP H module, made available to the United Nations, has modern infrastructure and technology, capable of operating under the full conditions required above. In

¹ Graduado em Enfermagem pela UNIRIO em 2004. Oficial do Quadro Complementar de Oficiais da turma de 2009. sbcunha75@gmail.com.

conjunction with the preparation of the specialized troop, it was demonstrated that responsible sectors have been striving to ensure the level of preparation of medical staff, with the provision of specific internships through the Joint Center for Peace Operations of Brazil (CCOPAB), in order to leave it fit and in permanent state of operational readiness. The relevance of nurse officer is due the level of health support, which offers specialized operational health care and employs this professional in the management of nursing services and in the direct assistance to critically ill patients hospitalized in intensive care of the UN UMN-2. Emphasis was placed on the qualifications nurses need to obtain aiming to acquire full aptitude for professional practice on this level of performance, considering the national legislation and the prerequisites imposed by UN.

Keywords: Peacekeeping Missions. Military Nurse. Campaign Hospital. Medical Unit Level 2.

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais (ONU, 2017).

Em um mundo marcado por conflitos em diferentes regiões, as operações de manutenção da paz das Nações Unidas são a expressão mais visível do compromisso coletivo da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança. Segundo o Ministério das Relações Exteriores – MRE (BRASIL, 2017a), a natureza dessas operações evoluiu significativamente nas últimas décadas, principalmente após os anos 1990, passando de forças de interposição e observação para operações mais complexas, dotadas de mandatos em áreas diversas. Atualmente, existem 16 operações de manutenção da paz, que mobilizam mais de 112 mil pessoas – entre civis, militares e policiais.

As missões de paz fazem parte da história no Exército Brasileiro (EB), porém, ao longo do tempo, mudanças podem ser observadas, principalmente nos aspectos táticos,

uma vez que os ambientes de operações dessas tropas têm mudado. O aumento da presença nas missões de paz determinou a criação de uma estrutura de planejamento, preparo, apoio logístico, acompanhamento, desmobilização, avaliação, pesquisa de doutrina, etc. Em 2005, foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz) para apoiar a preparação de militares e tropas para as missões da ONU, transformando-se em 2010 no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), composto por militares das três Forças Armadas (BRASIL, 2010a).

De acordo com o MRE (BRASIL, 2017b), o Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 50 mil militares, policiais e civis. Priorizou-se participar de operações em países com os quais mantemos laços históricos e culturais mais próximos, como nas missões realizadas em Angola, Moçambique e Timor-Leste, e, mais recentemente, no Haiti e no Líbano.

Em 2010, o Brasil ofereceu um módulo de tropas do EB para compor o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCR), dentre as quais está uma Unidade

Médica Nível 2 (UMN-2) (BRASIL, 2010b).

Este ano de 2017, ocorreu a visita de inspeção da Comitiva das Nações Unidas à UMN-2, constituída pelo Hospital de Campanha (H CMP). Constatou-se que a Unidade Móvel de Saúde do EB apresenta plenas condições de operar, de acordo com as normas estabelecidas pelo UNPCRS, no apoio de saúde de Nível 2 da ONU; desta forma vislumbra-se reais possibilidades de aplicação futura dessa Organização Militar de Saúde (OMS) em Operações de Paz (Op Paz)(OLIVEIRA, 2017).

Diante das considerações anteriores, busca-se com este estudo evidenciar as perspectivas de emprego do módulo de UMN-2 do H CMP à disposição da ONU, assim como analisar a atuação do enfermeiro (oficial) especializado, que passa a integrar a equipe médica, nesse nível de assistência à saúde, nas Op Paz.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O escopo desse capítulo apresenta uma revisão da literatura científica e documental existente, no intuito de extrair de forma crítica e sucinta o arcabouço histórico conceitual e legal, que tenha relação direta com o objeto da pesquisa.

2.1 A Organização das Nações Unidas

A origem das missões de paz a cargo da ONU pode ser encontrada na Liga das Nações (LDN). Criada nos anos 20 do século XX, a LDN iniciou o processo de intervenção militar com o intuito de evitar a escalada de crises que poderiam transformar-se em conflitos de maiores proporções. Nessas missões iniciais eram enviados observadores ou forças militares para zelar pela ordem, administrar os territórios em conflito e monitorar cessar-fogos (RIBEIRO, 2014).

A falência da LDN e a deflagração da II Guerra Mundial (GM) não finalizaram a ideia de segurança coletiva, ao contrário; com o término da II GM surgiu um novo organismo voltado para a manutenção da paz e da segurança internacional, a ONU. O modelo de organização multilateral permaneceu e a ONU foi articulada com base no princípio do Estado de Direito e no princípio *Pacta sunt servanda* (do latim “acordos devem ser mantidos”). Desse modo, os Estados que se tornaram membros, ao assinar e ratificar a Carta da ONU, concordaram em ser representados pela Organização. No âmbito dos assuntos relacionados às ações em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e

ato de agressão, os Estados-membros são representados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no que for de competência desse órgão (OLIVEIRA JÚNIOR e GÓES, 2010).

O primeiro documento oficial dessa nova organização foi elaborado na Conferência de São Francisco, onde, com a presença de representantes de 50 países, foram traçados os princípios básicos para a criação da ONU. Desde esse primeiro ato, o Brasil se fez presente dando credibilidade e apoio ao nascimento dessa instituição. Entretanto, somente em 24 de outubro de 1945, após o fim da II GM, a Carta das Nações Unidas foi ratificada (RIBEIRO, 2014).

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, que aconteceu na capital do Reino Unido, Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos, sendo construída na cidade de Nova York. Hoje a ONU possui, além da sede central em Nova

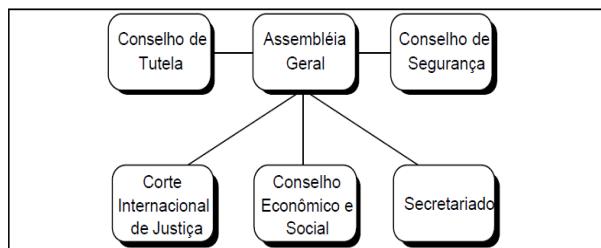
York, sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairóbi (Quênia) e escritórios espalhados em grande parte dos países do planeta. O dia 24 de outubro é comemorado em todo o mundo como o “Dia das Nações Unidas” (ONU, 2014a).

2.2 Estrutura geral da Organização das Nações Unidas

Todas as missões de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas são, de forma direta ou indireta, gerenciadas por órgãos integrantes da ONU. Os principais órgãos da ONU são: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado da ONU. Todos foram estabelecidos em 1945 quando a ONU foi fundada.

A estrutura da ONU compreende seis órgãos principais conforme prescrito em sua Carta, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Estrutura Geral da ONU



Fonte: BRASIL (2013).

O Secretariado é responsável por organizar os programas e as políticas desenvolvidas pela ONU. A Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo, decisório e representativo da ONU. Todos os 193 Estados membros da ONU estão representados na Assembleia Geral, tornando-se o único órgão da ONU com representação universal (ONU, 2014c).

O Conselho Econômico e Social atua em questões relacionadas ao desenvolvimento, direitos humanos, industrialização, ciência e tecnologia, recursos naturais, entre outras. A Corte Internacional de Justiça é o órgão judiciário das Nações Unidas. Auxilia a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança no que se refere às questões jurídicas. É composta por quinze juízes que são eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança (ONU, 2014c).

O outro órgão da ONU é o Conselho de Tutela, que já não atua mais desde 1994, após o último Estado do mundo (Palau, no Pacífico) deixar de ser tutelado pela ONU, tornando-se um Estado soberano e membro das Nações Unidas.

2.3 Classificação das Operações de Paz da ONU

As operações de paz das Nações Unidas são um instrumento singular, dinâmico e multinacional, desenvolvido pela organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura (ONU, 2014b).

Ao longo dos anos, as operações de paz tiveram uma série de mudanças com o intuito de atender às necessidades de diferentes conflitos e panoramas políticos. Com o fim da Guerra Fria, o contexto estratégico para as tropas de paz da ONU mudou dramaticamente, fazendo com que a organização expandisse seu campo de atuação de missões “tradicionais”, envolvendo somente tarefas militares, às complexas operações “multidimensionais”, criadas para assegurar a implementação de abrangentes acordos de paz e ajudar a estabelecer as bases para uma paz sustentável (ONU, 2014b).

A natureza dos conflitos também mudou ao longo dos anos. Originalmente desenvolvidas como uma maneira de lidar com conflitos internacionais, as operações de paz têm atuado cada vez mais em conflitos intranacionais e guerras civis, embora a força militar permaneça

como o suporte principal da maioria das operações. As missões de paz das Nações Unidas continuam a evoluir, tanto conceitualmente como operacionalmente, para responder a novos desafios e realidades políticas (ONU, 2014b).

De acordo com Ribeiro (2014), muitos tentam classificar as missões de paz e a grande dificuldade para se definir isso é que a Carta da ONU não faz referência clara a essas ações, nem a Assembleia Geral nem o Conselho de Segurança emitiram resoluções específicas, que contemplam o assunto.

O ponto de referência passa a ser documentos emitidos que foram agrupados com o título “Uma Agenda para a Paz”. Nestes trabalhos foram descritas as categorias mais usualmente empregadas para classificar as atividades realizadas pelas Nações Unidas no campo da paz e segurança, tomando como base estes documentos, que foram apresentados pelo Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 17 de Junho de 1992; e “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 3 de Janeiro de 1995 (RIBEIRO, 2014, p. 22).

Ribeiro cita ainda alguns conceitos trazidos pela “Agenda para a Paz” (ONU, 1992):

Diplomacia Preventiva (preventive diplomacy): prevenção do surgimento de disputas entre Estados, ou no interior de um Estado, visando evitar a deflagração de conflitos armados ou o alastramento destes uma vez iniciados. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU.

Promoção da Paz (peacekeeping): ações diplomáticas empreendidas após o início do conflito, que visam à negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseiam-se nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos no Capítulo VI da Carta da ONU.

Manutenção da Paz (peacekeeping): ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc.) e também a sua solução (acordos de paz). Tais ações são complementadas por esforços políticos no intuito de estabelecer uma solução pacífica e duradoura para o litígio. A base jurídica deste tipo de operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU, o que leva alguns analistas a situá-las em um imaginário “Capítulo VI e meio”.

Imposição da Paz (peace-enforcement): respaldadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, essas

operações incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais. São estabelecidas quando o Conselho de Segurança julga haver ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Podem abranger intervenções de caráter humanitário.

Consolidação da Paz (post-conflict peace-building): executadas após a assinatura de um acordo de paz, tais operações visam fortalecer o processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e da infraestrutura do Estado anfitrião. Os Programas, Fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social, mas também pode haver a presença de militares (RIBEIRO, 2014, p. 22-23).

2.4 Níveis de Assistência Médica da ONU

O apoio de saúde nas missões de paz da ONU é diferenciado em cada região, depende de diversas variáveis. O modelo de apoio médico será determinado pela natureza e riscos da operação. Clima, terreno, distâncias, comunicações, doenças existentes são fatores determinantes para o tipo de apoio de saúde no local da missão.

O suporte de assistência médica para as missões da paz da ONU foi

padronizado. Isso é necessário para assegurar que os mais altos padrões de assistência médica sejam fornecidos para as forças de manutenção da paz, particularmente porque as unidades médicas e o pessoal podem vir de diferentes países com diferentes padrões de cuidados médicos (ONU, 1999).

Segundo o Manual de Assistência Médica para Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (1999), os níveis de suporte médico são:

a) Nível Básico

[...] Refere-se aos primeiros socorros básicos e medicina preventiva praticados no menor nível de subunidade. Como não existe um médico presente, os cuidados são prestados pelo mantenedor da paz, ou por um paramédico ou enfermeiro treinado, utilizando equipamentos e suprimentos médicos básicos.

b) Suporte Médico Nível Um

Este é o primeiro nível onde um médico está disponível. Fornece a primeira linha de cuidados de saúde primários, ressuscitação de emergência, estabilização e evacuação de vítimas para o próximo nível de cuidados médicos dentro de uma missão de manutenção da paz.

c) Suporte Médico Nível Dois

Este é o próximo nível de cuidados médicos e o primeiro nível onde a

especialização cirúrgica e instalações estão disponíveis. A missão de um centro médico Nível Dois é fornecer cuidados de saúde de segunda linha, reanimação de emergência estabilização, intervenções cirúrgicas para salvar vidas e membros, atendimento odontológico básico e evacuação de vítimas para o próximo escalão.

d) Suporte Médico Nível Três

Este é o nível mais alto de cuidados médicos prestados por uma unidade médica implantada da ONU. Ela combina os recursos das unidades de Nível Um e Dois, com a capacidade adicional de fornecer tratamento especializado para pacientes internados e cirurgia, bem como serviços de diagnóstico completos. É importante observar que uma unidade de Nível Três raramente é implantada, e que este nível de apoio geralmente é obtido nos hospitais civis ou militares existentes dentro da área de missão ou em um país vizinho.

e) Suporte Médico Nível Quatro

Um centro médico de Nível Quatro presta assistência médica definitiva e tratamento médico especializado não disponível ou impraticável dentro de uma área da Missão. Isso inclui procedimentos cirúrgicos e médicos especializados, reconstrução, reabilitação e convalescença. Esse tratamento é altamente especializado e dispendioso, e pode ser necessário por um longo tempo. [...] Geralmente, esses serviços são procurados no país anfitrião, um país vizinho ou no próprio país contribuinte de

tropas. A ONU pode providenciar a transferência de um paciente ou vítima para uma instalação desse tipo, e por motivos de custo, indenização e tensão, continua acompanhando o progresso do paciente.

f) Equipe Médica Avançada

Uma Equipe Médica Avançada é uma pequena unidade médica, altamente móvel com cerca de três homens que está configurada e equipada para prestar assistência médica de curto prazo no campo. Geralmente, a equipe é constituída como e quando necessário das unidades médicas existentes dentro da área de Missão. [...] As Equipes Médicas Avançadas dependem das unidades que apoiam para todos os requisitos de serviços de apoio.

2.5 O Brasil e as Operações de Paz da ONU

Para Brasil (2017b), um membro fundador das Nações Unidas, historicamente comprometido com a solução pacífica das controvérsias, participar de operações de manutenção de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o artigo 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), dentre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil está a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2017b), o Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 50 mil militares, policiais e civis. Priorizamos participar de operações em países como os quais mantemos laços históricos e culturais mais próximos, como nas missões realizadas em Angola, Moçambique e Timor-Leste, e, mais recentemente, no Haiti e no Líbano. Atualmente, participa com cerca de 1300 efetivos em 8 (oito) operações de paz: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); MINUSTAH (Haiti); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNISFA (Abyei); UNMISS (Sudão do Sul).

O Governo Brasileiro defende que os mandatos das operações de manutenção de paz destaqueem a interdependência entre segurança e desenvolvimento como elemento indispensável à paz sustentável, bem como a necessidade de proteção de populações sob ameaça de violência e a ênfase na prevenção de conflitos e na solução pacífica de controvérsias (BRASIL, 2017b).

A manutenção da paz provou ser uma das ferramentas mais eficazes disponíveis para a ONU ajudar os países anfitriões a navegar pelo

caminho difícil do conflito para a paz. Atualmente existem 15 operações de manutenção da paz da ONU implantadas em quatro continentes (BRASIL, 2017b). As atuais operações multidimensionais de manutenção da paz atuam não só para manter a paz e a segurança, mas também para facilitar o processo político, proteger os civis, auxiliar no apoio das eleições, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o estado de direito.

2.6 Unidade Móvel de Saúde no Apoio às Operações de Paz

O emprego de recursos de saúde na frente de combate é antigo, com referências ao seu emprego nos exércitos Egípcios, Romanos e da Macedônia. Seu definitivo reconhecimento como peça fundamental dentro da estrutura militar de combate e a sedimentação de doutrinas de emprego universalmente reconhecidas e adotadas têm como marcos as Guerras Napoleônicas, a Guerra Civil Americana e a Guerra da Crimeia.

Silva (2005) afirma que na Guerra da Crimeia, através da destacada e histórica atuação de Florence Nightingale, foi lançada a semente da enfermagem militar, e as noções de conforto, higiene e atenção

profissional foram introduzidas na assistência aos feridos em combate.

Ainda de acordo com Silva (2005), na II GM, o Brasil foi deveras influenciado pelas doutrinas norte-americanas que já privilegiavam a participação de um efetivo e importante apoio de saúde ao combate e através de equipes de socorro e de evacuação próximas à linha de frente e de Hospitais de Campanha. Estes, porém, ainda constituindo uma cadeia de evacuação em que os recursos terciários eram limitados aos últimos elos, quase sempre em local relativamente distante da frente de combate.

Naquele conflito a Força Expedicionária Brasileira incorporou entre os seus efetivos um Batalhão de Saúde, cuja importância pode ser avaliada pela carta enviada como análise da atuação da Força FEB pelo Marechal Mascarenhas de Moraes ao Ministro da Guerra, na véspera do terceiro e decisivo ataque a Monte Castelo: “*Não é justo concluir essa apreciação, sem fazer uma referência especial à atuação feliz e digna de encômios do Batalhão de Saúde, principalmente nos dias críticos quando a Divisão paga o seu tributo humano, pela participação do Brasil na guerra. Unidade nova em nossa organização, o Batalhão de Saúde, entretanto, tem prestado relevantes serviços, que sancionam perfeitamente sua constituição e*

inclusão entre as Unidades das diversas armas de uma Divisão de Infantaria” (SILVA, 2005, p. 3).

Advinda da bem sucedida experiência de Israel na Guerra do Yomkipur, nos mais recentes conflitos armados o velho conceito de uma longa cadeia de evacuação foi sendo abandonado e na nova doutrina de emprego da Função Logística Saúde em Combate os recursos terciários de saúde ficaram próximos da linha de frente. Inúmeros estudos concluíram sobre a necessidade de tais recursos estarem a menos de 120 minutos da frente de combate, ficando o seu distanciamento físico condicionado à velocidade do vetor disponível para o transporte dos feridos em helicóptero, ambulância terrestre, etc. (SILVA, 2005).

Para Silva (2005), o emprego operacional de uma Unidade Móvel de Saúde pode ocorrer nas seguintes hipóteses: emprego real; exercícios militares; Missão de Paz da ONU; assistência às vítimas de desastres naturais ou produzidos pelo homem e no apoio às autoridades sanitárias do país como complemento à assistência regular. Uma Unidade Móvel de Saúde, seja Hospital de Campanha, Navio ou Aeronave Hospital, adequada em pessoal, instalações e equipamentos, apta como forças de pronto emprego,

é considerada na logística de saúde um item básico e indispensável para o aprestamento de qualquer Força Armada.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de natureza descritiva foi realizada através de uma revisão bibliográfica. A principal vantagem desse tipo de estudo reside no fato de permitir investigar uma ampla gama de fenômenos por meio de pesquisa em materiais já elaborados, possibilitando o aprimoramento de ideias e conceitos, sendo constituídos de livros de leitura corrente, legislação específica, artigos científicos, monografias, teses e dissertações, e periódicos de indexação de bases de dados digitais.

De acordo com Gil (2005), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como um processo que envolve as seguintes etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca de fontes, leitura do material, tomada de apontamentos, confecção de fichas, construção lógica do trabalho e redação do relatório.

Para alcance dos objetivos deste estudo, a pesquisa foi realizada em ambiente virtual, no sítio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS),

utilizando-se das seguintes bases de dados: Índice da Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online – SciELO, Base de Dados de Enfermagem do Brasil (BDENF) e Google Acadêmico; além da busca livre pela rede mundial de computadores a procura de documentos oficiais, que pudessem contribuir com a temática abordada na pesquisa. Para levantamento dos artigos, foram utilizados os descritores: enfermeiro militar, missões de paz, hospital de campanha, unidade médica nível 2. Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2017.

Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos publicados nos últimos 15 anos; trabalhos publicados em periódicos nacionais; monografias, teses e dissertações; legislações vigentes; e conteúdo de sítios institucionais oficiais nacionais e internacionais abordando a temática. Foram excluídos os textos incompletos, ano de publicação anterior ao período delimitado e todos aqueles que não contemplaram o objeto da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise das informações, o conteúdo foi organizado de forma cronológica e sistematizada; buscou-

se elucidar as questões norteadoras (problema) que motivaram o presente estudo ao mesmo tempo em que se atingiam os objetivos propostos.

O H CMP é uma Organização Militar de Saúde Móvel do EB, unidade operacional que integra a logística de saúde em campanha. Ao completar 21 anos de sua existência, essa OMS, atualmente, é possuidora de tecnologias modernas e especializadas, destaque para a mobilidade, modularidade e autonomia. Apresenta-se como uma nova fronteira do Serviço de Saúde do Exército ao poder atuar de forma integral ou desdobrada em módulos, conforme as características da operação, com capacidade de levar atendimento de medicina de emergência às tropas empregadas o mais próximo da zona de conflito.

O Exército Brasileiro (BRASIL, 2011a) trás a definição de H CMP como sendo um complexo hospitalar móvel, que reúne pessoal, equipamentos e instalações para prestar atendimento em áreas em que o apoio à saúde é vital, mas não está disponível, ou é precário e limitado nos estabelecimentos locais de atendimento.

O site do H CMP define bem sua missão, que é realizar o apoio logístico de saúde aos efetivos envolvidos em situações de emprego do EB, como na

defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais da Lei e da Ordem, nas Operações Internacionais, e atuar junto à sociedade em ações cívico-sociais, em situações de emergências e/ou calamidade pública, participando do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2011b).

Em 2011, no esforço de modernização da Força Terrestre (F Ter) o H CMP foi revitalizado, adquirindo novas tecnologias de origem canadense. Além de apoiar as tropas em campanha e a população em caso de emergência declarada, o H CMP contribui para o adestramento dos militares através do Estágio de Adestramento em Hospital Móvel (EAH Mov), voltado para a eficiência de sua transportabilidade por diferentes vias. Por rodovia ou através do campo, o H CMP pode facilmente ser transportado em viaturas do tipo VTLQT (Viatura de Transporte Logístico de Qualquer Terreno) permitindo o posicionamento dos módulos, durante a montagem, de forma autônoma, sem a necessidade de guindastes ou gruas (BRASIL, 2011c).

A Figura 2 apresenta imagens das principais características e instalações do H CMP extraídas do site do Hospital de Campanha – Hospital Oswaldo Cruz.

Figura 2: Instalações do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro



Fonte: BRASIL (2011c).

O H CMP conta com equipamentos médicos de última linha, possui infraestrutura comparada as grande unidades hospitalares, composto de barracas de lona e contêineres padrão ISO (Organização Internacional para Padronização), que se acoplam,

permitindo manter dentro de sua estrutura um ambiente climatizado. A divisão em módulos permite que sua capacidade de atendimento seja desdobrada de acordo com a missão. Possui área de triagem, enfermarias com capacidade para 50 leitos, emergência, centro cirúrgico

e esterilização, 4 leitos de UTI, laboratório biomédico, farmácia, banco de sangue. É a única OMS móvel no Brasil capaz de operar em zonas contaminadas com agentes QBN (BRASIL, 2011c).

No EB a organização do apoio de saúde às operações da F Ter é prestada por OMS operativas, desdobrada em profundidade no terreno em níveis de assistência, classificadas de acordo com sua capacidade de tratamento, para atender a múltiplas necessidades das tropas em ambientes adversos. De acordo com BRASIL (2014a), as principais instalações empregadas nas operações da F Ter, correspondentes a cada nível

de saúde são: 1º Nível – Posto Socorro (PS); 2º Nível – Posto de Atendimento Avançado (PAA); 3º Nível – Hospital de Campanha (H CMP) e 4º Nível – Hospital Militar (H Mil). O H CMP corresponde ao 3º nível ou escalão, com capacidade de oferecer diagnóstico, medicina operativa, cuidados intensivos e evacuação, além do apoio de material de saúde aos níveis inferiores.

Os níveis de saúde nas operações F Ter são desdobrados e inter-relacionados com a cadeia de evacuação, constituindo um conjunto funcional único, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3: Níveis de Saúde da F Ter em Op



Fonte: BRASIL (2014).

No cenário internacional, o Exército Brasileiro (BRASIL, 2011a) reporta que a participação do H CMP em operações de paz da ONU ainda não atuou, como um todo; participou indiretamente no apoio de saúde em Angola e no Haiti com emprego de pessoal ou equipamentos.

Já Aguilar (2005), afirma que o Brasil enviou equipes médicas e/ou pessoal de saúde para a UNAVEM I, II e III, MONUA, UNOMUR, ONUMOZ, ONUSAL e UNPOS.

Para Silva (2005), o Brasil empregou Unidades de Saúde Móveis na Op Paz do Haiti – MINUSTAH, prestando apoio Logístico de Saúde com 01 (uma) UMN-1 para cada Companhia da Brigada empregada. A UMN-2 foi mantida pela Argentina.

Em 2010, o EB, através da Portaria nº 037-EME, de 13 de abril de 2010 (BRASIL, 2010b), aprovou a diretriz para a estruturação, seleção e preparo de contingentes para missões de paz. O Brasil passou a ser signatário do Sistema de Pronta Resposta das Nações Unidas (UNSAS), também conhecido como países contribuintes de tropa, que permanecem aptos ao emprego/prontidão para atuação nas Op Paz.

Desde então, o Brasil tem

como uma de suas premissas colocar a disposição da ONU um módulo de tropas do EB para emprego em missões de paz, cujo valor e a natureza são de: 01 (um) Batalhão de Infantaria de Força de Paz; 01 (uma) Companhia de Engenharia de Força de Paz; 01 (um) Pelotão e 01 (uma) Companhia de Polícia do Exército de Força de Paz; 01 (uma) Unidade Médica/Hospital de Campanha Nível-2 de Força de Paz e 01 (uma) Unidade de Helicópteros de Transporte Médio de Força de Paz. O prazo para o emprego das tropas do EB disponibilizadas para o UNSAS, na área de operações, varia de 90 a 180 dias a contar da data da assinatura do memorando de entendimento entre Brasil e ONU.

Em abril 2017, a equipe da ONU, encarregada de avaliar tropas para novas Op Paz, realizou inspeção em organizações militares brasileiras, dentre as quais o módulo do H CMP F Paz, constituído em uma UMN-2, com o objetivo de direcionar as Forças Armadas (FAA) Brasileiras ao emprego em novas operações. A visita caracterizou o nível 2 de atuação, quando se avalia pessoal, disponibilidade de equipamentos e padrão de treinamento (BRASIL, 2017c).

O Coronel Carlos Augusto Ramires Teixeira, em palestra

apresentada no 14º Congresso Acadêmico de Defesa Nacional (BRASIL, 2017d), demonstrou as perspectivas de participação brasileira nas Op. Paz da ONU em face aos novos ambientes operacionais (Figura 4).

Figura 4: Slide apresentado no XIV CADN - AMAN – 2017.

**A participação brasileira:
novas perspectivas**

2015: Brasil oferece tropas para compor o "United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System (UNPCRS)"

- ✓ 01 Batalhão de Infantaria Força de Paz
- ✓ 01 Unidade de Saúde Nível II
- ✓ 01 Unidade aérea C-105
- ✓ 02 Unidades aéreas H-60
- ✓ 01 Unidade aérea A-29

2017: Inspeção das Nações Unidas (24 a 28 de abril). Aptidão para o Nível II de preparo.

Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil - Centro Sérgio Vieira de Mello

Fonte: Brasil (2017d).

De acordo com a Portaria nº 037-EME, de 13 de abril de 2010, que aprova a diretriz geral para a estruturação, a seleção e o preparo de contingentes para missões de paz e dá outras providências (BRASIL, 2010b), na situação de Módulos Não Empregados, no período em que o Brasil não estiver contribuindo para missões de paz, o encargo de manutenção do módulo do H CMP F Paz, preparado para o cumprimento dos compromissos do UNSAS, será de responsabilidade do Comando Logístico (COLOG),

em coordenação com o Comando de Operações Terrestres (COTER).

Já na situação de Módulos Totalmente Empregados, no caso do módulo do H CMP F Paz, a seleção, a preparação específica e o rodízio dos contingentes empregados em missão de paz serão de responsabilidade do Comando Militar do Sudeste (CMSE) e do COLOG respectivamente, observando as orientações advindas do COTER (BRASIL, 2010b).

Em 2010, por meio da Portaria nº 952/MD, de 15 de julho de 2010

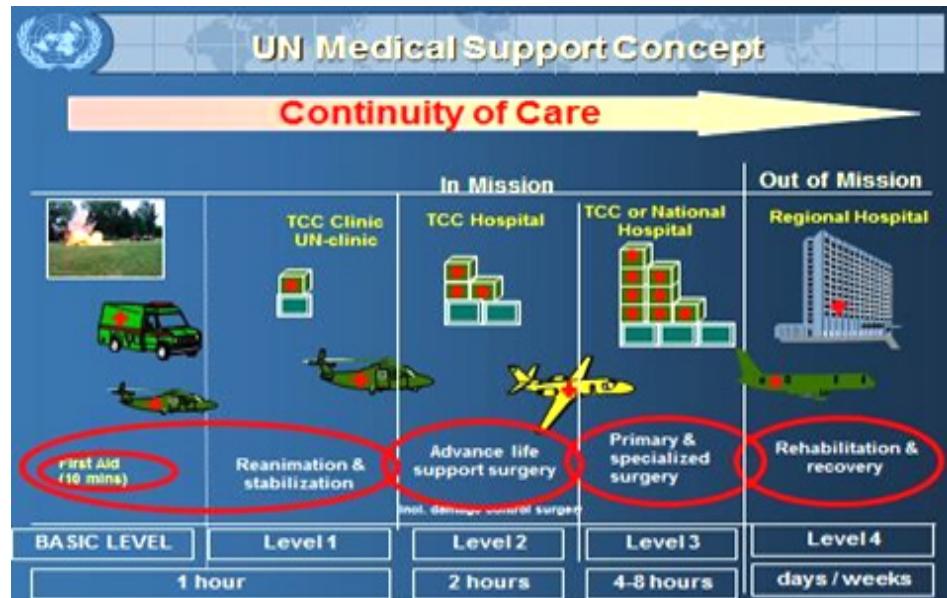
(BRASIL, 2010a), o Ministro de Estado e da Defesa designou o CIOpPaz do EB, como referência para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e alterou sua denominação passando a se chamar CCOPAB, que conta com a participação de integrantes das três FFAA, das Forças Auxiliares, de civis e de nações amigas.

Atualmente o CCOPAB ministra diversos cursos, dentre os quais o Estágio de IPUMedN2 (Instrução de Preparação para Unidade Médica Nível II) –

UNPCRS, oferecido em 2 fases: a primeira é ministrada à distância e a segunda presencial na sede do CCOPAB, Rio de Janeiro (BRASIL, 2017e).

A assistência médica empregada nas missões de Paz da ONU foi padronizada em quatro níveis de instalações, desde o cuidado de primeira resposta no local do incidente até cuidados médicos definitivos em um hospital. O suporte médico é configurado em módulos para garantir que atenda aos requisitos mínimos da missão (Figura 5).

Figura 5: Níveis de cuidados, capacidades correspondentes e tempos de tratamento.



Fonte: ONU (2015)

De acordo com a ONU (2015), em uma situação de emergência, o paciente deve ser enviado para a instalação médica mais próxima, para a estabilização. Quando estabilizado, deve ser evacuado para a instalação médica adequada, ainda que seja um hospital de nível 3 ou 4.

No que se refere às UMN-2 da ONU, estas fornecem recursos cirúrgicos e de salvação, bem como serviços hospitalares comuns. Possuem todos os serviços de Nível 1 e, além disso, fornecem cirurgias de controle de danos, serviços pós-operatórios, cuidados intensivos, serviços de internação, serviços básicos de imagem, laboratório, farmácia e serviço odontológico. Podem ainda ser fortalecidas para uma UMN-2+ através da adição de um ou mais módulos que oferecem cirurgia ortopédica, capacidades ginecológicas, medicina interna e diagnóstico por imagem (ONU, 2015). A ONU cita ainda que a UMN-2 normalmente tem 57 funcionários, incluindo equipe médica, administrativa e logística. As instalações devem ser capazes de tratar até 40 pacientes ambulatoriais por dia, realizar três a quatro operações cirúrgicas por dia e fornecer hospitalização para até 20 baixas durante sete dias, tratar até 10 casos odontológicos por dia, manter

todos os suprimentos médicos, fluidos e consumíveis necessários por 60 dias.

De acordo com a ONU (1999), da mão de obra total, que compõe a estrutura de assistência médica das UMN-2 em Op de Paz, três enfermeiros especializados integram a equipe, um para gerenciar o serviço de enfermagem e outros dois para assistência aos pacientes em terapia intensiva.

No capítulo 8 do seu *Medical Support Manual for United Nations Field Missions* (ONU, 2015), a ONU traz os requisitos mínimos de qualificação profissional e aprimoramento técnico para implantação do pessoal das equipes médicas nas missões de Paz. No que tange ao emprego dos enfermeiros especialistas no Nível 2 ou 3 de assistência, a ONU requer, além do título de especialista (por exemplo, enfermeiro especialista em terapia intensiva, etc.), que as seguintes condições sejam atendidas: graduação de bacharel em enfermagem por universidade credenciada; possuir treinamento avançado em enfermagem especializada (por exemplo, unidade de terapia intensiva, enfermagem operativa, etc.); certificação por órgão legalmente reconhecido; possuir mais de dois anos de prática

após o título de especialista; estar certificado e registrado em conselho profissional para a prática de enfermagem no Brasil ou em outro Estado membro das Nações Unidas.

Nos últimos anos, têm ocorrido mudanças importantes no papel e nas funções de Enfermagem em muitos países. O trabalho de enfermagem tornou-se mais técnico e especializado e o enfermeiro passou a ter mais autonomia, mesmo como membro da equipe multidisciplinar, pois é detentor de cabedal próprio de conhecimentos para a prestação de assistência à clientela.

No Brasil as necessidades exigidas ao profissional de enfermagem para o exercício de sua atividade em uma Unidade de Terapia Intensiva estão dispostos na Lei nº 7.498/1986 e no seu Decreto nº 94.406/1987; na Resolução COFEN nº 311/2007 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem) e nas demais resoluções normatizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A Lei nº 7.498/1986 preconiza que o enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem (art. 11); sendo-lhe atribuído privativamente, entre outras funções:

[...]

- i) consulta de enfermagem;
- j) prescrição de assistência de enfermagem;
- l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de morte;
- m) cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exija conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas (BRASIL, 2011d).

Já o técnico de enfermagem exerce atividade de nível médio (art. 12), executando ações assistenciais de enfermagem, exceto aquelas privativas do Enfermeiro, sempre sob a supervisão do Enfermeiro, conforme dispõe o art. 15 da referida lei (BRASIL, 2011d).

Em 2017 a ANVISA publicou a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 137, de 8 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017f), que alterou a RDC nº 7, de 24 de dezembro de 2010, passando a vigorar a seguinte redação no art. 13 e parágrafos:

Art. 13 -

§ 1º - O Responsável Técnico médico, os coordenadores de enfermagem e de fisioterapia devem ter título de especialista, conforme estabelecido pelos respectivos conselhos de classe e associações reconhecidas por estes para este fim. (NR)

§ 2º Revogado. (BRASIL, 2017F).

Entende-se que agora ser possuidor de certificado de conclusão de curso de especialização em terapia intensiva *Lato Sensu* (esse era o entendimento do § 2º do art. 13 da RDC nº 7, que foi revogado) e ser titulado enfermeiro em terapia intensiva (entendimento do § 1º do art. 13 da RCD 137 em vigor), pela Associação Brasileira de Enfermagem e Terapia Intensiva (ABENTI) são processos de certificação de natureza diferentes e independentes.

De acordo com a ABENTI (BRASIL, 2017g), o Título de Enfermeiro Especialista em Terapia

Intensiva (TENTI), nas modalidades Adulto (TENTI-AD), Pediátrica (TENTI-PED) ou Neonatal (TENTI-NEO), tem por objetivo certificar o Enfermeiro qualificado a exercer sua especialidade em Unidades de Terapia Intensiva, validando sua capacitação e competência profissional e científica, seguindo os critérios da ABENTI, aprovados e regulamentados pela legislação profissional vigente.

A Figura 6 a presenta a forma de aplicação das provas de concurso para obtenção do título de enfermeiro especialista em terapia intensiva pela ABENTI.

Figura 6: Painéis do site da ABENTI

The screenshot shows the ABENTI website with the following details:

- Header:** ABENTI - Associação Brasileira de Enfermagem e Terapia Intensiva
- Navigation menu:** TOS, ENFERMAGEM, EDITAIS, TITULAÇÃO, ASSOCIADO, CONTATO
- Left panel (Call for Exam):**
 - Section title:** EDITAL PARA PROVA DE CONCURSO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ENFERMEIRO ESPECIALISTA EM TERAPIA INTENSIVA ADULTO-TENTI-AD OU PEDIÁTRICO – TENTI-PED OU NEONATAL – TENTI-NEO
 - Download button:** DOWNLOAD
- Background image:** An open book with yellow pages.
- Right panel (Exam Details):**
 - Title:** Título de Enfermeiro Especialista em Terapia Intensiva 2017
 - Text:** Candidato, agende-se para as etapas da Prova de Título:
 - Timeline:**
 - 1 de setembro → Encerramento de inscrições e envio de documentos
 - 18 de setembro → Lista de aptos
 - 7 de novembro → Prova TEÓRICA
 - 12 de novembro → Prova PRÁTICA
 - 2 de dezembro → Divulgação dos aprovados
 - Local:** Windsor Convention & Expo Center – Rio de Janeiro, RJ

Fonte: BRASIL (2017g).

Pode-se observar, na figura 6, que para o enfermeiro obter o Título de Especialista em uma das modalidades de Terapia Intensiva requer aprovação em concurso com etapas de provas teórica e prática. O processo de titulação de Enfermeiros Especialistas em Terapia Intensiva, por Sociedades de Especialistas, é regulamentado através da Resolução COFEN nº 389/2011, de 20 de outubro de 2011, que atualiza, no âmbito do Sistema dos Conselhos de Enfermagem, os procedimentos para registro de título de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* concedido a enfermeiros e lista as especialidades (BRASIL, 2014b).

6 CONCLUSÃO

O H CMP do EB é hoje uma Unidade Móvel de Saúde indispensável e eficiente, no apoio Logístico de Saúde, onde quer que esteja empregado. Seja em exercícios de adestramento da tropa voltados para a aptidão e eficiência em sua transportabilidade por diversas vias; seja nas operações militares, onde pode atuar, de forma desdobrada, o mais próximo da linha de contato inimiga, ajustando-se a moderna doutrina de combate; seja no emprego operacional em missões

de paz das Nações Unidas, pois é a principal Unidade Móvel de Saúde do EB, quiçá do Brasil, que reúne as melhores condições de emprego como UMN-2 da ONU.

A aptidão para o Nível 2 foi obtida em abril de 2017, após a visita dos inspetores da ONU, além de ser o único hospital de campanha das FFAA brasileiras que contém um módulo de descontaminação por agentes QBN. É empregado também no apoio de saúde à população em casos de catástrofe ou calamidade pública e detém novas tecnologias que ampliam suas capacidades, com destaque para a modularidade, mobilidade e autonomia.

Desde 2010, quando o Brasil passou a ser signatário da UNSAS e colocou tropas especializadas à disposição da ONU para emprego em missões de paz, está ocorrendo uma grande mobilização dos órgãos competentes, no sentido de aprontamento das capacidades materiais e humanas, de forma a estarem aptos ao chamado da ONU. Isso pode ser evidenciado, no que tange ao preparo do módulo da Unidade Médica, constituída pelo H CMP F Paz, correspondente ao módulo de UMN-2 da ONU, que apresenta uma infraestrutura superior ao preconizado pelas

Nações Unidas para atuação no Nível 2, assim como a capacitação da equipe médica do H CMP F Paz realizada pelo CCOPAB, onde ocorre o estágio de IPUMedN2.

O suporte médico empregado nas Op Paz da ONU é configurado em módulo para garantir que atenda aos requisitos específicos da missão. No que se refere ao apoio da UMN-2 da ONU, objeto de anseio do Brasil em poder empregar o H CMP F Paz nas próximas missões, pode-se observar que esse nível de assistência proporciona atendimento de medicina e enfermagem operativa especializada em áreas adversas e o mais próximo da tropa empregada. Foi observado também a similaridade do modelo de apoio de saúde da ONU e o desdobramento logístico do apoio de saúde na doutrina militar brasileira, inclusive o sistema de evacuação.

No entanto, o protocolo de atendimento das equipes médicas da ONU é bastante rigoroso quanto à preparação técnica de seu pessoal empregado nas operações. Ele apresenta em detalhes as qualificações que cada membro da equipe médica deve possuir para que esteja apto a integrar a equipe.

Nessa seara, este trabalho deu ênfase ao profissional enfermeiro,

que antes mesmo de integrar a equipe da UMN-2 da ONU em missão de paz precisa estar apto ao exercício profissional da assistência de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva, em consonância com a legislação brasileira e seu respectivo conselho profissional, para atuar legalmente na esfera civil ou militar, sob o risco de incorrer na prática ilegal da profissão.

O processo de gerenciar e o processo do cuidar são as principais dimensões do papel do profissional enfermeiro nas atividades laborais do dia a dia. Seu emprego independe do diagnóstico ou do contexto clínico para executar atendimento aos pacientes graves, para o qual deve-se estar sempre apto.

Nesse contexto, com base na legislação brasileira vigente e no protocolo de assistência médica da ONU, para emprego das UMN-2 ou UMN-3 em missões de Paz, destacou-se que, para este último, os profissionais enfermeiros do módulo do H CMP F Paz colocado à disposição da ONU necessitam apresentar conhecimento técnico específico e qualificação adequada, ou seja: graduação, especialização, título da respectiva especialização, além de possuir experiência nas áreas afins por mais de dois anos. Eses são requisitos estipulados pela

ONU, que faz com que o profissional enfermeiro, ao ser empregado nas Op Paz, possa mobilizar durante seu trabalho competências profissionais como: liderança da equipe de enfermagem, implementação do cuidado, tomada de decisão, gerência de recursos humanos e materiais, permitindo-lhes desenvolver suas funções de forma eficaz, aliando conhecimento técnico-científico, domínio de novas tecnologias, humanização, individualização do cuidado e, consequentemente, certeza de qualidade no apoio de saúde prestado às tropas operativas, independentemente do nível operacional em que for empregado.

As perspectivas futuras de emprego dos profissionais enfermeiros nas Op Paz da ONU são bastante promissoras, haja vista a crescente e exitosa participação brasileiras nos últimos anos, como foi o caso da recém encerrada missão de paz no Haiti (MINUSTAH). Todavia, quanto à implementação do aprimoramento técnico-profissional dos enfermeiros, assim como de todos os integrantes da equipe médica em prontidão, caberá providências a serem tomadas envolvendo as entidades mencionadas, podendo ser opção de objeto para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em missões de paz**. São Paulo: ed. Usina do Livro, 2005.
- BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem**, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17498.htm>. Acesso em 19 Set 2017.
- BRASIL. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. **Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm>. Acesso em 19 Set 2017.
- BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 19 Set 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Portaria nº 952, de 15 de junho de 2010 (2010a). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <

http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/952_2010.pdf. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 037-EME, de 13 de abril de 2010** (2010b). Aprova a Diretriz Geral para a estruturação, a seleção e o preparo de contingentes para missões de paz e dá outras providencias. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 10, 13 abr 2010. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=portaria+037+do+eme+de+2010&oq=portaria+0&aqs=chrome.2.69i57j35i39l2j0l3.11092j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 19 set 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Os bastidores do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro** (2011a). Resenha. Reportagem de Erika Pellini. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/imprensa/resenha/-/journal_content/56/18107/672882;jsessionid=E1DABF79AA3D305561ACE772E4FE1F98.lr2?refererPlid=18115>. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Hospital de Campanha do Exército Brasileiro (2011b). **Histórico do Hospital de**

Campanha do Exército – Hospital Oswaldo Cruz. Texto alusivo aos 15º aniversário do H CMP do EB. Disponível em: <http://www.hcmp.eb.mil.br/historico_alusivo.htm>. Acesso em 5 Out 2017.

BRASIL. Hospital de Campanha do Exército Brasileiro (2011c). **Hospital de Campanha – Hospital Oswaldo Cruz.** Atualização do site em 30 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.hcmp.eb.mil.br/>>. Acesso em 5 Out 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

Resoluções. Resolução COFEN nº 311/2007. Disponível em: <<http://novo.portalcofen.gov.br/categoria/legislacao/resolucoes>>. Acesso em 15 Out 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

Resoluções. Resolução COFEN nº 389/2011 (2011, d). Disponível em: <<http://novo.portalcofen.gov.br/categoria/legislacao/resolucoes>>. Acesso em 15 Out 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Operações de Paz, MD34-M-02. 3ª ed. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/>>

md34_m_02_manual_op_paz_3ed_2013.pdf>. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha Logística, EB20-MC-204, (2014a). 3^a ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/434/1/EB20-MC-10.204.pdf>>. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Conselho Regional de Enfermagem de GO. COREN-GO. **Legislação do Exercício Profissional da Enfermagem** (2014b). Disponível em: <<http://go.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads//2014/09/Legislacao-do-Exercicio-Profissional-da-Enfermagem.pdf>>. Acesso em 15 Out 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Operações de Manutenção da paz das Nações Unidas** (2017a). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4780-operacoes-de-paz-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 09 Set 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Política Externa**

(2017b). Disponível em: Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em 09 Set 2017. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Equipe da ONU avalia capacidade do Brasil para novas Missões de Paz** (2017c). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/30362-equipe-da-onu-avalia-capacidade-do-brasil-para-novas-missoes-de-paz>>. Acesso em 19 Set 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **A participação das Forças Armadas brasileiras em missões de paz da ONU: presente, passado, futuro** (2017d). Palestra Cel Carlos Augusto Ramires Teixeira. XIV – CADN – AMAN, 25 Jul 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/palestra_cadn_xiv_cadn/a_participacao_das_forcas_armadas_brasileiras_em_%20missoes_de_paz_da_onu_passado_presente_e_futuro.pdf>. Acesso em 14 Out 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Calendário Acadêmico Online 2017 (2017e). Disponível em: <<http://brachium.decex.eb.mil.br/CalendarioAcademico/paginas/index.php?lg=pt>>. Acesso em 5 de Out 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. RDC nº 137, de 8 de fevereiro de 2017 (2017f). Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3219514/RDC_137_2017_.pdf/f1b5c939-4c63-4958-9220-08dbcabbc4cf>. Acesso em 15 Out 2017.

BRASIL. Associação Brasileira de Enfermagem e Terapia Intensiva (ABENTI). Página do site – ABENTI (2017g). Disponível em: <<http://abenti.org.br/cursos-eventos/>>. Acesso em: 15 Out 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em 19 Set 2017.

OLIVEIRA, Wagner Alves de. A Unidade Médica Nível 2: uma

nova opção nas Operações de Paz da ONU (2017). Disponível em: <<https://academiamedica.com.br/blog/a-unidade-medica-nivel-2-uma-nova-opcao-nas-operacoes-de-paz-da-onu>>. Acesso em 9 Set 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, dezembro de 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1401/1/TD_1516.pdf>. Acesso em 19 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Uma agenda para a Paz. 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/47/277>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Manual de Assistência Médica para Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. 2ª edição, 1999. Disponível em <<http://www.bemvin.org/manual-de-assistencia-mdica-para-operacoes-de-manutanco-da-paz-d.html>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS, Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro – UNIC RIO (2014a). **A história da organização.** Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro – UNIC RIO (2014b). **A ONU e a Paz.** Disponível em: <<http://unicrio.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro – UNIC RIO (2014c). **Como funciona?.** Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Medical Support manual for United Nations Field Missions.** 3rd Edition, 2015. Disponível em: <<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387299/2015.12%20Medical%20Support%20Manual%20for%20UN%20Field%20Missions.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 9 Set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS – Organização das Nações Unidas no Brasil – ONUBR (2017). **Conheça a ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em 15 Out 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Uma agenda para a Paz.** 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/47/277>>. Acesso em 9 Set 2017.

RIBEIRO, José Mateus Teixeira. **A participação brasileira em missões de paz: a contribuição para a inserção internacional do país.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/RIBEIRO.pdf>>. Acesso em 19 set 2017.

SILVA, Carlos Edson Martins da. **Estudo sobre Unidades Móveis de Saúde.** 2005. Disponível em: <http://www.abmm.org.br/mil/images/stories/estudo_sobre_unidades_mveis_de_sade.pdf>. Acesso em 19 Set 2017.

SISTEMA DE SAÚDE DO EXÉRCITO BRASILEIRO CENTRADO NA PREVENÇÃO DE AGRAVOS: OPORTUNIDADES DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Bruna Zucheto Tadielo¹, Daianna Ramos Miquelotti Burlini², Diego Dos Santos Duarte Nogueira³, Kamila Alaman De Oliveira⁴, Rodrigo De Carvalho Barbosa⁵, Rodrigo Lopes Muniz Santos⁶, Ruben Jennings Cavalcante Filho⁷, Rui Victor Dos Santos Oliveira⁸, Elaine Cristina de Freitas⁹, Hamilton Ayres Freire de Andrade¹⁰

Resumo. O presente estudo tem por objetivo verificar de que maneira o viés preventivo pode contribuir para tornar o sistema de saúde do Exército Brasileiro (EB) mais eficiente e propor melhorias centradas na prevenção de agravos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e majoritariamente qualitativa, feita através de pesquisa bibliográfica por meio de artigos e trabalhos científicos em bases de dados e de um questionário sobre a percepção dos usuários do FUSEx. O que se depreendeu do estudo é que o sistema de saúde da Força é caracterizado como hospitalocêntrico e que poucas são as medidas e programas preventivos vigentes, sendo em sua maioria, pontuais. Com base no levantamento de dados obtidos, o trabalho traz como proposta a adoção de práticas preventivas pelo FUSEx através das seguintes sugestões elaboradas: criação de uma Subdiretoria de Saúde Pública no Exército Brasileiro; criação de Núcleos de Vigilância Sanitária nas Regiões Militares; criação de Núcleos de Prevenção à Saúde nos hospitais; criação de um sistema de prontuário eletrônico; execução de programas preventivos em áreas estratégicas como

1 Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria. brunazt@hotmail.com.

2 Bacharel em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. dadavet@yahoo.com.br.

3 Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá. dduartejus@gmail.com.

4 Bacharel em Enfermagem pela Universidade de Brasília. kamila_alaman@hotmail.com.

5 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais. rodrigodecb@hotmail.com.

6 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. lmsrodrigo@hotmail.com

7 Tecnólogo em Processamento de Dados pelo Centro Universitário do Pará. ruben_filho@yahoo.com.br.

8 Bacharel em Enfermagem pela Universidade da Amazônia. oliveiraruvictor@hotmail.com;

9 Capitão do Quadro Complementar de Oficiais. Turma de 2008. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ/2002. Pós-graduada em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsAEx/2008. Pós-graduada em Vigilância Sanitária pela Fiocruz/2013. Especialista em Ciências Militares pela EsAO/2016. elainemedvet@yahoo.com.br.

10 Capitão do Quadro Complementar de Oficiais. Turma de 2004. Graduado em Psicologia. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Instrutor de Psicologia do CF/QCO e Chefe da Seção Psicopedagógica da EsFCEx. hamiltonjampa@gmail.com

Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM), Tabagismo, Obesidade, entre outros; ampliação do cuidado à saúde do idoso; ampliação da equipe multidisciplinar; ampliação da divulgação das estratégias preventivas no EB. Desta forma, traz-se benefícios tanto para os usuários quanto para o FUSEx.

Palavras-Chave: Prevenção à Saúde. Racionalização Administrativa. Fundo de Saúde do Exército.

Abstract. The present study aims to verify how preventive view can contribute to make the health system of the Brazilian Army more efficient and propose improvements focused on the prevention of diseases. It's a descriptive research, with a qualitative and quantitative approach, made through bibliographic research through articles and scientific works in databases and through a questionnaire about the perception of FUSEx users. This study concludes that the health system of the Brazilian Army is focused on hospital care and that there are few preventive measures and programs in Force, most of them by punctual actions. Based on the collected data, the work proposes the adoption of preventive practices by FUSEx through the following suggestions elaborated: creation of a Subdirection of Public Health in the Brazilian Army; creation of Centers of Sanitary Surveillance in each Military Region; creation of Centers for Prevention of Health in hospitals; creation of an electronic medical record system; execution of preventive programs in strategic areas such as Systemic Arterial Hypertension (HBV), Diabetes Mellitus (DM), Smoking, Obesity, among others; expansion of health care for the elderly; expansion of the multidisciplinary team; expansion of the dissemination of preventive strategies in Brazilian Army. This brings benefits to both users and FUSEx.

Keywords: Health Prevention. Administrative Rationalization. Army Health Fund.

1 INTRODUÇÃO

O modelo hospitalocêntrico é caracterizado por uma percepção mecânica do processo saúde-doença, pelo reducionismo da causalidade aos fatores biológicos, voltado para uma demanda espontânea e pelo foco da atenção sobre a doença (MATTÀ & MOROSINI, 2017), apresentando atualmente evidentes sinais de esgotamento (BRASIL, 2007). O seu elevado custo, aumento das taxas de inflação médica, dos custos médicos, das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e do envelhecimento da população são algumas das razões que hoje levam a discussões acerca da viabilidade de sua manutenção. Em face dessa realidade e ao atual posicionamento do Exército Brasileiro (EB) em alinhar-se aos preceitos da racionalização administrativa, o presente trabalho teve por intuito a análise do Serviço de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes (SAMMED) e do Fundo de Saúde do Exército (FUSEEx), de modo que fosse possível pontuar como o recurso orçamentário da Força está sendo designado à área da saúde. Sendo a promoção à saúde comprovadamente mais econômica e eficiente, surtindo

efeitos positivos em diversas áreas (BUSS & CARVALHO, 2009), este trabalho procura fundamentar como a atenção primária pode ser benéfica ao SAMMED/FUSEEx além de propor sugestões para um direcionamento mais preventivo à Força.

Para a realização da pesquisa, fez-se um extenso levantamento bibliográfico por meio de artigos e trabalhos científicos gratuitos publicados nas bases de dados acadêmicas disponíveis na internet: SciELO, BVS, PubMed, MEDLINE e LILACS; usou-se também dados da rede corporativa do Exército¹ e do Portal da Transparência², além da aplicação de um questionário a 96 militares (sargentos, subtenentes e oficiais) sobre a percepção dos usuários do FUSEEx. Para a análise quantitativa, utilizou-se o método de estatística descritiva e análise por categorias nas respostas subjetivas; e para a abordagem qualitativa, a análise de conteúdo.

Os objetivos traçados foram: fazer um estudo comparativo entre o modelo hospitalocêntrico e de prevenção à saúde; analisar o sistema de saúde adotado pelo

¹ Dados coletados do seguinte endereço eletrônico: [intranet://www.ebnet.eb.mil.br](http://www.ebnet.eb.mil.br)

² Dados coletados do seguinte endereço eletrônico: <http://www.portaltransparencia.gov.br>

Exército Brasileiro, pelas demais Forças Armadas Brasileiras e por países como Portugal e Estados Unidos da América; identificar os custos atuais com a saúde no Exército Brasileiro ; analisar a percepção de um grupo de usuários do FUSEx acerca do sistema de saúde da Força e propor sugestões e programas para a inovação do sistema de saúde do Exército Brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

Para superar a visão do modelo biomédico, propõe-se a mudança dos serviços e práticas sanitárias (SILVA, 2009) com base nos conceitos de promoção e prevenção da saúde, conforme preconizado pela Carta de Ottawa de 1986. A promoção da saúde é definida como

[...] o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle do processo” (BRASIL, 2002, p. 19).

Já a temática da prevenção aborda intervenções que visam evitar o surgimento de doenças e comorbidades, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações (SCHWARTZ, 2010).

Nesse contexto, o trabalho multidisciplinar está na dianteira das estratégias para mudanças dos modelos de assistência, reduzindo custos e levando a novas formas de se pensar e fazer saúde (PEREIRA, 2011). A eficiência da atuação em equipes multidisciplinares está elencada conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados após a atuação da equipe multidisciplinar

Autores	Problema avaliado	Resultados após a atuação da equipe multidisciplinar
Jardim <i>et al</i> (2017)	Hipertensão Arterial Sistêmica	Redução significativa nos valores médios da Pressão Arterial, colesterol total e colesterol HDL, dos eventos cardiovasculares e dos índices de etilismo
Tschiedel <i>et al</i> (2008)	Diabetes Mellitus	Diminuição da frequência de hospitalizações por situações agudas
D’Alencar <i>et al</i> (2010)	Sobrepeso e obesidade	Redução de peso de 91,5% dos participantes
Salvetti <i>et al</i> (2012)	Controle da dor crônica	Redução significativa na intensidade da dor, da incapacidade e de sintomas depressivos

Fonte: elaborado pelos autores.

As equipes multidisciplinares estão plenamente adequadas à lógica de mercado, pois, como Onofrio (2007) e também Alves, Ugá e Portela (2016) evidenciaram em seus trabalhos, operadoras de saúde privadas obtiveram reduções substanciais nos números de atendimentos e exames médicos após a adoção de medidas de prevenção.

2.1 Sistema de Saúde do Exército Brasileiro: SAMMED/ FUSEx

A saúde do EB tem como bases o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes – SAMMED, regulado pela Portaria nº 878, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16), e o Fundo de Saúde do Exército – FUSEx, criado pela Portaria Ministerial nº 3.055, de 07 de dezembro de 1978. A sua estrutura, segundo o Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), é constituída de uma rede formada por 28 hospitais militares, 4 policlínicas e 24 postos médicos, atendendo mais de 750 mil beneficiários por todo o território nacional (BRASIL, 2009).

A Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32), que disciplina o FUSEx, menciona o termo “prevenção de doenças” em seu

art. 3º. Contudo, apesar do benefício que a prática de medidas preventivas pode trazer para Força, a Portaria nº 457 de 15 de Julho de 2009, do Comandante do Exército, que institui as diretrizes para a implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército, apresenta algumas propostas que mantém em destaque o modelo hospitalocêntrico:

[...]

3) reduzir o hiato tecnológico dos serviços funcionais de saúde;
4) reestruturar o plano de carreira específico para o quadro de Oficiais Médicos;

[...]

(BRASIL, 2009).

Com relação aos atendimentos, estes são realizados nas Organizações Militares de Saúde (OMS), existindo a possibilidade de extensão desse atendimento para uma Organização Civil de Saúde e Profissionais de Saúde Autônomos (OCS/PSA). Este encaminhamento ocorrerá quando houver impossibilidade ou limitação de atendimento pela OMS e o estado do paciente não recomendar que se aguarde vaga (ROSA, 2013).

Em se tratando dos profissionais de saúde que atuam no sistema, o EB tem em seu quadro militares oficiais de carreira e oficiais técnicos

temporários de diversas formações. Na Escola de Saúde do Exército (EsSEx) há o curso de formação de oficiais médicos, farmacêuticos e dentistas, enquanto na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx) são formados enfermeiros, médicos veterinários, psicólogos e, mais recentemente, incluíram-se fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais no Quadro Complementar de Oficiais (QCO).

2.2 Características do modelo hospitalocêntrico no FUSEx

O atual modelo do FUSEx encontra-se muito dependente do profissional médico, evidenciando uma visão institucional que vai de encontro aos preceitos preventivos. As vagas destinadas à área de Medicina na Escola de Saúde do Exército (EsSEx) são muito maiores quando comparadas com as demais vagas destinadas às outras especialidades da área da saúde, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Número de vagas das especialidades de saúde (oficiais de carreira) no Exército entre 2014 e 2018

Anos Especialidades	2014	2015	2016	2017	2018
Medicina	130	110	110	110	100
Enfermagem	15	09	15	06	02
Psicologia	03	02	02	–	–
Veterinária	03	04	02	02	–
Assistência Social	–	–	04	–	–
Fisioterapia	–	–	04	–	–
Fonoaudiologia	–	–	02	–	–
Nutrição	–	–	02	–	–
Terapia Ocupacional	–	–	02	–	–

Fonte: elaborado pelos autores³.

Apesar de ter havido uma pequena redução de vagas de médicos para o ano de 2018, as vagas para os demais profissionais da saúde (excetuando-se os farmacêuticos e

odontólogos), proporcionalmente, diminuíram em número muito mais significativo, havendo, por exemplo, apenas duas vagas para enfermeiros em 2018, profissional este de extrema importância para o modelo assistencial preventivo e nenhuma

³ Dados coletados dos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.esfcex.eb.mil.br/> e <http://www.essex.eb.mil.br/>.

vaga para veterinários e psicólogos. Nota-se também que apenas no ano de 2016 houve oportunidade para fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais para ingressarem como oficiais de carreira na Força, especialidades estas que se constituem em elementos importantes para compor uma equipe multidisciplinar, inerente à prevenção à saúde.

Em busca na EBNET (EXÉRCITO BRASILEIRO, [2017?]b) foi possível mensurar o número de profissionais de saúde, dentre eles oficiais de carreira e temporários, conforme o Quadro 2.

Utilizou-se para fins de avaliação o Hospital Central do Exército (HCE), visto ser a maior unidade de saúde da Força.

Quadro 2 - Quantidade de profissionais de saúde no HCE (Oficiais de carreira e temporários)

Profissionais	Quantidade
Médicos	309
Enfermeiros	36
Psicologia	9
Veterinária	2
Assistência Social	7
Fisioterapia	14
Fonoaudiologia	5
Nutrição	10
Terapia Ocupacional	3

Fonte: Exército Brasileiro, [2017?]b.

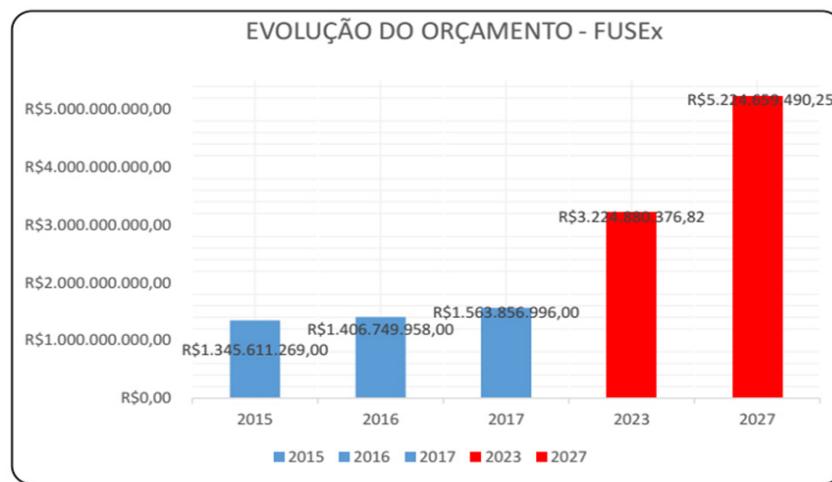
2.3 Os custos no FUSEx e uma análise dos custos em modelos de saúde

O aumento dos custos na saúde pode ser explicado por diversos fatores, como o envelhecimento populacional, a maior demanda por médicos e o avanço tecnológico. O consumo de assistência à saúde onera o prestador de serviço, aumenta a demanda da estrutura como um todo e leva à incorporação de mais capital e recursos humanos (MEDICI, 1995).

Tendo em vista os dados levantados, constata-se que o FUSEx é pautado em um modelo hospitalocêntrico; contudo, prevê-se uma crise para esse sistema até o ano de 2020, conforme divulgado em palestra do DGP, ministrada pelo General de Exército Pafiadache, em agosto de 2017, podendo ter o FUSEx que negar atendimento caso não haja uma reestruturação do sistema (DGP, 2017).

Realizou-se uma projeção para o ano de 2027, sendo que, para isso, foi utilizada uma média percentual do crescimento do orçamento dos últimos anos e corrigido pela inflação média de 5%, de acordo com o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Figura 2).

Figura 2 – Evolução do Orçamento do FUSEx (Projeção para 2027 utilizando a média percentual entre os anos corrigida pela inflação média de 5% - Índice IPCA)



Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar de haver um aumento orçamentário anual do FUSEx, os gastos com os encaminhamentos evoluem na mesma medida (DGP,

2017), corroborando a evidência da Insustentabilidade do sistema (Figura 3).

Figura 3 – Gastos anuais do FUSEx com Organizações Militares de Saúde. Parâmetro de continuidade: percentual de crescimento dos gastos dos anos anteriores



Fonte: elaborado pelos autores.

O Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB) é o que apresenta maiores gastos com encaminhamentos quando comparado com os Hospitais Militares de Área da Força (DGP, 2017). Em consulta ao Portal da Transparência, foi possível depreender que os maiores gastos do HMAB se deram com outros serviços de pessoa jurídica (encaminhamentos para consultas, exames, procedimentos, pagamentos de empresas, entre outros) e com materiais de consumo nas unidades, gastos estes que são característicos de um modelo hospitalocêntrico, onde se usa uma grande quantidade de material para a assistência e gasta-se excessivamente com exames e procedimentos onerosos, demandando um grande número de especialidades médicas.

2.4 Análise do questionário aplicado sobre a satisfação dos usuários do FUSEx

O questionário composto de 16 perguntas foi disponibilizado por aproximadamente 3 semanas (de 18 de julho a 9 de agosto de 2017) na intranet da EsFCEx/CMS. O público alvo da pesquisa foi o efetivo de sargentos, subtenentes e oficiais. A

pesquisa contou com a participação de 96 militares de um total de 230, apresentando um erro amostral de 7,7% com nível de confiança de 95%.

Com relação ao número de dependentes que cada militar possui cadastrado no FUSEx, a maioria (29,17%) tem entre dois e três dependentes; a frequência de utilização do FUSEx para os titulares varia em torno de uma vez a cada seis meses (26,04%) e uma vez ao mês (25%); já a maior parte dos dependentes utiliza uma vez por mês (23,96%).

Sobre o questionamento acerca da necessidade de ter pago em algum momento exame ou consulta fora do FUSEx, metade (51,04%) afirmou que não teve gastos fora da rede de assistência militar; já 41,67% precisou custear em algum momento suas necessidades com saúde.

O grau de satisfação identificado foi de 6,5 (média ponderada); 51,04% nunca participou de nenhuma ação voltada à prevenção, outros relataram a participação em programas de vacinação (colaboração com o Ministério da Saúde) e no Programa de Valorização da Vida, de responsabilidade da DCIPAS.

As marcações de consulta e exames foram apontados como as maiores dificuldades no uso do FUSEx (52,08%). Outras queixas

dizem respeito ao tempo médio entre a marcação de consulta e o atendimento do usuário (de 25,5 dias), demora no agendamento da odontologia, excesso de burocracia para o encaminhamento das necessidades dos militares, problemas que levam à insatisfação dos usuários.

Dentre as sugestões e oportunidades de melhorias apontadas pelos beneficiários, destacam-se algumas como: agilizar o atendimento das consultas e exames; aumentar o número de hospitais, clínicas e profissionais (elevar o número de especialidades médicas) conveniados; agilizar a rotina de autorizações; criar mecanismos para o atendimento das necessidades dos militares na própria OM; promover programas preventivos para militares e seus dependentes; melhorar o atendimento dos consultórios odontológicos; gerar um comprovante de comparecimento com horário de chegada e saída para o militar justificar seu afastamento do serviço; colocar como opcional a permanência no FUSEx.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise ao conceito de assistência médico-hospitalar contida na IG 30-32, 2005, p. 13,

aprovada pela Portaria nº 653, de 28 de novembro de 2005, percebe-se no corpo normativo do FUSEx o protagonismo dos serviços médico, odontológico e farmacêutico, sendo relegados a segundo plano os “demais cuidados médicos”, cuidados estes importantes na assistência ao paciente, indo contra à proposta preventiva, que inherentemente tem em sua base a equipe multidisciplinar. Existem poucas medidas e programas preventivos vigentes na Força, se considerada sua dimensão e complexidade.

Algumas ações de cunho preventivo acontecem em pontos isolados, sendo poucos os programas de prevenção em funcionamento elaborados pelo Comando do Exército, visando a uma abrangência nacional. Como exemplos estão o Núcleo de Atenção à Terceira Idade do Exército – NATIEx (RIGO & TRAPP, 2008) realizado na Policlínica de Porto Alegre, projetado em 2005 com implementação em 2006; e o projeto Família Verde Oliva (FaVO), apresentado em julho de 2017 no Hospital Militar da Área de São Paulo (HMASP), o qual se constitui em um projeto piloto que tem como foco implantar a cultura da saúde preventiva (BRASIL, 2017).

Em contrapartida, alguns programas foram instituídos em âmbito nacional, pelo Comando do Exército. São eles: Programa de Prevenção e Controle da Rabdomiólise Induzida por Esforço Físico e pelo Calor da Diretoria de Saúde do Exército (DSau), aprovado pela Portaria nº 129, de 11 de março de 2010; Programas de Prevenção à Dependência Química (PPDQ), aprovado pela Portaria nº 40, de 28 de janeiro de 2015; e Programa de Valorização da Vida (PVV), aprovado pela Portaria nº 151-DGP, de 4 de agosto de 2016, por intermédio da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS).

Outras áreas básicas de prevenção, que já são presentes no SUS há muito tempo, ainda não foram adequadas à realidade da Força, como por exemplo os programas de prevenção e controle da hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e obesidade. Essas ações abarcam uma grande gama de doenças e complicações preveníveis, o que resultaria na melhoria da qualidade de vida da família militar, redução de procedimentos caros e complexos, contribuindo assim para uma economia pelo FUSEx.

De modo a buscar experiências que pudessem auxiliar na elaboração

de propostas para a reestruturação do FUSEx, foram estudados modelos de saúde de outras Forças Armadas, como Portugal e EUA.

Portugal, com objetivo de reduzir seus custos, propôs a unificação de suas três Forças, entretanto, a experiência não foi bem sucedida (CALIXTO, 2006). A implantação de um sistema de saúde militar unificado no Brasil, com características próximas ao modelo português, foi proposta por Storte (2011), aos moldes do que já acontece, ainda que de forma incipiente, no Hospital das Forças Armadas (HFA), sediado em Brasília. Entretanto, a proposta encontra desafios como: a existência de uma forte cultura arraigada em cada força; óbices administrativos como sistemas e processos próprios; e a própria extensão dos direitos dos militares e seus dependentes frente ao serviço de saúde de sua respectiva Força.

Por isso, o presente trabalho, no que tange à racionalização administrativa via unificação dos sistemas de saúde das três Forças, considera desaconselhável a adoção de uma transformação de tal montante sem a realização de estudos mais aprofundados em cada Força, buscando ouvir tanto os profissionais quanto os usuários

potencialmente impactados por elas.

Com relação ao serviço de saúde do Exército dos EUA, a prevenção à saúde se dá através de programas educativos por meio do Centro de Saúde Pública do Exército Americano (USAPHC), ou seja, os EUA possuem um setor específico dentro do serviço de saúde somente para lidar com essa área estratégica para a saúde dos militares (USAPHC, 2013). Observou-se que existe uma preocupação com a prevenção, porém os trabalhos preventivos com os usuários ocorrem mediante atividades comunitárias por meio da difusão de informações e realização de atividades ligadas à parte física. Constatou-se a escassez de programas de prevenção a comorbidades específicas que demandam retornos frequentes para reavaliações, a exemplo dos programas de prevenção à Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus adotados no Brasil. Entretanto, essas ações não deixam de ter efetividade, pois são embasadas através dos resultados obtidos em seus vários centros de pesquisa. Torna-se evidente ainda a eficiência do uso da equipe multidisciplinar na prevenção de agravos, apontando o melhor caminho que deve ser seguido pelos sistemas de saúde, incluindo-se o do EB, que é a

adoção de práticas preventivas com sua inerente equipe multidisciplinar. Contudo, como já mostrado anteriormente, o SAMMED/FUSEx vai em direção contrária à atuação da equipe multidisciplinar, apresentando expressiva redução de vagas para oficiais de saúde de carreira que seriam necessários para a composição da equipe multiprofissional dentro da Força, e mesmo a equipe total, composta também de oficiais temporários, a equipe médica prevalece em maior número, como no caso do HCE.

Por fim, o fato de o Exército Americano possuir um Centro de Saúde Pública e vários centros de pesquisa com registro adequado dos dados coletados, constitui-se em um exemplo a ser seguido pelo Exército Brasileiro visando à atualização, modernização e efetividade do sistema de Saúde da Força.

Considerando o questionário aplicado, observou-se uma baixa satisfação dos usuários em relação ao sistema, sendo a burocratização para marcação de consultas e o fato de não haver especialidades médicas o suficiente nas OMS elementos que impactam negativamente, segundo opinião dos usuários sobre o sistema de saúde do EB. Assim, é notório que a satisfação para o beneficiário está ligada ao acesso às consultas

médicas, que atrela uma saúde de qualidade com o fato de se ter acesso a médicos, mostrando que muitos indivíduos não possuem a percepção de que se é possível fazer saúde de uma outra forma e com outros profissionais. Essa situação é corroborada pelo fato de 51,08% dos entrevistados nunca ter participado de um programa de prevenção dentro da Força. Contudo, apesar do baixo nível de satisfação, 70,83% dos entrevistados não possuem planos de saúde paralelos, evidenciando uma dependência de grande parte dos usuários com relação ao FUSEx, indicando a importância que se tem a melhoria do sistema para esse grupo de pessoas.

Além das melhorias que devem ser realizadas para obtenção de guias de encaminhamentos e marcação de consultas, a prevenção à saúde é o caminho para a reestruturação, pois cortará os gastos pelo sistema, aumentará o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários, além de criar uma outra cultura em saúde nos beneficiários.

Por fim, além de todos os impactos negativos sobre a saúde gerados pela falta de ações preventivas, existe o gasto excessivo atual derivado do custeio de ações médico-hospitalares e o comprovado deficit orçamentário

iminente, apontando para uma insustentabilidade do sistema caso não haja mudanças. Desta forma, é necessária uma reestruturação urgente do SAMMED/FUSEx de modo que se possa garantir o acesso à saúde por parte dos militares e seus beneficiários, fato este que impacta diretamente sobre a operacionalidade do Exército Brasileiro.

4 SUGESTÕES

Com base nos estudos levantados, leva-se como proposta a adoção de práticas preventivas pelo FUSEx. Desta forma, o presente trabalho aponta a seguir algumas sugestões.

4.1 Criação de uma Subdiretoria de Saúde Preventiva do Exército Brasileiro

Para que a prevenção à saúde tenha abrangência por toda a Força, sugere-se a criação, pelo Comando do Exército, de uma Subdiretoria de Saúde Preventiva subordinada à DSau, de modo que se centralizem os programas preventivos a serem adotados no FUSEx. A subdiretoria de prevenção à saúde descreveria o eixo de prevenção e suas

características básicas, estabeleceria como e quais ações seriam realizadas pelas diretorias, seções e OMS, além das atribuições de seus respectivos comandantes, chefes e diretores.

4.2 Criação de Núcleos de Prevenção à Saúde (NUPS)

De modo que haja uma setorização da prevenção à saúde nas unidades mais próximas aos beneficiários do FUSEx, os NUPSS seriam os locais onde a atenção básica ocorreria dentro das OMS. Como porta de entrada para os usuários nos NUPS, sugerem-se duas alternativas: a busca ativa de pacientes e os encaminhamentos dos profissionais de saúde.

4.3 Criação de um sistema de prontuário eletrônico

Para que haja uma maior eficiência do processo preventivo, pode ser pensada uma solução na área da tecnologia de informação, de modo a se criar um sistema de prontuário único, onde as informações seriam gravadas e acessadas em qualquer OMS, contribuindo para registro de atendimentos e produção de dados, direcionando as medidas preventivas que seriam condizentes ao público militar e a seus dependentes.

4.4 Sugestões de programas preventivos

Conforme previamente explicitado no presente trabalho, as DCNT possuem maior abrangência na população mundial do que as doenças infecciosas. Tendo como base tais dados, sugere-se a criação de programas de prevenção que abarquem as comorbidades que hoje acometem em grande número a população brasileira, como: programa de promoção à alimentação saudável e à saúde mental; programa de prevenção ao tabagismo, à obesidade, à hipertensão arterial sistêmica, ao diabetes mellitus, ao câncer de pele, à hanseníase e à tuberculose, entre outros.

4.5 Ampliação ao cuidado à saúde do idoso no FUSEx

O atendimento aos idosos constitui-se em uma parcela importante e muito onerosa ao sistema. Desta forma, torna-se necessária a criação de programas de prevenção em faixas etárias mais baixas, embasados no perfil epidemiológico que deve ser traçado, de maneira que seja possível investir sobre os pontos estratégicos da questão.

4.6 Ampliação da equipe multidisciplinar

A atuação em conjunto de diferentes profissionais possibilita o desenvolvimento de ações que promovem uma alternativa promissora de racionalização da assistência médica para além do amparo curativo.

4.7 Divulgação das estratégias preventivas

Com vistas à conscientização dos militares e seus familiares, pode-se fazer uso dos diversos meios de comunicação existentes no EB, objetivando uma mudança de cultura do público interno, contribuindo para o aumento do autocuidado em saúde, fazendo aumentar a procura pelos programas preventivos nas unidades, reduzindo consequentemente no futuro o número de atendimentos médicos e de procedimentos e exames de alto custo.

5 CONCLUSÃO

Embora haja ações preventivas de caráter pontual e citações genéricas acerca da prevenção à saúde nas normatizações do SAMMED/FUSEx, conclui-se

que o sistema é ainda centrado em medidas curativas, evidenciando a insustentabilidade de um modelo hospitalocêntrico, que apresenta gastos muito elevados, indo contra a tendência de racionalização administrativa atualmente em voga na Força. Para superar esse problema, o presente trabalho levantou algumas propostas de melhoria ao FUSEx, focadas em ações de caráter preventivo, sendo que a adoção de tais medidas levaria à redução de utilização de meios que elevam os custos em saúde a longo prazo, ao aumento da qualidade de vida e satisfação de seus beneficiários, podendo-se empregar de forma mais racional a verba destinada para a assistência à saúde no Exército.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. C.; UGÁ, M. A. D.; PORTELA, M. C. Promoção da saúde, prevenção de doenças e utilização de serviços: avaliação das ações de uma operadora de plano de saúde brasileira. *Cad. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 153-161, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n2/1414-462X-cadsc-24-2-153.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro.

Portaria nº 3.055, de 07 de dezembro de 1978, Cria o Fundo de Saúde do Exército (FUSEx). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 1978.

_____. Ministério da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília, 2002. 56 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso: 15 abr. 2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005. Aprova as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército (IG 30-32) e dá outras providências. **Boletim do Exército nº 35/2005**, Brasília- DF, 02 set. 2005.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 878, de 28 de novembro de 2006. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes – SAMMED (IG 30-16). **Boletim do Exército nº 49/2006**, Brasília, DF, 08 dez. 2006.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária e Promoção da Saúde**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília, 2007. 232 p.

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro8.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Exército Brasileiro. Portaria nº 457, de 15 de julho de 2009. Aprova a Diretriz para Implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército e dá outras providências. **Boletim do Exército nº 28/2009**, Brasília, DF, 17 jul. 2009.

_____. Exército Brasileiro. Portaria nº 129, de 11 de março de 2010. Aprova a Diretriz para a Implantação do Programa de Prevenção e Controle da Rabdomiólise Induzida por Esforço Físico e pelo Calor, no âmbito do Exército. **Boletim do Exército nº 11/2010**, Brasília, DF, 19 mar. 2010.

_____. Portaria nº 40, de 28 de Janeiro de 2015. **Aprova as Instruções Gerais para a elaboração e a implantação do Programa de Prevenção à Dependência Química no âmbito do Comando do Exército (EB 10-IG-02.009)**. Disponível em: <<http://dcipas.dgp.eb.mil.br/index.php/diversos/category/77-assuntos-diversos-assistencia>>.

social?download=801:portaria-n-040-de-28-de-janeiro-de-2015>. Acesso em: 13 jul.2017.

_____. Portaria nº 151, de 04 de Agosto de 2016. Aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Valorização da Vida (PVV) no âmbito do Comandodo Exército (EB30-IR-50.017).

Separata ao Boletim do Exército nº 32, de 12 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/siste/mas/be/copiar.php?codarquivo=439&act=sep>>. Acesso em: 13 jul.2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Hospital Militar de Área de São Paulo. **Programa FaVO é apresentado no HMASP.** 2017. Disponível em: <<http://www.hmasp.eb.mil.br/index.php/partnerias-4/156-favo>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-2316, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&t&pid=S1413-81232009000600039&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr.

2017.

CALIXTO, M. M. P. Integração dos Hospitais Militares.

2006. 88 p. Curso Promoção a Oficial General–Instituto de Estudos Superiores Militares, Portugal, 2006. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12281/1/24%20-%20COR%20Manuel%20Calixto.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

CARTA DE OTTAWA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE. 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá. 17-21 Novembro de 1986. Disponível em: <<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/carta-de-ottawa-pdf1.aspx>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

D’ALENCAR, E. R. *et al.* Ações de educação em saúde no controle do sobrepeso/obesidade no Ambiente de trabalho. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 172-180, jan/mar. 2010. Disponível em: <www.revistarene.ufc.br/vol11n1_html_site/a18v11n1.htm>. Acesso em: 06 ago. 2017.

DGP. O diagnóstico atual do sistema de saúde do Exército Brasileiro. Brasília. 09 ago. 2017. 133 slides. Apresentação em power-

point.

EXÉRCITO BRASILEIRO. DGP – Acesso a informações de pessoal. EBNET. [2017?]b. Disponível em: <<http://www.ebnet.eb.mil.br>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

JARDIM, L. M. S. S. V. et al. Tratamento Multiprofissional da Hipertensão Arterial Sistêmica em Pacientes Muito Idosos. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 108, n. 1, p. 53-59, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X201700100053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MATTA, G. C.; MOROSINI, M. V. G. **Atenção à Saúde**. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MEDICI, A. C. Aspectos teóricos e conceituais do financiamento das políticas de saúde. In: PIOLA, S. F.; VIANNA, S. M. (Org.). **Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde**. Brasília, DF: IPEA, 1995. P. 23-70. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/CAP2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ONOFRIO, F.B. Ações de promoção de saúde e prevenção de doenças adotadas por operadoras com maior índice de desempenho na saúde suplementar (IDSS). 2007. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14818>>. Acesso em: 25 maio 2017.

PEREIRA, R. C. A. O trabalho multiprofissional na estratégia saúde da família: estudo sobre modalidades de equipes. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2664>>. Acesso em: 08 maio 2017.

RIGO, J. C; TRAPP, M. G. O modelo e suas dicas de saúde: NATIEX - Núcleo de Atendimento à Terceira Idade do Exército. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 108 p.

ROSA, F. C. A história da constituição e o funcionamento do sistema de saúde do

Exército Brasileiro: aspectos do financiamento e acesso. 2013. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78379>>. Acesso em: 05 maio 2017.

SCHWARTZ, T. D. Programa de promoção da saúde e prevenção de doenças: uma proposta para o FUSEx. 2010. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Formação Complementar do Exército, Salvador, 2010.

SALVETTI, M. G. et al. Efeitos de um programa psicoeducativo no controle da dor crônica. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 5, p. 896-902, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SILVA, K. L. Promoção da Saúde em espaços sociais da vida cotidiana [manuscrito]. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/GCPA-7T6JVK/kenia_lara_silva.pdf?jsessionid=FECE13F872694B1450BC28E00A52B5BDF?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2017.

STORTE, F. Unificação e padronização dos serviços de saúde nas Forças Armadas: uma proposta. 2011. 41 p. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - ESG, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/STORTE.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

TSCHIEDEL, B. et al. Organização de um serviço de assistência ao paciente com diabetes melito tipo 1. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 219-232, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2017.

USAPHC. U.S. Army Public Health Command. United States: USAPHC, 2013.

Veterinária

PREVENÇÃO DE DENGUE, FEBRE AMARELA, CHIKUNGUNYA E ZIKA EM ORGANIZAÇÕES MILITARES NA VILA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Renata Lopes de Medeiros Maria¹ e Elaine Cristina de Freitas Oliveira²

RESUMO: O *Aedes aegypti* é um mosquito responsável pela transmissão de inúmeras doenças virais, conhecidas como arboviroses. Dentre elas, destacam-se a dengue, febre amarela, o Chikungunya e a Zika. A cidade do Rio de Janeiro possui condições propícias ao desenvolvimento desse vetor que, aliada à grande concentração de militares no bairro da Vila Militar do Rio de Janeiro, torna necessário o desenvolvimento de um programa de caráter preventivo e educativo, objetivando minimizar os prejuízos financeiros ao Fundo de Saúde do Exército e ao serviço, pelas baixas dos militares, com foco na manutenção da higidez da tropa. O presente estudo teve por objetivo relatar as medidas de prevenção dessas arboviroses na Vila Militar do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo de caso, de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Foi feita uma consulta ao sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, para se obter dados epidemiológicos de dengue na região da Vila Militar e adjacências. Foram obtidos dados sobre combate ao *Aedes aegypti* a partir de uma consulta à Divisão de Assessoria de Vigilância e Saúde do Instituto de Biologia do Exército, e também das Ações de Comando da 1ª Divisão de Exército. Foi aplicado um questionário nas OM participantes do Projeto “Ações Integradas de Vigilância e Monitoramento de *Aedes aegypti* com utilização de ovitrampas na Vila Militar/RJ” de modo a levantar os dados referentes à execução de medidas profiláticas de combate às arboviroses e da colocação de ovitrampas nessas OM. Os dados foram tabulados e os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos. Como resultados foram identificadas as principais dificuldades na realização das medidas profiláticas e da manutenção das ovitrampas. Concluiu-se que, apesar do combate ao mosquito *Aedes aegypti* ser executado periodicamente nessas OM, as medidas preventivas não são feitas de forma efetiva, sendo levantadas oportunidades de melhorias nesse processo.

¹ Capitão QCO de Veterinária da turma de 2009. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsAEx em 2009.

² Capitão QCO de Veterinária da turma de 2008. Especialista em Vigilância Sanitária pela Fiocruz em 2013. Especialista em Ciências Militares pela EsAO em 2016.

Palavras-chave: Dengue. Chikungunya. Zika. Febre Amarela. Saúde Militar.

ABSTRACT: *Aedes aegypti* is a mosquito responsible for the transmission of numerous viral diseases, known as arboviruses. Among them, dengue, yellow fever, Chikungunya and Zika stand out. The city of Rio de Janeiro has favorable conditions for the development of this vector, which, coupled with the great concentration of military personnel in the district of Vila Militar of Rio de Janeiro, it makes necessary to develop a program of preventive and educational character, aiming at minimizing financial losses to the Army Health Fund and to the service, by the military casualties, with focus on maintaining the hygiene of the troops. The present study aimed to report on the prevention measures of these arboviruses in the Military Village of Rio de Janeiro. It is a case study, an applied research, with a qualitative approach, of the descriptive type. A inquiry was made to the website of the Municipal Health Secretariat of Rio de Janeiro, to obtain epidemiological data on dengue in the region of Vila Militar and its surroundings. Data on *Aedes aegypti* were obtained from a consultation with the Surveillance and Health Advisory Division of the Institute of Biology of the Army, and also from the Command Actions of the 1st Army Division. A questionnaire was applied to the Military Organizations participants of the Project “Integrated Surveillance and Monitoring Actions of *Aedes aegypti* with the use of ovitraps in Vila Militar / RJ” in order to collect the data about to the execution of prophylactic measures to combat arboviruses and the placement of ovitraps in these Military Organizations. Data were tabulated and the results were presented as graphs. As results, the main difficulties in performing the prophylactic measures and the maintenance of ovitraps were identified. It was concluded, although the control of the *Aedes aegypti* mosquito is periodically carried out in these Military Organizations, that preventive measures are not carried out effectively, and opportunities for improvement are raised.

Keywords: Dengue. Chikungunya. Zika. Yellow Fever. Military Health.

1 INTRODUÇÃO

O mosquito *Aedes aegypti* é um dos maiores problemas da Saúde Pública nas regiões tropicais e subtropicais do mundo. Além de ser o principal vetor da dengue e da febre amarela em áreas urbanas no Brasil, recentemente foi identificado também como transmissor da zika e da chikungunya, arboviroses responsáveis por sérias disfunções ou malformações (COLEONE et al, 2017).

Considerados arbovírus emergentes, Dengue, Zika e Chikungunya são importante causa de doença febril aguda em áreas tropicais (PUCCIONI-SOHLER et al, 2017). Além de causar inúmeros danos à saúde, Puccioni-Sohler e colaboradores sugerem que houve uma expansão geográfica ao longo do tempo da doença febril aguda, com o aparecimento de complicações neurológicas graves. O grande número de casos de infectados contribui para o aumento de manifestações neurológicas, incluindo encefalite, mielite, meningite, Síndrome de Guillain-Barré e má formações congênitas, como microcefalia.

A significativa incidência sazonal da dengue nos meses

quentes associa-se à sensibilidade do ciclo reprodutivo do *Aedes aegypti* a variações de temperaturas. Nos meses em que a temperatura cai, na segunda metade do ano, verifica-se que a incidência de casos diminui. Mas isto não concorre para interromper a transmissão (RIZZI et al, 2017).

Autores também evidenciam a relação entre incidência da dengue e temperatura e pluviosidade, indicando que a associação é mais expressiva a partir do segundo até o quarto mês do ano. Estudos comparativos entre períodos de seca e chuva indicam comportamento sazonal da doença; indicam, ainda, que a dengue está relacionada às variáveis meteorológicas e que a variação sazonal da temperatura e da pluviosidade influenciaram a dinâmica do vetor e a incidência da doença em todo o país. No entanto, destacam que existem dificuldades no estabelecimento de padrão único sazonal da incidência da doença e variáveis meteorológicas para o país (RIZZI et al, 2017).

Dados epidemiológicos divulgados do sítio eletrônico da Secretaria Municipal da Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) demonstram que as áreas adjacentes à Vila Militar do Rio de Janeiro possuem um elevado número

de casos notificados de dengue, trazendo risco à saúde dos militares e de seus familiares.

A problemática abordada considera que o aumento da infestação de *Aedes* na Vila Militar do Rio de Janeiro é um fator crucial no aumento da incidência das doenças por ele transmitidas, pois, além da população residencial, a região concentra cerca de 60 mil militares, sendo a maior área de aquartelamento da América Latina (CAMPOS, 2011). Dessa forma, um surto nessa região pode vir a acarretar prejuízos financeiros aos fundos de saúde e a comprometer a produtividade operacional do Exército Brasileiro, podendo levar o enfermo a sequelas incapacitantes e a óbito.

As doenças causadas pelos arbovírus acarreta inúmeros prejuízos à sociedade, impactando também o Exército Brasileiro. Além da possibilidade de provocar o afastamento do militar de seus afazeres diários, muitas vezes é necessária a internação do doente, o que onera o Fundo de Saúde do Exército. Sequelas limitantes, ou ainda síndromes neurológicas graves, relacionadas a chikungunya e zika, podem comprometer a saúde do militar trazendo, além dos prejuízos econômicos, o

comprometimento psicossocial.

Nesse contexto, destaca-se o caráter preventivo de ações específicas de controle de vetores.

Sendo assim, é de suma importância a participação ativa das Organizações Militares da Vila Militar do Rio de Janeiro no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, na execução de medidas preventivas de controle, visando à proteção dos militares, da família militar e da sociedade, o que faz crescer em importância os estudos voltados para essa problemática, tornando-se este trabalho, relevante para a Força.

Para isso, torna-se fundamental o conhecimento do *Aedes aegypti* e seu ciclo biológico, das doenças transmitidas por ele, assim como sobre a dificuldade de diagnóstico e a subnotificação das doenças aos órgãos competentes.

O objetivo deste trabalho foi descrever as atividades realizadas na região da Vila Militar do Rio de Janeiro nas ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e identificar oportunidades de melhorias, visando à diminuição da incidência da dengue, chikungunya, zika, assim como impedir a inserção de casos de febre amarela.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Aedes Aegypti* e seu ciclo biológico

Embora oriundo do Velho Mundo (provavelmente da região etiópica, tendo sido originalmente descrito do Egito), o *Aedes aegypti* acompanhou o homem em sua longa e ininterrupta migração pelo mundo, e permaneceu onde as alterações antrópicas propiciaram a sua proliferação. Hoje é considerado um mosquito cosmopolita, com ocorrência nas regiões tropicais e subtropicais (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

Seus criadouros preferenciais são os recipientes artificiais, tanto os abandonados pelo homem a céu aberto e preenchidos pelas águas das chuvas, como aqueles utilizados para armazenar água para uso doméstico (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

Há proliferação de *A. aegypti* com a condição de que a água armazenada seja limpa, isto é, não turva, pobre em matéria orgânica em decomposição e em sais, e acumulada em locais (recipientes) principalmente sombreados e de fundo ou paredes escuras (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

Do ovo à forma adulta, o ciclo de vida do *A. aegypti* varia de acordo

com a temperatura, disponibilidade de alimentos e quantidade de larvas existentes no mesmo criadouro, uma vez que a competição de larvas por alimento (em um mesmo criadouro com pouca água) consiste em um obstáculo ao amadurecimento do inseto para a fase adulta. Em condições ambientais favoráveis, após a eclosão do ovo, o desenvolvimento do mosquito até a forma adulta pode levar um período de 10 dias (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011).

O *Aedes aegypti* se especializou em colonizar o ambiente domiciliar, em recipientes produzidos pelo homem, principalmente de cor escura com capacidade de acumular água, onde depositam seus ovos individualmente, nas paredes internas desses recipientes, próximo à superfície da água, da qual necessitam do contato para sua eclosão, sendo na sua ausência resistentes muitos meses à dessecção (FORATTINI, 2002).

As fêmeas de *A. aegypti* restringem seus hábitos hematófagos aos horários diurnos. Seus picos de maior atividade acham-se, geralmente, situados no amanhecer e pouco antes do crepúsculo vespertino, mas atacam o homem, e por vezes animais domésticos, a qualquer hora do dia. À noite,

embora raramente, podem ser oportunistas, atacando o homem se este se aproxima de seu abrigo. O hábito diurno também é o demonstrado pelos machos, que seguem as fêmeas em seus abrigos domiciliares e peridomiciliares, para efetuarem a cópula e obter substâncias açucaradas (CONSOLI e OLIVEIRA, 1998).

Os maiores índices de infestação pelo *A. aegypti* são registrados em bairros com alta densidade populacional e baixa cobertura vegetal, onde o mosquito encontra alvos para alimentação mais facilmente. Outro fator importante é a falta de infraestrutura de algumas localidades (FIOCRUZ, 2011).

2.2 Doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*

2.2.1 Dengue

A dengue é uma doença infecciosa causada por um vírus de genoma RNA, do gênero *Flavivirus*, família *Flaviviridae*, do qual são conhecidos quatro sorotipos (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4) (BRASIL, 2015a).

Os vírus são transmitidos por meio da picada do mosquito infectado

das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. No Brasil, o *Aedes aegypti* é o único vetor da dengue, estando amplamente presente em 4.318 municípios (BRASIL, 2015a).

A infecção por dengue causa uma doença cujo espectro inclui desde formas clinicamente inaparentes até quadros graves de hemorragia e choque, podendo evoluir para o óbito (BRASIL, 2002).

A doença pode se manifestar da forma clássica ou hemorrágica. Na dengue clássica a primeira manifestação é a febre, geralmente alta (39°C a 40°C), de início abrupto, associada a cefaleia, prostração, mialgia, artralgia, dor retro-orbitária, exantema maculopapular acompanhado ou não de prurido. Anorexia, náuseas, vômitos e diarreia podem ser observados (BRASIL, 2002).

As manifestações clínicas iniciais da dengue hemorrágica são as mesmas descritas para a dengue clássica, até que ocorra a defervescência da febre, entre o 3º e o 7º dias, e a síndrome se instale. Evidencia-se o surgimento de manifestações hemorrágicas espontânea ou provocada, trombocitopenia (Plaquetas $<100.000/\text{mm}^3$) e perda de plasma

para o terceiro espaço (BRASIL, 2002). Inclui dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, sangramento de mucosas, entre outros sintomas (NETO, 2015).

Manifestações clínicas menos frequentes incluem as neurológicas e psíquicas tanto em adultos como em crianças, caracterizadas por delírio, sonolência, coma, depressão, irritabilidade, psicose maníaca, demência, amnésia e outros sinais meníngeos, paresias, paralisias (polineuropatias, Síndrome de Reye, Síndrome de Guillain-Barré) e encefalite. Surgem no decorrer do período febril ou mais tarde, na convalescença (BRASIL, 2002).

2.2.2 Chikungunya

A febre de chikungunya é uma arbovirose causada pelo vírus Chikungunya (CHIKV), da família *Togaviridae* e do gênero *Alphavirus*. A viremia persiste por até dez dias após o surgimento das manifestações clínicas (BRASIL, 2015b).

O nome “chikungunya” deriva de uma palavra em Makonde, que significa, aproximadamente, “aqueles que se dobram”, descrevendo a aparência encurvada de pacientes que sofrem de artralgia intensa (BRASIL, 2014).

Os sinais e os sintomas são clinicamente parecidos com os da dengue – febre de início agudo, dores articulares e musculares, cefaleia, náusea, fadiga e exantema. A principal manifestação clínica que as difere são as fortes dores nas articulações (BRASIL, 2015b).

O período médio de incubação da doença é de 3 a 7 dias (podendo variar de 1 a 12 dias). Não existe tratamento específico nem vacina disponível para prevenir a infecção por esse vírus. O tratamento sintomático é o indicado. A doença pode manifestar-se clinicamente de três formas: aguda, subaguda e crônica. Na fase aguda, os sintomas aparecem de forma brusca e compreendem febre alta, cefaleia, mialgia e artralgia (predominantemente nas extremidades e nas grandes articulações). Também é frequente a ocorrência de exantema maculopapular. Os sintomas costumam persistir por 7 a 10 dias (BRASIL, 2014).

Após a fase inicial, a doença pode evoluir em duas etapas subsequentes: fase subaguda e crônica. Embora o chikungunya não seja uma doença de alta letalidade, tem caráter epidêmico, com elevada taxa de morbidade associada à artralgia persistente,

tendo como consequência a redução da produtividade e da qualidade de vida (BRASIL, 2015b).

Além dos sintomas listados, a doença ainda pode se apresentar na forma atípica envolvendo diversos sistemas, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 – Formas atípicas de chikungunya.

Sistema / órgão	Manifestações
Nervoso	Meningoencefalite, encefalopatia, convulsão, Síndrome de Guillain-Barré, Síndrome cerebelar, paresias, paralisias e neuropatias.
Olho	Neurite óptica, iridociclite, episclerite, retinite e uveíte.
Cardiovascular	Miocardite, pericardite, insuficiência cardíaca, arritmia e instabilidade hemodinâmica.
Pele	Hiperpigmentação por fotossensibilidade, dermatoses vesiculobolhosas e ulcerações aftosa-like.
Rins	Nefrite e insuficiência renal aguda.
Outros	Discrasia sanguínea, pneumonia, insuficiência respiratória, hepatite, pancreatite, síndrome da secreção inapropriada do hormônio antidiurético e insuficiência adrenal.

Fonte: adaptado de RAJAPAKSE, CHATHURAKA e RAJAPAKSE (2010).

2.2.3 Zika

O vírus Zika (ZIKV) é um vírus ARN – ou vírus RNA, *ribonucleic acid virus*, que tem o ácido ribonucleico como seu material genético. Ele pertence ao gênero Flavivírus, família *Flaviviridae*. O ZIKV é transmitido principalmente pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Também existe a possibilidade de transmissão pela via sexual, por transfusão sanguínea e neonatal, embora não

se saiba o real protagonismo dessas vias de transmissão na propagação da infecção (LUZ; SANTOS e VIEIRA, 2015).

A maioria das infecções ocasionadas pelo ZIKV é assintomática, porém, quando sintomáticos, os portadores apresentam febre aguda, geralmente não associada a complicações graves e com baixa taxa de hospitalização, podendo apresentar sintomas como exantema maculopapular, artralgia, mialgia, cefaleia, hiperemia conjuntival e, mais raramente,

edema, odinofagia, tosse seca e vômitos. Predomina o exantema e a hiperemia conjuntival, havendo menos alterações nos leucócitos e trombócitos; tais sintomas desaparecem cerca de três a sete dias após seu início, contudo a artralgia pode persistir por até um mês (PUSTIGLIONE, 2016).

No final de 2014, profissionais de vários estados da Região Nordeste perceberam o aparecimento de casos de uma doença aparentemente leve, que causava muita coceira, manchas no corpo, podia dar febre e desaparecia sem tratamento em quatro ou cinco dias (BRASIL, 2017a).

Em abril de 2015, foi identificado por um pesquisador da Universidade Federal da Bahia o vírus Zika obtido de amostras de pessoas atendidas em Camaçari com doença exantemática. Depois disso, os laboratórios de referência da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Evandro Chagas e Instituto Adolfo Lutz também identificaram a circulação desse agente (BRASIL, 2017a).

Embora a doença tenda a evoluir de forma favorável, há relatos de complicações neurológicas tardias, provavelmente imunomedidas, como a Síndrome de Guillain-Barré (SGB), relatada tanto nos surtos ocorridos na Polinésia Francesa (na

última década) como nas epidemias recentes no Rio Grande do Norte e na Bahia (LUZ; SANTOS e VIEIRA, 2015).

O vírus Zika recentemente causou preocupação global por causa de um surto de infecção sem precedentes no Brasil e sua associação com microcefalia congênita e outros desfechos adversos da gravidez, incluindo perda de gravidez. A transmissão vertical do vírus Zika de mães infectadas a fetos foi relatada. No entanto, o mecanismo de transmissão intrauterina do vírus Zika, alvos celulares da replicação viral e a patogênese que leva à microcefalia e outras malformações congênitas ainda não foram completamente elucidados (BHATNAGAR et al, 2017).

2.2.4 Febre Amarela

A febre amarela é uma doença infecciosa não contagiosa, transmitida ao homem mediante picada de insetos hematófagos após um período de incubação extrínseco, para que o vírus se reproduza em seus tecidos. A doença ocorre sob duas modalidades epidemiológicas: silvestre e urbana (VASCONCELOS, 2002).

No ciclo silvestre, em áreas florestais, o vetor da febre amarela

é principalmente o mosquito **Haemagogus**. Já no meio urbano, a transmissão se dá através do mosquito *Aedes aegypti* (o mesmo da dengue). A infecção acontece quando uma pessoa que nunca tenha contraído a **febre amarela**, ou tomado a **vacina** contra ela, circula em áreas florestais e é picada por um mosquito infectado. Ao contrair a doença, a pessoa pode se tornar fonte de infecção para o *Aedes aegypti* no meio urbano. Além do homem, a infecção pelo vírus também pode acometer outros vertebrados. Os macacos podem desenvolver a **febre amarela** silvestre de forma inaparente, mas ter a quantidade de vírus suficiente para infectar mosquitos. Uma pessoa não transmite a doença diretamente para outra (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014).

A resposta à infecção amarílica revela-se ampla e variável. A febre amarela pode ser definida como uma doença infecciosa viral aguda de curta duração, cuja gravidade varia, podendo ocorrer sob formas oligossintomáticas, até formas fulminantes, em que os sintomas clássicos de icterícia, albuminúria e hemorragias estão presentes. Mas também causa infecções assintomáticas ou subclínicas que, junto com as formas leves da doença, somente são surpreendidas pelos

exames laboratoriais específicos (VASCONCELOS, 2003).

O quadro clínico típico é caracterizado por manifestações de insuficiência hepática e renal, tendo em geral apresentação bifásica, com um período inicial prodrômico (infecção) e um toxêmico, que surge após uma aparente remissão e, em muitos casos, evolui para óbito em aproximadamente uma semana (BRASIL, 2009).

A infecção dura cerca de três dias, tem início súbito e sintomas gerais como febre, calafrios, cefalalgia, lombalgia, mialgias generalizadas, prostração, náuseas e vômitos. As formas leves e moderadas não ultrapassam essa fase. Pode ocorrer remissão, que é caracterizada pelo declínio da temperatura e diminuição dos sintomas, provocando uma sensação de melhora no paciente. Geralmente, dura poucas horas, no máximo um a dois dias (BRASIL, 2009).

No período toxêmico reaparece a febre, a diarreia e os vômitos com aspecto de borra de café. Caracteriza-se pela instalação de quadro de insuficiência hepatorrenal, representado por icterícia, oligúria, anúria e albuminúria, acompanhado de manifestações hemorrágicas (gengivorragias, epistaxes, otorragias, hematêmese, melena,

hematúria, sangramentos em locais de punção venosa) e prostração intensa, além de comprometimento do sensório, com obnubilação mental e torpor, com evolução para coma e morte (BRASIL, 2009).

A febre amarela no Brasil apresenta uma ocorrência endêmica prioritariamente na Região Amazônica. No entanto, surtos da doença são registrados esporadicamente quando o vírus encontra um bolsão de susceptíveis (BRASIL, 2009).

Tendo em vista que o ciclo silvestre de transmissão do vírus não é passível de eliminação, estratégias que visam à detecção precoce da circulação viral devem ser adotadas, a fim de monitorar as áreas de risco e de aplicar oportunamente medidas de prevenção e controle, cujo objetivo é evitar a ocorrência de casos na população residente e visitante, reduzindo as chances de dispersão do vírus para áreas receptivas e/ou vulneráveis (BRASIL, 2017b).

A sua notificação deve ser compulsória e imediata de todo caso suspeito. O programa de Vigilância da Febre Amarela trabalha de forma articulada com diferentes áreas sendo elas: vigilância de casos humanos, vigilância entomológica (vetores urbanos e silvestres), vigilância ambiental e ações de informação, de

educação e de comunicação (TERRA et al, 2017).

A principal medida de prevenção e controle da febre amarela é a vacina. Produzida no Brasil desde 1937, pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, é constituída por vírus vivos atenuados derivados de uma amostra africana do vírus amarílico selvagem denominada Asibi. Tem sido usada amplamente no Brasil desde o início de sua produção, proporcionando a prevenção da doença, especialmente daqueles que vivem nas áreas de risco. O uso da vacina em campanhas e na rotina do calendário básico em grande parte do território brasileiro tem sido a opção mais eficiente para manter sob controle a febre amarela de transmissão silvestre (BRASIL, 2009).

A vacina da Febre Amarela confere imunidade entre 95% a 99% dos vacinados. O Programa Nacional de Imunização (PNI) preconiza um esquema vacinal de duas doses e está indicada para residentes em áreas com recomendação da vacina e pessoas que irão se deslocar para áreas de recomendação da vacina (TERRA, et al 2017). Cabe ressaltar que a região Sudeste foi recentemente afetada poa zika ou o kikar focos de febre amarela, sendo a vacina incluída no calendário regular de vacinação em

todo o estado do Rio de Janeiro, desde julho de 2017, conforme publicado no site do Ministério da Saúde.

Alguns fatores de extrema importância devem ser considerados em relação a essa enfermidade: o potencial epidêmico do vírus amarílico; a frequência de surtos e epidemias de febre amarela ao longo da série histórica nacional; a elevada letalidade da doença nas suas formas graves; a recente expansão da área de circulação viral no País; o elevado número de municípios infestados por *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*; o elevado contingente populacional não vacinado contra a febre amarela; e o grande fluxo de pessoas que migram de áreas onde a febre amarela ocorre para áreas infestadas pelo principal transmissor urbano e com baixas coberturas vacinais (BRASIL, 2016).

2.3 Desafios de diagnóstico

Lima-Câmara (2016) classifica a dificuldade do diagnóstico laboratorial dessas arboviroses como um desafio relevante, devido à circulação de vários arbovírus, como Mayaro (MAYV), Encefalite Equina Venezelana (VEEV), Encefalite Equina do Leste (EEEV), Rocio (ROCV) e Dengue (DENV),

que apresentam sintomas muitos similares aos observados pelo CHIKV, WNV e ZIKV. Além disso, alguns testes sorológicos utilizados para detecção desses arbovírus em hospedeiros vertebrados podem apresentar reação cruzada, dificultando o diagnóstico acurado.

Outro óbice encontrado que se acentua pela dificuldade de diagnóstico preciso é subnotificação. Em um estudo publicado por Silva, Rodrigues e Paploski (2016) foi descrito que 1 em cada 4 pacientes com Doença Febril Aguda apresentou evidência laboratorial de infecção por dengue. No entanto, para cada 20 pacientes com dengue identificados, apenas cerca de 1 foi relatado ao SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) como tendo dengue. Durante períodos de baixa transmissão da dengue, apenas cerca de 1 em 40 casos de dengue identificados foi relatado. Por outro lado, entre os pacientes que foram relatados como tendo dengue, 31,2% não apresentaram a doença; essa porcentagem atingiu 61,5% em períodos de baixa transmissão. Foi estimado que, para cada 12 casos de dengue, somente um é relatado na comunidade, mas em meses de baixa transmissão da dengue, essa proporção chegou a 17:1 (SILVA, RODRIGUES e PAPLOSKI, 2016).

Dessa forma, Silva, Rodrigues e Paploski (2016) relatam que a vigilância da dengue substancialmente subestimou a carga de doenças no Brasil, especialmente em períodos considerados de baixa transmissão. O mesmo estudo relata que a subnotificação da dengue foi atribuída à detecção de casos passivos, que não identifica pessoas com dengue que não buscam cuidados de saúde, porém, também pode ser evidenciado que a vigilância não conseguiu detectar casos de dengue entre pacientes sintomáticos que buscavam cuidados de saúde.

2.4 Mecanismos de controle

Na ausência de vacinas eficazes aos sorotipos circulantes dessas doenças, a prevenção se faz por meio do controle e combate do mosquito transmissor (RIZZI et al, 2017).

Zara, Santos e Oliveira (2016) descrevem que é possível a utilização de basicamente três tipos de mecanismos de controle: mecânico, biológico e químico.

O controle mecânico consiste na adoção de práticas capazes de eliminar o vetor e os criadouros ou reduzir o contato do mosquito com o homem. As principais atividades de controle mecânico envolvem a

proteção, a destruição ou a destinação adequada de criadouros, drenagem de reservatórios e instalação de telas em portas e janelas (ZARA, SANTOS E OLIVEIRA, 2016).

O controle biológico é baseado na utilização de predadores ou patógenos com potencial para reduzir a população vetorial. Entre as alternativas disponíveis de predadores estão os peixes e os invertebrados aquáticos, que comem as larvas e pupas, e os patógenos que liberam toxinas, como bactérias, fungos e parasitas. Outra alternativa é a utilização do *Bacillus thuringiensis israelensis* (Bti), um bacilo com potente ação larvicida, por sua produção de endotoxinas proteicas (ZARA, SANTOS E OLIVEIRA, 2016).

Por final, o controle químico consiste no uso de produtos químicos, que podem ser neurotóxicos, análogos de hormônio juvenil e inibidores de síntese de quitina para matar larvas e insetos adultos. É um tipo de controle recomendado mediante uso racional e seguro para o meio ambiente e para a população, complementar às ações de vigilância e manejo ambiental, devido à possibilidade de seleção de vetores resistentes aos produtos e da geração de impactos ambientais. O uso de inseticidas para controle de populações de mosquitos adultos (adulticidas) e na

sua forma larvária (larvicidas) pode ser feito por meio do tratamento focal e perifocal e da aspersão aeroespacial de inseticidas em ultra baixo volume (UBV). O tratamento focal ocorre com a aplicação de um produto larvícida (químico ou biológico) nos depósitos positivos para formas imaturas de mosquitos que não possam ser eliminados mecanicamente (ZARA, SANTOS E OLIVEIRA, 2016).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa que compreende um estudo de caso, de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Para tal, realizou-se uma revisão teórica do assunto, através da pesquisa bibliográfica a documentos e trabalhos científicos.

Foi realizada consulta através do site da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, de onde foram obtidos os dados de notificação da dengue de acordo com a Área Programática 5.1, na qual se insere a Vila Militar e bairros adjacentes.

Durante a pesquisa documental, identificaram-se, através da Ordem de Serviço emitida pelo Comando da 1^a Divisão de Exército, as Ações de Comando para o cumprimento

das atividades de profilaxia a serem conduzidas na Guarda da Vila Militar para a prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Além disso, foi realizada consulta aos dados obtidos pelo projeto “Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti* na Vila Militar/RJ”, do Instituto de Biologia do Exército em parceria com o Laboratório de Fisiologia e Controle de Artrópodes Vetores da FIOCRUZ.

Aplicou-se também um questionário nas OM participantes do referido projeto, que teve como objetivo apontar as principais dificuldades encontradas para a execução das atividades relacionadas ao projeto em questão. O questionário (Apêndice A) foi destinado aos responsáveis pelas vinte equipes participantes do projeto. Essas equipes são responsáveis pelas medidas preventivas do mosquito *Aedes aegypti* em suas respectivas OM e pela manutenção semanal das armadilhas ovitrampas, sendo que dezoito militares responderam às questões. A amostra já delimitada foi não-probabilística intencional constituída de um grupo de dezoito militares, tendo estes respondido ao instrumento de forma individual, sem interferência do entrevistador,

voluntariamente e tendo ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental e com os questionários foram tabulados e analisados utilizando-se os recursos do software *Microsoft Office Excel 2016*. Os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos, referentes às variáveis estudadas, e as informações confrontadas com a bibliografia pertinente ao tema.

4 RESULTADOS

De maneira geral, o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental possibilitaram:

- discorrer sobre o ciclo de vida do mosquito *Aedes aegypti* e a importância do combate aos criadouros para preservação da saúde humana e, consequentemente da tropa;
- descrever as principais doenças transmitidas por este vetor e suas possíveis complicações;
- identificar as ações de

Comando realizadas no âmbito da 1^a Divisão de Exército, com a finalidade de prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, nas Organizações Militares da Vila Militar do Rio de Janeiro;

- discorrer sobre a importância do projeto de pesquisa “Ações Integradas de Vigilância e Monitoramento de *Aedes aegypti* na Vila Militar do Rio de Janeiro”;
- a aplicação de questionário com objetivo de detectar possíveis dificuldades na manutenção das armadilhas ovitrampas e nas ações de combate nas OM participantes do projeto descrito acima; e
- apontar a possibilidade de melhoria na prevenção da dengue, chikungunya, zika e febre amarela urbana nos aquartelamentos.

4.1 Consulta ao sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

A consulta ao sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro possibilitou conhecer

os dados epidemiológicos da dengue na região do Rio de Janeiro, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016, os quais são apresentados no Quadro 2, no qual pode-se verificar o número de casos anuais da dengue no Município do Rio de Janeiro, o número de casos notificados na região

denominada área programática 5.1, na qual se insere a Vila Militar e os bairros a ela adjacentes. Ainda neste Quadro, pode-se verificar, ano a ano, a porcentagem de casos notificados de dengue referentes à área programática 5.1.

QUADRO 2 – Número de casos de dengue no município do Rio de Janeiro e Área programática 5.1, no período de 2012 a 2016, notificados à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Casos Notificados de Dengue	2012	2013	2014	2015	2016
Município do Rio de Janeiro	130.412	66.278	2.658	18.070	25.841
Área Programática 5.1 (AP 5.1)	30.085	7.697	491	4.586	4.812
% Casos AP 5.1/Rio de Janeiro	23,07%	11,61%	18,47%	25,38%	18,62%

Fonte: elaborado pela autora com dados da SMSRJ (2017)

Como a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro não disponibiliza os dados referentes aos casos confirmados de zika e chikungunya no período descrito, pode-se extrapolar que uma nova epidemia de dengue na cidade do Rio de Janeiro aumentaria, significativamente, a possibilidade de epidemia das demais doenças.

Em 2017 foram notificados 83 casos de febre amarela no Estado do Rio de Janeiro, com 28 casos confirmados até outubro desse ano, porém os casos foram relacionados ao ciclo silvestre. No entanto, há uma

real possibilidade de reintrodução da febre amarela urbana no Estado do Rio de Janeiro, fazendo-se necessária a intensificação do combate ao mosquito e da imunização da população.

4.2 Organizações militares e o combate ao *Aedes Aegypti*

Em virtude do expressivo número de casos de dengue na Área Programada 5.1 e com a aproximação das Olimpíadas de 2016, o Comando da 1ª Divisão de Exército, através da Ordem de Serviço Nº 002/SAVM-

2015, determinou a realização de ações necessárias para prevenção de dengue, zika e chikungunya, traçando os seguintes objetivos: atenuar a proliferação; difundir conhecimentos básicos; reforçar alerta sobre a importância da prevenção; capacitar pessoal para atuar como agentes de prevenção; atuar em conjunto com Órgãos Federal, Estadual e Municipal; realizar monitoramento; e contribuir para a erradicação.

Nesse documento, fica estabelecido o uso de equipamento de Ultra-Baixo Volume (UBV) para a aspersão de inseticida em todas as OM e arruamentos da Vila Militar. Essa medida deve ser utilizada em casos de possibilidade de epidemia, conforme orientação da FIOCRUZ, para que não haja desenvolvimento de resistência aos agentes inseticidas.

Além disso, tornou necessária a nomeação, em Boletim Interno das Organizações Militares, de uma equipe constituída de um oficial e dois sargentos por OM, com a finalidade de coordenar as medidas de profilaxia necessárias, executadas por uma guarnição de serviço escalada, diariamente, para a verificação e combate aos eventuais criadouros.

Em abril de 2017, o Instituto de Biologia do Exército, por

meio da Divisão de Assessoria de Vigilância em Saúde, e em parceria com o Departamento de Entomologia do Instituto Oswaldo Cruz, LAFICAVE/FIOCRUZ, implantou um projeto de pesquisa com a finalidade de monitorar a atividade do mosquito *Aedes aegypti* na região da Vila Militar do Rio de Janeiro, pela contagem de ovos e pela identificação das larvas em laboratório, através de uma armadilha de baixo custo denominada ovitrampas. Dessa forma, buscava-se desenvolver medidas de controle, vigilância e monitoramento mais efetivas contra o mosquito.

Aquele projeto também visou sensibilizar o público interno das Organizações Militares sobre a importância das medidas de controle e da vigilância ambiental no combate ao mosquito, efetuando instruções com informações sobre o vetor, sobre as doenças e suas medidas preventivas.

As armadilhas de oviposição do tipo ovitrampa são armadilhas artificiais adaptadas de vasos plásticos pretos de floricultura, com capacidade de 500 ml e paleta de eucatex imersa em água, que atraem fêmeas de mosquitos do gênero *Aedes* buscando local para oviposição (Figura 1). As ovitrampas

constituem método sensível e econômico de detecção da presença de *Aedes aegypti*. Ovitrampas associadas a substâncias atrativas são ferramentas de monitoramento operacionalmente simples e viáveis, que têm se mostrado eficazes quanto à detecção precoce da presença do vetor, variações no nível de infestação por área e sua distribuição espacial (CORRÊA, 2013).

FIGURA 1 – Armadilha Ovitrampa utilizada no projeto “Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti*, com utilização de ovitrampas para controle de arboviroses na Vila Militar – RJ”



Fonte: Divisão de Assessoria e Vigilância em Saúde do Instituto de Biologia do Exército (2017)

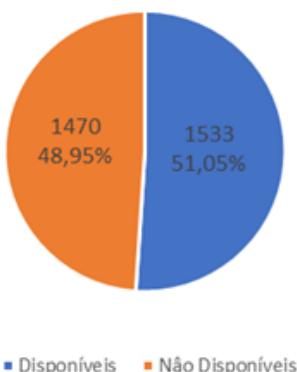
Através da coleta e contagem de ovos nas armadilhas dispostas de forma equidistante no local e a consequente determinação do Índice

de Positividade de Ovitrampa (IPO), descrito por Fay e Eliason (1966), é possível determinar a infestação da localidade. A coleta semanal, durante meses de maior prevalência do vetor e de ocorrência da transmissão de enfermidades, pode estimar o risco de ocorrência de casos clínicos de arboviroses.

Após a seleção de vinte Organizações Militares, foram instaladas armadilhas equidistantes, através de georreferenciamento. A inspeção e manutenção semanal dessas armadilhas foi feita por uma equipe escalada da própria unidade, preferencialmente por integrantes da seção de saúde, que participaram de treinamento a campo realizado pela parceria IBEx/FIOCRUZ. As paletas, após a sua retirada da armadilha, eram encaminhadas para exames nos laboratórios do LAFICAVE/FIOCRUZ e substituídas por outras.

Dos levantamentos semanalmente observados entre o período de 12 de abril de 2017 e 30 de agosto de 2017, pode-se observar que, aproximadamente, metade das amostras não estavam disponíveis (Gráfico 1), ou seja, não foram enviadas para exames nos laboratórios do LAFICAVE/FIOCRUZ, causando um grande viés no estudo desenvolvido.

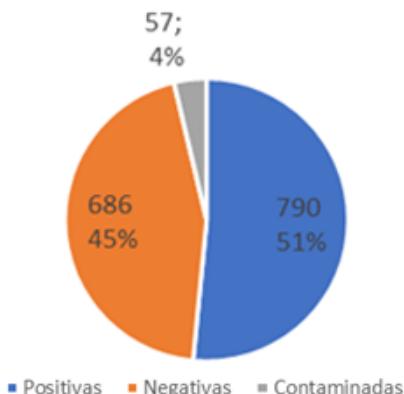
Gráfico 1: Disponibilidade de amostras coletadas de ovitrampas no período de 12abr17 e 30ago17



Ainda assim, apesar do grande número de amostras faltosas, ao analisar a porcentagens das amostras positivas, pode-se notar que 51,05% das amostras examinadas eram positivas, ou seja, possuíam ovos de mosquitos, apesar do período

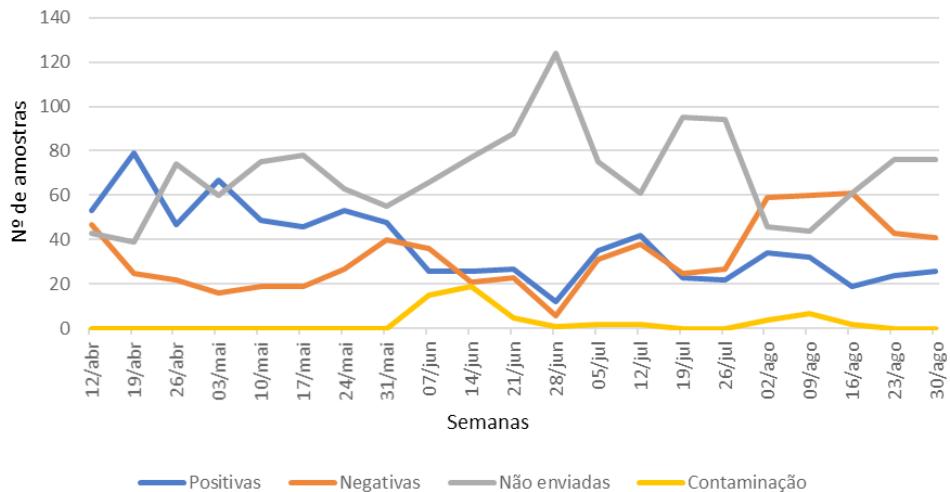
de estudo levantado ser de menor incidência do *Aedes aegypti*, visto as condições climáticas. Ainda, dessas amostras, que totalizaram 1533 paletas, 4% tiveram contaminação por fungo, ocasionada pela manutenção inadequada da armadilha (Gráfico 2).

Gráfico 2: Amostras coletadas de ovitrampas disponíveis no período de 12abr17 e 30ago17



A grande quantidade de amostras não enviadas pode ser demostrada semana a semana, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3: Levantamento Semanal de Amostras das Armadilhas de Ovitrampas na região da Vila Militar de Abril a Agosto de 2017



4.3 Aplicação do questionário nas OM integrantes do projeto “ações integradas de vigilância e monitoramento de *Aedes Aegypti*, com utilização de ovitrampas para controle de arboviroses na Vila Militar – Rj”

A aplicação do questionário foi feita mediante entrevista, por contato telefônico, com os responsáveis pela manutenção das ovitrampas nas OM participantes do Projeto “Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti*, com utilização de ovitrampas para controle de arboviroses na Vila Militar – RJ”.

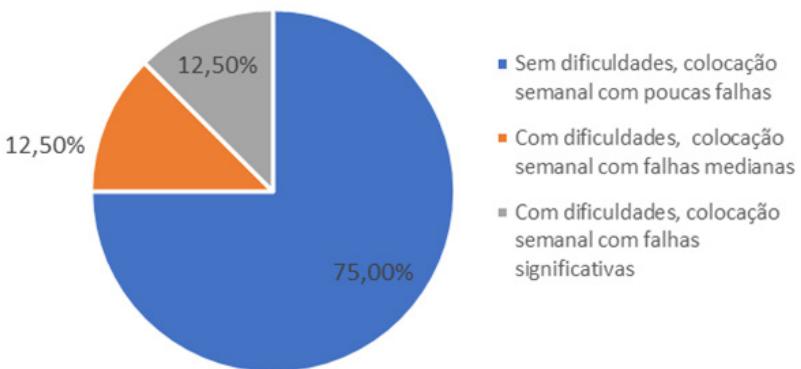
Das vinte equipes das Organizações Militares participantes desse projeto dezoito responderam o questionário, gerando os dados obtidos, que foram tabelados. Os resultados serão apresentados a seguir. Contudo, visando um melhor entendimento dos dados colhidos, será realizada a apresentação e discussão dos mesmos de maneira isolada, evitando-se assim uma generalização das respostas dadas.

O primeiro ponto levantado no questionário diz respeito à execução da técnica de colocação e manutenção semanal das armadilhas ovitrampas, no qual 75% dos

entrevistados relataram que, em princípio, não houve dificuldade para a execução do processo de colocação da armadilha, sendo colocada com sucesso na maioria das vezes; 12,5% dos entrevistados relataram que não

foi possível executar a técnica semana a semana; e 12,5% afirmaram que não foi possível a colocação das armadilhas na grande maioria das semanas do estudo.

Gráfico 4: Percepção da execução da manutenção semanal das ovitrampas pelas OM



Outro aspecto abordado foi quanto a não realização das trocas semanais das paletas nas armadilhas, visto o grande número de amostras indisponíveis durante o período de abril a agosto, sendo que somente um entrevistado relatou que não houve problemas nas trocas. Dos demais, 44% relataram falta de pessoal para a execução da manutenção, 19% relataram a falta de material, 6% citaram a falta de motivação para a troca das paletas. Dos 25% restantes, foram citados como óbices pelos participantes o envolvimento da equipe

em outras atividades do aquartelamento e o emprego de todo efetivo de saúde simultaneamente em outras missões.

Quanto ao treinamento realizado pela equipe do Projeto de Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti*, 81,25% relataram que a instrução recebida foi satisfatória para a execução de medidas preventivas e de controle do mosquito e também para a colocação e manutenção das ovitrampas. Ainda, 6,25% dos entrevistados relataram que, apesar da instrução recebida, houve dificuldades

na manutenção correta e troca das paletas da ovitrampa, e 12,50% declararam não ter participado do treinamento.

Gráfico 5: Óbices para a manutenção das ovitrampas pelas OM

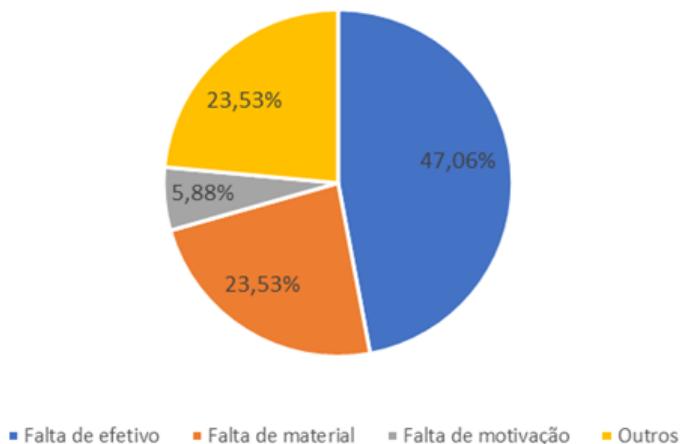
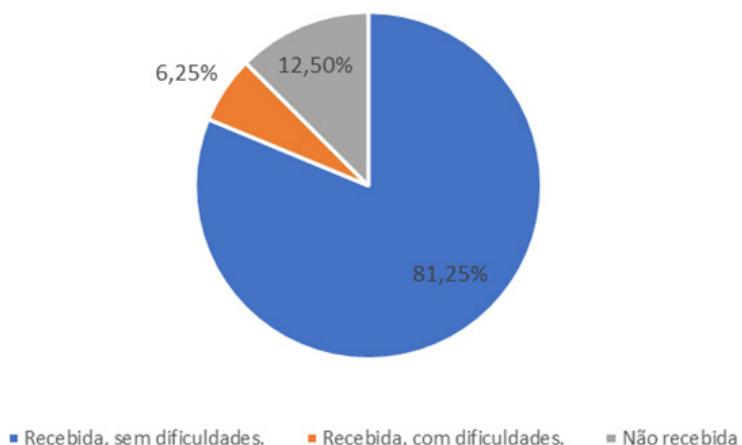


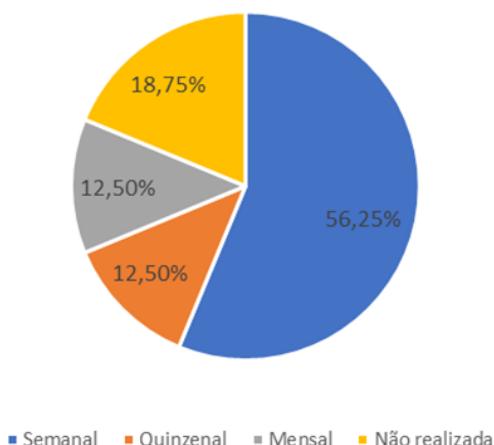
Gráfico 6: Instrução para manutenção das armadilhas



Apesar disso, a percepção dos militares quanto à quantidade de mosquitos de hábitos diurnos no aquartelamento demonstra que 73% considera de moderada a alta, um parâmetro que, apesar de se valer da observação pessoal, pode-se considerar relevante, visto que o estudo foi realizado em um período no qual deveria ter uma diminuição significativa da infestação por mosquitos, em função das condições climáticas.

Ainda assim, 56,25% dos participantes declararam que as medidas profiláticas para o combate dos mosquitos *Aedes aegypti* são realizadas semanalmente. Dos demais participantes do questionário, 12,50% realizam a inspeção no aquartelamento quinzenalmente, 12,50% mensalmente e 18,75% declararam que não executam inspeção sistemática.

Gráfico 7: Realização de medidas profiláticas nas OM



5 DISCUSSÃO

Com o fenômeno da globalização, houve aumento no fluxo de pessoas, de capital e de mercadorias por todo mundo,

o que contribui também para a propagação de inúmeras doenças emergentes, reemergentes ou exóticas no Brasil. Dessa forma, o vírus do chikungunya e kika vírus foram introduzidos no país, e por

serem transmitidos pelo mesmo vetor da dengue encontraram situação favorável para a disseminação.

Historicamente, o município do Rio de Janeiro tem passado por inúmeras epidemias de dengue. Em razão dos altos índices de temperatura e umidade na cidade, o mosquito *Aedes aegypti* encontra as condições favoráveis para sua reprodução, apresentando infestações mais intensas no período do verão.

As altas taxas de incidência dessas doenças nas proximidades da Vila Militar-RJ chama a atenção para o controle do *Aedes aegypti* nas Unidades Militares.

A literatura aponta que o principal recurso de combate às arboviroses são as ações preventivas. Sendo assim, as Organizações Militares precisam estar empenhadas na eliminação de possíveis focos de reprodução do mosquito de forma contínua.

O Comando da 1^a Divisão de Exército demonstrou a crescente preocupação e o empenho em desenvolver atividades de caráter preventivo. Para isso, realizou “Ações de Comando para o cumprimento das atividades de profilaxia a serem conduzidas na Guarnição da Vila Militar, na prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya”,

contribuindo para a manutenção da higidez da tropa e da família militar frente às arboviroses.

O projeto de Ações Integradas de Vigilância e Monitoramento de *Aedes aegypti* do Instituto de Biologia do Exército em parceria com o Laboratório de Fisiologia e Controle de Artrópodes Vetores da FIOCRUZ foi implantado com o objetivo de colaborar, mediante estudos científicos, com a análise da infestação do vetor das arboviroses na Vila Militar-RJ. Desta forma, busca-se sensibilizar o público interno das Organizações Militares da região sobre a importância das medidas de controle e da vigilância ambiental no combate ao mosquito, com informações sobre o vetor, sobre as doenças e suas medidas preventivas, além de proporcionar ao comando um indicador que auxiliará na tomada de decisão quanto à profilaxia. Porém, o projeto está em fase de coleta de dados e precisa do empenho dos militares pertencentes às OM participantes para alimentar sua pesquisa.

Quando analisamos os dados obtidos por esse projeto, verificamos que apenas 51,05% das amostras retiradas das armadilhas ovitrampas foram enviadas para análise, ou seja, houve uma escassez significativa de dados que dificultaram a apuração da

dinâmica temporal e da distribuição espacial do *Aedes aegypti* na Vila Militar-RJ. Apesar do número reduzido, mais da metade das amostras possuíam ovos do mosquito, chamando a atenção quanto à infestação por *Aedes aegypti* no aquartelamento.

Outro dado que corrobora para a importante infestação é a percepção de integrantes das OM quanto ao número de mosquitos, no qual 75% dos entrevistados relataram que consideram a infestação de mosquitos durante o dia, no expediente de trabalho, de média a altíssima, ainda que o período de execução das medidas fosse no outono e inverno, o que, de acordo com a literatura científica descrita, seriam os meses de menor taxa de infestação do mosquito. Assim, podemos verificar que há necessidade de intensificar as medidas profiláticas executadas nas OM.

Ao analisar o trabalho desenvolvido nas OM participantes desse projeto, pode-se notar, através do questionário, que o número reduzido de efetivo das equipes foi relacionado como o óbice mais significativo para a falta de manutenção semanal nas armadilhas ovitrampas. O emprego dos militares das equipes em inúmeras missões, inclusive fora do aquartelamento,

foi relacionado como a maior dificuldade na execução das tarefas com efetividade.

Ainda no que diz respeito ao questionário, 81,25% das equipes relataram que executam medidas de controle na OM periodicamente. Essas medidas são extremamente necessárias para que não haja descontinuidade no combate aos criadouros de mosquitos, não devendo ser negligenciadas.

Sugere-se que os militares, ao receber o treinamento de prevenção das arboviroses, atuem como agentes multiplicadores na Organização Militar, abrindo a possibilidade da nomeação de uma comissão composta de um oficial e dois sargentos por OM, por período determinado, facilitando a execução das medidas de controle e manutenção das armadilhas.

O objetivo é que essa rotatividade de equipes também desperte nos militares participantes da comissão a importância das medidas de prevenção para o combate das arboviroses, contribuindo também por contiguidade à sociedade. Dessa forma, aplica-se uma abordagem eco-bio-social, que se destaca pela aplicação de conceitos e práticas relacionados à educação social e ao cuidado com o meio ambiente como aliados do controle do mosquito. Essa

abordagem possui três elementos principais: (i) transdisciplinaridade: implica uma visão inclusiva dos problemas de saúde relacionados com o ecossistema; (ii) participação dos interessados: envolve diversos parceiros, inclusive a comunidade local; e (iii) equidade: comprehende a participação equânime de homens e mulheres e diferentes grupos sociais no envolvimento com as ações de combate ao *Aedes* (ZARA, SANTOS E OLIVEIRA, 2016).

Casos recentes de febre amarela no Estado do Rio de Janeiro reascendem a possibilidade de uma epidemia também dessa doença. A vacina constitui a principal ferramenta de prevenção e controle da doença, e deve ser aplicada a partir dos 9 meses de idade, com posterior dose de reforço, conforme recomendações do Programa Nacional de Imunizações (BRASIL, 2016). Em função disso, o Estado foi incluído no Programa Nacional de Imunização (PNI) como área recomendada de vacinação, com objetivo de aumentar a cobertura vacinal da população. Assim, a vacina encontra-se disponível nos postos de saúde municipais e também no Instituto de Biologia do Exército, no bairro de Benfica, sendo este local, exclusivamente, para vacinação do efetivo militar.

Vasconcelos (2002) destaca que, além de aumentar a cobertura vacinal contra febre amarela em todo o país, a diminuição dos índices de infestação do *Aedes aegypti* nos grandes núcleos urbanos seria a ação estratégica mais importante, pois, se implementada, permitiria diminuir os riscos da reurbanização da febre amarela e, ao mesmo tempo, impediria a transmissão de outras arboviroses, corroborando com a importância das ações desenvolvidas na Vila Militar do Rio de Janeiro.

6 CONCLUSÃO

A consulta ao sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro teve por objetivo conhecer os dados epidemiológicos atualizados de dengue entre os anos de 2012 e 2016, nas proximidades da Vila Militar-RJ, permitindo verificar a importância das medidas de controle para o combate ao *Aedes aegypti*.

As medidas de controle devem ser realizadas nas Organizações Militares, conforme estabelecido pela 1^a Divisão de Exército, por uma equipe composta por um oficial e dois sargentos.

Paralelo a isso, o projeto de Ações Integradas de Vigilância e

monitoramento de *Aedes aegypti* na Vila Militar do Rio de Janeiro busca fazer um mapeamento detalhado desse vetor em 20 (vinte) Organizações Militares nessa localidade. Desta forma, espera-se contribuir para a prevenção das arboviroses transmitidas nas OM.

Com a aplicação do questionário e com o levantamento das amostras viáveis, nas OM participantes do projeto, pode-se deduzir que as medidas de controle e combate ao mosquito da dengue são executadas periodicamente, entretanto, não estão sendo efetivas, tornado necessário que mais estudos sejam realizados para identificar as reais causas.

Diante do exposto, conclui-se que as medidas de prevenção e controle do *Aedes aegypti* são conhecidas pelas equipes que desenvolvem esse trabalho, porém, inúmeras vezes, não são colocadas em prática por diversos motivos. Sendo assim, foram identificadas as seguintes oportunidades de melhorias nas Organizações Militares da Vila Militar-RJ.

- 1) Instruções periódicas nas OM com o objetivo de sensibilizar todo o público interno das Organizações Militares da região

sobre a importância das medidas de controle e da vigilância ambiental no combate ao mosquito, com informações sobre o vetor, sobre as doenças e suas medidas preventivas.

- 2) Execução de instrução específica para dois oficiais por OM, preferencialmente do quadro de saúde (titular e substituto), para atuarem como agentes multiplicadores e responsáveis pelas orientações dadas às equipes de prevenção da dengue.
- 3) As medidas devem ser executadas de forma sistemática e contínua, portanto a adoção de um relatório de inspeção padronizado pode contribuir para um controle efetivo.
- 4) Nomeação de caráter provisório dos integrantes das equipes responsáveis pela execução das medidas profiláticas e da manutenção das armadilhas ovitrampas que irão alimentar a base

de dados do projeto “Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti*, com utilização de ovitrampas para controle de arboviroses na Vila Militar – RJ”. O rodízio dos membros da equipe visa a buscar a participação de todos os integrantes da OM nas medidas de controle do vetor e, também, minimizar as ausências causadas pelo emprego do efetivo fixo em diversas atividades.

REFERÊNCIAS

BHATNAGAR, J. et al. Zika Virus RNA Replication and Persistence in Brain and Placental Tissue. *Emerging Infectious Diseases*. 2017. Disponível em: <https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/23/3/16-1499_article>. Acesso em: 13 set.17.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue:** Diagnóstico e Manejo Clínico. Brasília. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manejo_adulto_crianc_4ed_2011.pdf>.

pdf>. Acesso em 02 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância em Saúde: Zoonoses.**

Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_zoonoses_p1.pdf>. Acesso em 02 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde.

Plano de Contingência Nacional para a febre Chikungunya. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_nacional_febre_chikungunya.pdf>. Acesso em 02 ago. 17

BRASIL. Ministério da Saúde.

Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue.

2015a. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/janeiro/20/plano-contingencia-dengue-19jan15-web.pdf>>. Acesso em 02 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde.

Febre Chikungunya: Manejo Clínico. 2015b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/febre_chikungunya_manejo_clinico.pdf>. Acesso em 03 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde.

Plano de Contingência para resposta à emergências em Saúde Pública: Febre Amarela. 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_emergencias_febre_amarela.pdf>. Acesso em 03 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vírus Zika no Brasil:** A resposta do SUS. 2017a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/virus_zika_brasil_resposta_sus.pdf>. Acesso em 02 ago. 17.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância de Epizootias em primatas não humanos e entomologia aplicada à vigilância da Febre Amarela.** 2017b. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/24/Guia_Epizootias_Febre_Amarela_2a_ed_atualizada_2017.pdf>. Acesso em 02 ago. 17.

CAMPOS, F. S. A origem da Vila Militar – RJ. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em HISTÓRIA, UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO. Rio de Janeiro, 2011. 29 p.

COLEONE, A. C. et al. Validação

de método analítico e de extração do malation em água e solo a pós nebulização de combate ao *Aedes aegypti*. **Rev. Ambient. Água.** Taubaté, v. 12, n. 3, p. 426-434, May 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2017000300426&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Oct. 2017.

CONSOLI, R. A. G. B.; OLIVEIRA, R. L. Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

CORRÊA, A. P. S. A. Avaliação da eficiência do levedo de cerveja como atrativo para *Aedes (Stegomyia) aegypti Linnaeus, 1762 (Diptera: Culicidae)* em armadilhas do tipo ovitrampas no município de Macapá, Amapá. Monografia de Especialização em Entomologia Médica. IOF/FIOCRUZ, 2013. 66 p.

FAY, R. W.; ELIASON, D. A. A preferred oviposition site as a surveillance method for *Aedes aegypti*. **Mosq. news.** v. 26, n. 4, p. 531-535, 1966.

FORATTINI, O. P. Culicidologia médica: identificação, biologia e epidemiologia. EDSUP, 2002.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.
Aedes aegypti: Oportunista. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1069&sid=32>>. Acesso em 02 ago. 17.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.
Febre Amarela: Sintomas, transmissão e prevenção. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>>. Acesso em 02 ago. 17.

LIMA-CÂMARA, N. T.
Arboviroses emergentes e novos desafios para saúde pública no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/672/67247719055/>>. Acesso em: 15 set 2017.

LUZ, K. G.; SANTOS, G. I. V.; VIEIRA, R. M.. Febre pelo vírus Zika. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 785-788, dez. 2015. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000400021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 set. 17.

NETO, M. M. L. **Dengue**. 2015. Disponível em: <<https://rededengue.fiocruz.br/conheca-as-doencas/dengue>>. Acesso em 03 ago. 17.

PMRJ/SMS – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Dengue: dados epidemiológicos. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=2815389>>. Acesso em 20 jun. 17.

PUSTIGLIONE, M. Medicina do Trabalho e doenças emergentes, reemergentes e negligenciadas: a conduta no caso das febres da dengue, do Chikungunya e do Zika vírus. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. v.14, n.1, 2016.

PUCCIONI-SOHLER, M. et al. Dengue infection in the nervous system: lessons learned for Zika and Chikungunya. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** São Paulo, v. 75, n. 2, p. 123-126, Feb. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2017000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Oct. 2017.

RAJAPAKSE, S; CHATHURAKA, R.; RAJAPAKSE. A. Atypical manifestations of Chikungunya infection. **Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, Volume 104, Issue 2, 1 February 2010, pages 89–96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.trstmh.2009.07.031>>.

Acesso em: 14 jul 17.

RIZZI, C. B et al. Considerações sobre a dengue e variáveis à infestação por *Aedes aegypti*. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Jun 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/35133/20574>>. Acesso em 30 set 17.

SILVA, M.; et al. **Accuracy of Dengue Reporting by National Surveillance System, Brazil. Emerging Infectious Diseases**. 2016. Disponível em: <<https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/22/2/pdfs/15-0495.pdf>>. Acesso em: 15 set. 17.

TERRA, M. R et al. ***Aedes aegypti* e as arboviroses emergentes no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170706_220640.pdf>. Acesso em: 4 out 17.

VASCONCELOS, P. F. C. Febre Amarela: reflexões sobre a doença. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Vol 5, p. 244-258, FUNASA, Ministério da Saúde, Belém, PA, 2002.

VASCONCELOS, P. F.C., Febre Amarela. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**,

Vol 5, p. 275-203, FUNASA, Ministério da Saúde, Belém, PA, 2003.

ZARA, A. L. S. A.; SANTOS, S. M.; OLIVEIRA, E. S. F. Estratégias de controle do *Aedes aegypti*: uma revisão. **Epidemiol. Serv. Saúde**. 2016, vol 25, n.2, p.391-404. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222016000200391&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 15 set. 17.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Prevenção de Dengue, Febre Amarela, Chikungunya, e Zika em Organizações Militares da Vila Militar do Rio de Janeiro”, conduzida pela Cap QCO Vet **Renata Lopes de Medeiros Maria**. Essa pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Aperfeiçoamento Militar; e tem como objetivos conhecer as dificuldades relacionadas a execução do projeto Ações Integradas de Vigilância e monitoramento de *Aedes aegypti* do Instituto de Biologia do Exército em parceria com o Laboratório de Fisiologia e Controle de Artrópodes Vetores da FIOCRUZ e identificar oportunidades de melhorias na prevenção, combate e erradicação do mosquito *Aedes aegypti* realizadas pelas Organizações Militares.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. A pesquisadora responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

1. Qual a Organização Militar (OM) que o (a) senhor (a) trabalha?

1. Quanto a colocação e trocas das paletas nas armadilhas:

a. Não houve dificuldade para a execução da técnica sendo realizada na maioria das vezes.

b. Houve dificuldade para execução da técnica, não sendo realizada em boa parte das vezes

- c. Houve dificuldade para execução da técnica, não sendo realizada na maior parte das vezes.
2. Dentre os motivos para a não realização da troca das paletas nas armadilhas pode-se citar:
- Falta de pessoal
 - Falta de material
 - Falta de motivação
 - Outros motivos: _____
3. Quanto ao treinamento realizado:
- Foi satisfatório para a realização das medidas de controle e execução da técnica de manutenção da armadilha ovitrampa.
 - Houve dificuldade em assimilar o conhecimento para a realização das medidas de controle e execução da técnica de manutenção da armadilha ovitrampa.
 - Não obtive o treinamento.
 - Quem recebeu treinamento foi licenciado ou transferido.
4. Da percepção da quantidade de mosquitos na unidade **durante** o expediente:
- Pouca quantidade;
 - Média quantidade;
 - Alta quantidade;
 - Altíssima quantidade.

5. Realização de medidas profiláticas para combate aos mosquitos Aedes aegypti são realizadas com que frequência?
- a. Semanalmente
 - b. Quinzenalmente
 - c. Mensalmente
 - d. Não são realizadas. Motivo: _____



ISSN 2236-9139



*“Nem cora o livro de ombrear c’oo sabre...
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...”*
Castro Alves



Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador

Rua Território do Amapá, 455 - Pituba
Salvador - BA
CEP: 41830-540
www.esfcex.eb.mil.br